

www.pwc.com.br

***CPFL Energias
Renováveis S.A.***
***Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2023
e relatório do auditor independente***





Relatório da Administração

Senhores e senhoras acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da CPFL Energias Renováveis S.A. ("CPFL Renováveis" ou "Companhia") submete à apreciação dos senhores o relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Companhia, com o relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. Todas as comparações realizadas neste relatório levam em consideração os dados consolidados em relação ao exercício de 2022, exceto quando especificado de outra forma.

1. Considerações iniciais

A CPFL Renováveis é líder no segmento de energia renovável, atuando nas quatro fontes: eólica, biomassa, pequena central hidrelétrica (PCH)/central geradora hidrelétrica (CGH) e solar. Além disso, possui em seu portfólio 2 usinas hidrelétricas (UHEs), totalizando uma capacidade instalada de 3.023 MW.

Ao longo deste relatório serão apresentadas as informações mais relevantes do último exercício. Reconhecida por seus processos de gestão fundados na excelência operacional, a CPFL Renováveis e as empresas nas quais detém participação reafirmam o compromisso de ampliar sua capacidade de geração baseada em fontes limpas e renováveis, com investimentos considerados indispensáveis para o desenvolvimento sustentável das comunidades em que atuam.

2. Comentário sobre a conjuntura

Ambiente macroeconômico

O ano de 2023 começou sob os sinais de baixo crescimento e elevada inflação. As expectativas de acordo com a Pesquisa Focus estavam em torno de 0,8% e 5,3%, respectivamente. A perspectiva era que a recomposição tributária afetaria preços administrados, especialmente combustíveis, mantendo a inflação elevada a despeito dos efeitos negativos da elevação de juros sobre a atividade econômica. No entanto, houve surpresas benígnas nas duas frentes: o crescimento econômico foi mais forte e a inflação, mais baixa.

Um dos fatores a colaborar para o desempenho melhor do que o esperado foi a normalização das cadeias produtivas e o recuo dos preços de commodities, tanto para a desinflação global como brasileira.

Domesticamente, a safra recorde – muito maior que a inicialmente esperada – contribuiu direta (com cerca de 1,2 p.p.) e indiretamente para o PIB mais forte (através dos efeitos multiplicadores da renda gerada no setor).

A farta oferta agrícola também ajudou a redução dos preços domesticamente, especialmente dos alimentos; de fato, 2023 registrou deflação do grupo Alimentação no

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Domicílio no IPCA. Assim, apesar da recomposição dos impostos sobre combustíveis e da elevada inflação de administrados no ano (9,2%), a inflação encerrou o ano com 4,62%, dentro do intervalo de metas, cujo teto é 4,75%.

O ano de 2023 também testemunhou a discussão em torno da meta de inflação e da autonomia do Banco Central, o que acabou levando à desancoragem das expectativas de inflação em prazos mais longos, especialmente durante o primeiro semestre. Quando se tornou claro que haveria manutenção da autonomia do Banco Central e da meta de inflação em 3% - agora transformada em meta contínua houve uma reancoragem parcial destas expectativas, que passaram a orbitar 3,5%, pouco acima do centro da meta.

Um dos motivos para a reancoragem das expectativas de inflação ser apenas parcial é a questão fiscal. O ano foi de significativos avanços nesta seara, como a aprovação do novo Arcabouço Fiscal e das medidas que devem alavancar as receitas em 2024. Mas ainda há muita incerteza a respeito do cumprimento/alterações destas metas, que deve continuar sendo um foco de atenção ao longo de 2024.

Enquanto as expectativas de inflação permaneciam pressionadas e não havia clareza sobre o ambiente internacional e doméstico, o Banco Central manteve a taxa de juros inalterada. Apenas quando se tornou mais claro o processo de desinflação e apareceram sinais de decompressão dos núcleos é que a Selic começou a ser reduzida, mas os impactos da moderação da restrição monetária só devem ser mais plenamente observados em 2024, dadas as defasagens usuais.

No PIB mais forte de 2023 também participou a expansão da massa de renda das famílias, beneficiada por um mercado de trabalho forte, com expansão do emprego e do rendimento médio real dos trabalhadores, além das elevadas transferências governamentais através do Bolsa Família. A expansão da renda foi importante para garantir um bom desempenho do varejo mais dependente dela; já o varejo mais ligado ao crédito teve mais dificuldades, dado o ambiente de elevada inadimplência, taxas de juros nas alturas e endividamento das famílias em patamar recorde. A inadimplência recuou na segunda metade do ano, embalada pelo programa Desenrola, mas a recuperação deste mercado é apenas incipiente e deve se fortalecer ao longo de 2024, refletindo a redução da Selic. Dentro do varejo que depende mais do crédito houve o destaque positivo das vendas de automóveis, incentivadas pelos programas governamentais específicos.

Do ponto de vista da indústria, no entanto, foi um ano difícil. Conquanto a extrativa mineral tenha ido muito bem, a indústria de transformação refletiu tanto a demanda mais baixa quanto as dificuldades para obtenção de crédito pelas empresas. Além da Selic elevada, o episódio das reclassificações contábeis da Americanas no início do ano impôs cautela extra aos bancos e mercados de capitais. A situação só começou a melhorar no segundo semestre, sob a égide do afrouxamento monetário e da percepção de que o episódio contábil era mesmo restrito às Americanas. Esta melhora deve perdurar em 2024.

O câmbio permaneceu sob pressão no primeiro semestre, enquanto pairavam dúvidas sobre a questão fiscal e a autonomia do Banco Central; aos poucos, conforme estas questões foram sendo confrontadas, houve pequena apreciação. Os movimentos do câmbio refletiram, também, os humores dos mercados com a economia internacional; o ano de 2023 foi de elevação dos juros nas principais economias do mundo e a perspectiva de que as taxas permaneceriam em terreno contracionista por bastante tempo prevaleceu em boa parte do segundo semestre. Em dezembro, no entanto, estas perspectivas foram parcialmente desarmadas, com os mercados começando a apostar em quedas de juros mais incisivas ao longo de 2024, o que colaborou para perda de valor do dólar em relação às demais moedas, inclusive o real.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Deve-se notar, ainda, outro fato relevante no apagar das luzes do ano: a promulgação da reforma tributária. Os pilares da reforma são a implantação de um sistema de base tributária ampla e não cumulativo; a uniformização da legislação; a enorme simplificação do sistema; e, ainda que maiores do que as desejáveis, um número limitado de exceções. Com isso, o novo sistema deve ser menos complexo que o atual e com menor incentivo à litigância, proporcionando alguma redução das distorções alocativas e aumento da produtividade da economia nacional. Na esteira das reformas aprovadas em 2023, o Brasil recebeu *upgrade* da classificação de risco de sua dívida pela S&P, o que ajudou a consolidar o processo de apreciação cambial nos últimos dias do ano.

3. Desempenho operacional

O ano de 2023 foi marcado por uma melhor performance de nossos parques eólicos em relação a 2022. Nossa disponibilidade permaneceu em um patamar elevado, de 95,7%, e contribuiu para o resultado do ano, e a geração eólica cresceu 1,2%, mas apesar do melhor desempenho dos ventos, as condições estruturais do sistema obrigaram o ONS a restringir a geração de parques eólicos, o que afetou a energia gerada no ano.

O portfólio da CPFL Renováveis é de 3.023 MW de capacidade instalada em operação, compreendendo 2 UHEs (830 MW), 49 parques eólicos (1.391 MW), 46 PCHs e CGHs (472 MW), 7 usinas termelétricas a biomassa (330 MW) e 1 usina solar (1 MW).

Estamos constantemente avaliando novas oportunidades para explorar investimentos em projetos de geração. Contamos com um pipeline de 4.399 MW de projetos em desenvolvimento para os próximos anos e atualmente possuímos um projeto em construção: PCH Lucia Cherobim, com 28,0 MW de capacidade instalada, localizada no estado do Paraná, com entrada em operação prevista para o 4T24.

4. Desempenho econômico-financeiro

Receita operacional: a receita operacional bruta foi de R\$ 3.902 milhões em 2023, representando um aumento de 1,3% (R\$ 49 milhões). As deduções da receita operacional foram de R\$ 262 milhões em 2023, alta de 1,6% (R\$ 4 milhões). A receita operacional líquida foi de R\$ 3.640 milhões em 2023, um aumento de 1,2% (R\$ 45 milhões).

Geração operacional de caixa (EBITDA): o EBITDA foi de R\$ 2.742 milhões em 2023, representando um aumento de 3,3% (R\$ 87 milhões), devido ao (i) aumento de 1,2% (R\$ 45 milhões) na receita líquida, (ii) redução de 14,6% (R\$ 63 milhões) no custo com energia elétrica e encargos. Estes efeitos foram parcialmente compensando pelo aumento de 4,0% (R\$ 20 milhões) no PMSO (despesas com pessoal, material, serviços de terceiros, outros custos/despesas operacionais e entidade de previdência privada), conforme abaixo:

- ✓ Aumento de 20,9% (R\$ 45 milhões) nas despesas com serviços de terceiros;
- ✓ Aumento de 60,4% (R\$ 17 milhões) nas despesas com material;
- ✓ Redução de 29,3% (R\$ 33 milhões) em outros custos/despesas operacionais;
- ✓ Redução de 5,2% (R\$ 8 milhões) nas despesas com pessoal;

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



- ✓ Redução de 39,2% (R\$ 2 milhões) nas despesas com entidade de previdência privada.

Além desses efeitos, a equivalência patrimonial apresentou redução de R\$ 1 milhão.

<i>Conciliação do Lucro Líquido e EBITDA*</i>		
	2023	2022
Lucro Líquido	1.382.380	1.316.306
Depreciação e Amortização	670.541	692.149
Amortização Mais Valia de Ativos	62	62
Resultado Financeiro	433.297	453.967
Contribuição Social	73.476	56.868
Imposto de Renda	182.104	135.158
EBITDA*	2.741.860	2.654.511

*Conforme Resolução CVM nº 156/22

Lucro líquido: a CPFL Renováveis apurou lucro líquido de R\$ 1.382 milhões em 2023, representando um aumento de 5,0% (R\$ 66 milhões), refletindo: (i) o aumento de 3,3% (R\$ 87 milhões) no EBITDA; (ii) redução de 3,1% (R\$ 22 milhões) na depreciação e amortização; e (iii) redução de 4,6% (R\$ 21 milhões) nas despesas financeiras líquidas. Estes efeitos foram parcialmente compensados pelo aumento de 31,1% (R\$ 64 milhões) nas contas de imposto de renda e contribuição social.

Endividamento: no final de 2023, a dívida financeira (incluindo derivativos) da CPFL Renováveis atingiu R\$ 3.920 milhões, um aumento de 7,2%.

5. Investimentos

Em 2023, foram investidos R\$ 426 milhões, destinados principalmente à construção da PCH Lucia Cherobim e manutenção de usinas e parques eólicos.

6. Aspectos ESG (ambientais, sociais e de governança)

A CPFL Renováveis desenvolve iniciativas que buscam gerar valor para a empresa e os públicos de relacionamento, de forma a garantir competitividade, com excelência nas operações, e contribuir com o desenvolvimento sustentável das áreas de abrangência. Alinhada ao Plano Estratégico do Grupo CPFL, a estratégia de sustentabilidade/ESG é incorporada aos processos decisórios, ações e investimentos, conforme destaques a seguir.

Plano ESG 2030: aprovado em novembro como uma evolução do Plano de Sustentabilidade 2020-2024, traz diretrizes e estratégias organizadas em quatro pilares:

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Soluções renováveis e inteligentes, Operações sustentáveis, Valor compartilhado com a sociedade e Atuação segura e confiável. O plano se desdobra em 23 compromissos públicos norteados pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas.

Plataforma de Sustentabilidade: ferramenta de gestão da performance em sustentabilidade sob a perspectiva dos principais públicos de relacionamento, com indicadores e metas alinhados ao Plano Estratégico e ao Plano ESG 2030.

Comitê de Sustentabilidade: instância da diretoria executiva responsável por monitorar a execução da estratégia ESG, avaliar e recomendar a inclusão de critérios e diretrizes de sustentabilidade em processos decisórios, monitorar tendências e temas críticos para a empresa.

Mudanças do Clima: estamos comprometidos com a transição para uma economia de baixo carbono e enfrentamos o desafio das mudanças climáticas com senso de urgência, responsabilidade e determinação. Mais informações em: www.cpfl.com.br/ri > Governança e Sustentabilidade > Mudanças Climáticas.

Gestão ambiental: nosso modelo de negócio demanda uma ampla capacidade de gestão dos impactos ambientais. As diretrizes e os processos que adotamos são unificados no Sistema de Gestão Ambiental (SGA), que assegura a conformidade de todas as operações com as licenças ambientais e direciona os investimentos que agregam valor para toda a cadeia produtiva.

Sistema de Gestão e Desenvolvimento da Ética (SGDE): o Programa de Integridade do Grupo CPFL formaliza o compromisso com os valores éticos que permeiam suas ações e negócios, sendo composto por 4 dimensões que visam seu aprimoramento contínuo e evidenciam o tom e a prática da alta administração: (i) desenvolvimento, orientação e revisão de normas, com destaque para o Código de Conduta Ética; (ii) treinamentos, ações de comunicação, campanhas de sensibilização e engajamento para públicos internos e externos; (iii) apuração de denúncias, diligências e outros processos de avaliação de riscos; e, (iv) monitoramento de indicadores, avaliações pelo Comitê de Ética e Conduta Empresarial (COMET) e reporte dos resultados do Programa de Integridade. O Programa conta, ainda, com um canal de ética gerido por uma empresa externa e independente, e um processo de apuração de registros éticos que garante o sigilo, anonimato e não retaliação do denunciante de boa fé. Dentre as ações executadas no decorrer de 2023, temos como principal destaque a manutenção da Certificação ISO 37001 – Sistema de Gestão Antissuborno que atesta o alto padrão de governança e transparência com que o Grupo CPFL conduz suas atividades. Além disso, enfatizamos a nota máxima no quesito Ética nos Negócios do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE B3); a revisão do Código de Conduta Ética para Fornecedores, bem como da Instrução do Programa de Integridade, e ainda; treinamentos sobre temas do Programa de Integridade para colaboradores e fornecedores, a aplicação do formulário de conflito de interesses para especialistas, coordenadores e cargos gerenciais e acima, a disponibilização do primeiro Game de Integridade e 12 Conversas Mensais de Integridade, das quais destacamos os temas “Política Anticorrupção e fomento da cultura de integridade”, “Assédio moral e tratamento desrespeitoso”, “Assédio sexual e importunação sexual”, e “Código de Conduta Ética para fornecedores”, dentre outras ações de comunicação; além de apurações de denúncias, avaliações de riscos e emissão de pareceres de *due diligence* e *background check*.

Relacionamento com a Comunidade: entre as ações que visam contribuir para o desenvolvimento das comunidades em que a CPFL Renováveis atua, em 2023 destacamos: **(i) CPFL Jovem Geração:** foram executados projetos de transformação social através da cultura e esporte, através de projetos voltados para a redução dos níveis de

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



vulnerabilidade social entre crianças e jovens das comunidades parceiras do grupo, beneficiando cerca de 1.000 crianças e jovens das comunidades parceiras do grupo; **(ii) CPFL Intercâmbio Brasil-China (programação presencial e digital – alcance nacional)**: foram executados projetos que visam as trocas culturais, fortalecendo os diálogos entre os dois países. Ao todo, a frente atingiu 813 mil espectadores; **(iii) Circuito CPFL**: Através da frente Circuito CPFL, levamos cinema movido a energia solar, alcançando mais de 2 mil espectadores; **(iv) Café Filosófico CPFL (programação digital – alcance nacional)**: realizamos 33 gravações em nosso estúdio e 2 gravações especiais comemorativas uma em Porto Alegre e outra em Campinas. Ao todo, ao longo de 2023, foram 154 exibições dos programas Café e Café Expresso na TV Cultura e no Youtube; e **(v) Voluntariado**: O programa atendeu 2 ONG ao longo do ano.

Gestão de Recursos Humanos: em 2023, treinamos 231 colaboradores da base ativa. Foram 939 horas treinadas. Também está em andamento o treinamento para a comunidade, com Escola indígena para formação de eletricista auxiliar de manutenção. Será 1 turma, 20 participantes até o momento.

7. Auditores independentes

A PriceWaterHouseCoopers Auditores Independentes (“PwC”) foi contratada pela CPFL Renováveis para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia.

Referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a PwC prestou, além dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras societárias e regulatórias, e de revisão das informações intermediárias, os seguintes serviços:

Natureza

Asseguração de covenants financeiros

Serviços de compliance tributário - Escrituração Contábil-Fiscal (ECF)

Revisão da ECD Contábil do ano calendário

A contratação dos auditores independentes, conforme estatuto social, é recomendada pelo Conselho Fiscal da controladora CPFL Energia e compete ao Conselho de Administração deliberar sobre a seleção ou destituição dos auditores independentes.

Em linha com o previsto pela Resolução CVM 162/22, a administração possui políticas e controles que tratam, dentre outros assuntos, sobre o porte da empresa de auditoria a ser contratada para fins de auditoria das demonstrações financeiras e sobre as regras de contratação de fornecedores para serviços de auditoria e “extra-auditoria”. Tal política, dentre outros motivos, tem como objetivo evitar a existência de conflitos de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes. Ademais, a PwC declarou à Administração que, em razão do escopo e dos processos executados, a prestação dos serviços supramencionados não afeta a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa.



8. Agradecimentos

A Administração da CPFL Renováveis agradece às empresas com as quais desenvolve seus negócios, aos seus fornecedores e às comunidades em que atua, pela confiança depositada na Companhia no ano de 2023. Agradece, ainda, de forma especial, aos seus colaboradores pela competência e dedicação para o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidas.

A Administração

Para mais informações sobre o desempenho desta empresa do Grupo CPFL Energia, acesse o endereço www.cpfl.com.br/ri.

Sumário

Balço Patrimonial.....	3
Demonstraço do resultado.....	5
Demonstraço do resultado abrangente	6
Demonstraço das mutaço es no patrimônio líquido	7
Demonstraço do fluxo de caixa	8
Demonstraço do valor adicionado	9
(1) CONTEXTO OPERACIONAL.....	10
(2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	13
(3) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS	14
(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO	27
(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	27
(6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	28
(7) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS.....	28
(8) TRIBUTOS A COMPENSAR	30
(9) CRÉDITOS E DÉBITOS FISCAIS DIFERIDOS	31
(10) ARRENDAMENTOS	35
(11) OUTROS ATIVOS	36
(12) INVESTIMENTOS	37
(13) IMOBILIZADO.....	46
(14) INTANGÍVEL	49
(15) FORNECEDORES	51
(16) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	52
(17) DEBÊNTURES	57
(18) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA	58
(19) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER.....	64
(20) PROVISÕES.....	65
(21) ADIANTAMENTOS.....	68
(22) OUTRAS CONTAS A PAGAR.....	69
(23) PATRIMÔNIO LÍQUIDO	69
(24) LUCRO POR AÇÃO	71
(25) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.....	71
(26) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA	72
(27) OUTROS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	73
(28) RESULTADO FINANCEIRO.....	74
(29) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	74
(30) SEGUROS	77
(31) GESTÃO DE RISCOS	77
(32) INSTRUMENTOS FINANCEIROS	79
(33) TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA	86
(34) COMPROMISSOS.....	86



CPFL ENERGIAS RENOVAVEIS S.A.
Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022
 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	96.937	105.317	474.765	505.371
Títulos e valores mobiliários	6	31.889	1.121	208.473	208.886
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7	206.500	231.966	480.471	484.764
Dividendos	12	75.320	24.945	7.517	1.515
Imposto de renda e contribuição social a compensar	8	11.770	6.985	27.461	17.424
Outros tributos a compensar	8	35.095	27.941	77.074	67.200
Estoque		22.010	25.026	64.726	72.311
Outros ativos	11	52.431	55.566	118.702	75.225
Total do circulante		531.952	478.867	1.459.189	1.432.696
Não circulante					
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7	6.381	6.694	9.393	11.456
Coligadas, controladas e controladora	29	22.489	53.587	-	-
Depósitos judiciais	20	2.729	2.833	18.204	17.908
Imposto de renda e contribuição social a compensar	8	43.456	44.614	80.667	100.631
Outros tributos a compensar	8	49	26	4.218	7.547
Derivativos	32	5.709	15.908	5.709	15.908
Créditos fiscais diferidos	9	259.019	195.878	260.771	197.115
Adiantamento para futuro aumento de capital	12	128.500	61.250	-	-
Arrendamentos	10	6.380	1.167	56.535	53.533
Outros ativos	11	25.550	35.812	128.844	83.391
Investimentos	12	6.084.592	6.501.522	114.396	128.126
Imobilizado	13	1.552.960	1.569.016	7.325.172	7.431.469
Intangível	14	654.701	729.830	1.988.017	2.168.941
Total do não circulante		8.792.515	9.218.137	9.991.926	10.216.025
Total do ativo		9.324.467	9.697.005	11.451.115	11.648.721

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



CPFL ENERGIAS RENOVAVEIS S.A.
Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022
 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Circulante					
Fornecedores	15	74.216	65.099	231.978	152.535
Empréstimos e financiamentos	16	379.312	107.431	394.951	179.717
Debêntures	17	825	164.555	825	164.555
Entidade de previdência privada	18	8.503	9.191	8.503	9.191
Taxas regulamentares		58.185	22.088	58.877	22.666
Imposto de renda e contribuição social a recolher	19	176.990	122.675	212.741	150.475
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	19	27.318	27.990	40.027	39.891
Mútuos entre coligadas, controladas e controladora	29	2.645.148	55.132	2.700.316	24.283
Contas a pagar por aquisições		11.858	12.282	11.858	12.282
Dividendos a pagar		337.084	-	337.262	314
Provisões	20	-	-	6.106	5.687
Obrigações estimadas com pessoal		14.056	13.577	14.056	13.577
Derivativos	32	19.529	-	19.529	-
Adiantamentos	21	102.166	141.408	651.747	631.627
Arrendamentos	10	1.072	608	4.509	3.453
Outras contas a pagar	22	28.514	30.074	39.245	38.894
Total do circulante		3.884.776	772.110	4.732.530	1.449.147
Não circulante					
Fornecedores	15	6.138	7.007	46.322	37.924
Empréstimos e financiamentos	16	361.977	665.569	619.646	936.948
Debêntures	17	190.000	-	190.000	-
Mútuos entre coligadas, controladas e controladora	29	-	2.396.485	-	2.355.825
Entidade de previdência privada	18	18.643	24.707	18.643	24.707
Imposto de renda e contribuição social a recolher	19	5.746	5.322	5.757	5.332
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	19	-	-	949	911
Débitos fiscais diferidos	9	-	-	447.444	482.750
Derivativos	32	-	9.955	-	9.955
Provisões	20	60.889	54.107	282.152	291.425
Adiantamentos	21	429	453	143.246	116.507
Arrendamentos	10	7.040	839	72.191	67.085
Outras contas a pagar	22	2.822	2.534	4.481	4.191
Total do não circulante		653.684	3.166.978	1.830.831	4.333.559
Patrimônio líquido					
Capital social	23	2.632.292	4.032.292	2.632.292	4.032.292
Reserva de capital		589.355	588.778	589.355	588.778
Reserva de lucros		1.354.314	902.574	1.354.314	902.574
Resultado abrangente acumulado		210.046	234.274	210.046	234.274
		4.786.007	5.757.918	4.786.007	5.757.918
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas não controladores		-	-	101.747	108.098
Total do patrimônio líquido		4.786.007	5.757.918	4.887.754	5.866.016
Total do passivo e do patrimônio líquido		9.324.467	9.697.005	11.451.115	11.648.721

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



CPFL ENERGIAS RENOVAVEIS S.A.
Demonstração do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
 (Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Receita operacional líquida	25	1.732.711	1.680.037	3.639.600	3.594.703
Custo com serviços					
Custo com energia elétrica	26	(141.297)	(231.999)	(370.224)	(433.683)
Custo com operação		(200.820)	(200.240)	(823.002)	(809.508)
Depreciação e amortização		(136.672)	(131.789)	(488.155)	(511.857)
Outros custos com operação	27	(64.148)	(68.451)	(334.847)	(297.651)
Lucro operacional bruto		1.390.594	1.247.798	2.446.374	2.351.512
Despesas operacionais					
Despesas com vendas		343	(558)	(178)	(15.043)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		388	(558)	(132)	(15.043)
Outras despesas com vendas	27	(45)	-	(46)	-
Despesas gerais e administrativas		(45.664)	(40.431)	(235.401)	(186.500)
Depreciação e amortização		(6.213)	(11.364)	(14.009)	(12.746)
Outras despesas gerais e administrativas	27	(39.451)	(29.067)	(221.392)	(173.754)
Outras despesas operacionais		(57.830)	(69.264)	(137.048)	(186.226)
Amortização de intangível de concessão		(64.431)	(64.431)	(168.377)	(167.547)
Outras despesas operacionais	27	6.601	(4.833)	31.329	(18.679)
Resultado do serviço		1.287.442	1.137.545	2.073.747	1.963.743
Resultado de participações societárias	9	690.845	743.776	(2.490)	(1.444)
Resultado financeiro		(436.099)	(461.854)	(433.297)	(453.967)
Receitas financeiras	28	48.325	42.652	144.585	136.001
Despesas financeiras	28	(484.425)	(504.506)	(577.882)	(589.968)
Lucro antes dos tributos		1.542.188	1.419.467	1.637.960	1.508.332
Contribuição social	9	(48.124)	(33.866)	(73.476)	(56.868)
Imposto de renda	9	(134.040)	(93.337)	(182.104)	(135.158)
		(182.164)	(127.203)	(255.580)	(192.026)
Lucro líquido do exercício		1.360.024	1.292.264	1.382.380	1.316.306
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores				1.360.024	1.292.264
Lucro líquido atribuído aos acionistas não controladores				22.356	24.042
Lucro por ação atribuído aos acionistas controladores				2,29	2,18

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



CPFL ENERGIAS RENOVAVEIS S.A.
Demonstração do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Lucro líquido do exercício	1.360.024	1.292.264	1.382.380	1.316.306
Outros resultados abrangentes				
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado:				
- Ganhos atuariais, líquidos dos efeitos tributários	2.384	6.465	2.384	6.465
Resultado abrangente do exercício	1.362.408	1.298.729	1.384.764	1.322.771
Resultado abrangente atribuído aos acionistas controladores			1.362.408	1.298.729
Resultado abrangente atribuído aos acionistas não controladores			22.356	24.042

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.
Demonstração das mutações no patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Controladora										
	Reserva de Lucros					Resultado Abrangente					Consolidado
	Capital social	Reserva de Capital	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Dividendos adicionais propostos	Custo atribuído	Perdas atuariais	Lucros acumulados	Total	Participação de acionistas não controladores	Total do Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021	4.032.292	588.009	124.029	116.120	613.448	308.883	(54.700)	-	5.728.681	109.288	5.837.969
Resultado abrangente total	-	-	-	-	-	-	6.465	1.292.264	1.298.729	24.042	1.322.771
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	1.292.264	1.292.264	24.042	1.316.306
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	6.465	-	6.465	-	6.465
Mutações internas do patrimônio líquido	-	-	64.613	-	-	(26.974)	-	(37.639)	-	-	-
Realização do custo atribuído do ativo imobilizado	-	-	-	-	-	(40.870)	-	40.870	-	-	-
Efeitos fiscais sobre a realização do custo atribuído	-	-	-	-	-	13.896	-	(13.896)	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	-	64.613	-	-	-	-	(64.613)	-	-	-
Transações de capital com os acionistas	-	769	-	-	(15.636)	-	-	(1.254.626)	(1.269.492)	(25.232)	(1.294.724)
Pagamento de dividendos do exercício anterior	-	-	-	-	(613.448)	-	-	-	(613.448)	-	(613.448)
Aumento de capital sem alteração no controle	-	769	-	-	-	-	-	769	769	59	828
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	597.812	-	-	(597.812)	-	(2.217)	(2.217)
Dividendos intermediários / intercalares propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(574)	(574)
Dividendos mínimos propostos	-	-	-	-	-	-	-	(656.813)	(656.813)	(22.500)	(679.313)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	4.032.292	588.778	188.642	116.120	597.812	281.909	(47.635)	-	5.757.918	108.098	5.866.016
Resultado abrangente total	-	-	-	-	-	-	2.384	1.360.024	1.362.408	22.356	1.384.764
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	1.360.024	1.360.024	22.356	1.382.380
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	2.384	-	2.384	-	2.384
Mutações internas do patrimônio líquido	-	-	11.689	-	-	(26.612)	-	14.923	-	-	-
Realização do custo atribuído de ativo imobilizado	-	-	-	-	-	(40.322)	-	40.322	-	-	-
Efeitos fiscais sobre realização do custo atribuído	-	-	-	-	-	13.710	-	(13.710)	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	-	11.689	-	-	-	-	(11.689)	-	-	-
Transações de capital com os acionistas	(1.400.000)	577	-	-	440.051	-	-	(1.374.947)	(2.334.319)	(28.707)	(2.363.026)
Redução de capital	(1.400.000)	-	-	-	-	-	-	-	(1.400.000)	(4.000)	(1.404.000)
Aumento de capital sem alteração no controle	-	577	-	-	-	-	-	619	577	42	619
Pagamento de dividendos de exercícios anteriores	-	-	-	-	(597.812)	-	-	(597.812)	-	-	(597.812)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	1.037.863	-	-	(1.037.863)	-	-	-
Dividendos intermediários / intercalares propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(514)	(514)
Dividendos mínimos obrigatórios propostos	-	-	-	-	-	-	-	(337.084)	(337.084)	(24.235)	(361.319)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.632.292	589.355	200.331	116.120	1.037.863	255.297	(45.251)	-	4.786.007	101.747	4.887.754

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



CPFL ENERGIAS RENOVAVEIS S.A.
Demonstração dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Lucro antes dos tributos	1.542.187	1.419.467	1.637.961	1.508.332
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais				
Depreciação e amortização	207.316	207.584	670.541	692.150
Provisões (reversões) para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	(358)	248	25.884	5.779
Provisão (reversões) para créditos de liquidação duvidosa	(388)	558	132	15.043
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	457.437	448.522	490.434	540.667
Despesa com entidade de previdência privada	1.671	3.704	2.438	4.008
Resultado de participações societárias	(690.845)	(743.776)	2.490	1.444
Perda (ganho) na baixa de ativo não circulante	(6.769)	4.696	(31.875)	17.902
Outros	(10.145)	-	-	-
	1.500.106	1.341.003	2.798.005	2.785.235
Redução (aumento) nos ativos operacionais				
Consumidores, concessionárias e permissionárias	26.167	(31.173)	8.602	(45.172)
Dividendos recebidos	965.226	981.633	5.001	28.007
Tributos a compensar	(25.185)	(31.710)	(5.524)	(30.669)
Depósitos judiciais	323	178	(2.760)	(527)
Adiantamento de fornecedores	1.034	(1.187)	(3.712)	3.726
Outros ativos operacionais	(18.656)	(17.239)	55.213	(81.865)
Aumento (redução) nos passivos operacionais				
Fornecedores	9.110	(66.203)	34.343	(24.239)
Outros tributos e contribuições sociais	109.278	(18.444)	126.960	(28.748)
Outras obrigações com entidade de previdência privada	(15.971)	(8.866)	(5.579)	(8.866)
Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	(867)	(170)	(55.827)	(3.833)
Adiantamento de clientes	(39.266)	110.697	46.859	295.225
Outros passivos operacionais	52.444	6.235	40.639	76.088
Caixa líquido gerado pelas operações	2.563.744	2.264.754	3.042.220	2.964.452
Encargos de dívidas e debêntures pagos	(39.959)	(135.136)	(61.772)	(172.515)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(368.997)	(146.993)	(506.787)	(234.847)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	2.154.787	1.982.625	2.473.661	2.557.090
Atividades de investimentos				
Redução de capital em subsidiárias	176.000	247.360	-	-
Aquisições de imobilizado	(96.828)	(94.510)	(421.686)	(243.075)
Títulos e valores imobiliários, cauções e depósitos vinculados (aplicações)	(31.889)	(1.121)	(51.624)	(112.561)
Títulos e valores imobiliários, cauções e depósitos vinculados (resgates)	1.121	18.610	64.971	377.845
Adições de intangível	(1.329)	(9.450)	(4.357)	(9.508)
Adiantamento para futuro aumento de capital	(128.500)	(62.600)	-	-
Mútuos concedidos a controladas e coligadas	(6.097)	(10.483)	-	-
Recebimento de mútuos com controladas e coligadas	42.624	55.622	-	-
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimentos	(44.898)	143.428	(412.696)	12.701
Atividades de financiamentos				
Aumento (Redução) de Capital	(1.400.000)	-	(1.404.000)	-
Captação de empréstimos e debêntures	270.000	354.000	270.000	354.000
Amortização de principal de empréstimos e debêntures	(267.255)	(1.066.453)	(335.062)	(1.115.753)
Liquidação de operações de derivativos	(35.338)	(24.805)	(35.338)	(24.805)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(597.812)	(1.268.096)	(619.762)	(1.292.972)
Captações de mútuos com controladas e coligadas	-	-	59.443	-
Amortizações de mútuos com controladas e coligadas	(87.865)	(50.481)	(26.853)	(74.479)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento	(2.118.270)	(2.055.835)	(2.091.572)	(2.154.009)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(8.380)	70.217	(30.606)	415.782
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	105.317	35.099	505.371	89.588
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	96.937	105.317	474.765	505.371

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



CPFL ENERGIAS RENOVAVEIS S.A.
Demonstração do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
1 - Receita	2.033.443	1.958.170	4.298.911	4.334.859
1.1 Receita de venda de energia e serviços	1.911.061	1.852.815	3.901.740	3.852.605
1.2 Receita relativa à construção de ativos próprios	121.994	105.913	397.303	497.297
1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	388	(558)	(132)	(15.043)
2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros	(340.933)	(414.741)	(1.126.395)	(1.258.125)
2.1 Custo com energia elétrica	(155.700)	(255.646)	(383.912)	(456.039)
2.2 Material	(59.672)	(62.471)	(119.538)	(271.827)
2.3 Serviços de terceiros	(121.824)	(79.116)	(567.539)	(457.715)
2.4 Outros	(3.737)	(17.507)	(55.406)	(72.543)
3 - Valor adicionado bruto (1+2)	1.692.510	1.543.429	3.172.516	3.076.735
4 - Retenções	(207.316)	(207.584)	(670.538)	(692.150)
4.1 Depreciação e amortização	(142.885)	(143.153)	(502.164)	(524.603)
4.2 Amortização do intangível de concessão	(64.431)	(64.431)	(168.374)	(167.547)
5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)	1.485.194	1.335.845	2.501.978	2.384.585
6 - Valor adicionado recebido em transferência	741.436	788.510	144.908	137.064
6.1 Receitas financeiras	50.591	44.734	147.398	138.508
6.2 Equivalência patrimonial	690.845	743.776	(2.490)	(1.444)
7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)	2.226.630	2.124.355	2.646.886	2.521.649
8 - Distribuição do valor adicionado				
8.1 Pessoal e encargos	24.328	44.934	121.204	125.822
8.1.1 Remuneração direta	12.912	29.861	94.519	98.995
8.1.2 Benefícios	3.129	7.417	18.398	19.170
8.1.3 FGTS	8.287	7.656	8.287	7.656
8.2 Impostos, taxas e contribuições	358.917	280.787	532.603	460.709
8.2.1 Federais	358.917	280.787	531.867	458.967
8.2.2 Estaduais	-	-	727	1.570
8.2.3 Municipais	-	-	9	172
8.3 Remuneração de capital de terceiros	483.361	506.370	610.698	618.813
8.3.1 Despesas financeiras	484.068	504.013	574.962	583.531
8.3.2 Aluguéis e arrendamentos	(707)	2.357	35.736	35.282
8.4 Remuneração de capital próprio	1.360.024	1.292.264	1.382.381	1.316.306
8.4.1 Lucro do exercício	(612.734)	37.638	(615.129)	36.391
8.4.2 Dividendos (incluindo adicional proposto)	1.972.758	1.254.626	1.997.510	1.279.915
	2.226.630	2.124.355	2.646.886	2.521.649

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(1) CONTEXTO OPERACIONAL

A CPFL Energias Renováveis S.A. (“CPFL Renováveis” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto, constituída com o objetivo de atuar como holding e explorar empreendimentos de geração de energia elétrica, tem como principais atividades: investir no capital social de sociedades no segmento de energias renováveis; identificar e desenvolver potenciais de geração de energia e explorar os referidos potenciais, incluindo a geração de energia elétrica; e comercializar energia elétrica gerada pelos empreendimentos detidos pela Companhia.

A sede administrativa está localizada na Rua Jorge de Figueiredo Corrêa, 1.632, Jardim Professora Tarcília, Campinas - São Paulo.

A Companhia possui participações diretas e indiretas nas seguintes controladas e empreendimentos controlados em conjunto:

Empreendimento	Capacidade (MW)	Localização	Início da concessão ou outorga	Prazo concessão
Geração hídrica				
Barra Grande	690,0	Anita Garibaldi (SC)/ Esmeralda (RS)	(ii)	(ii)
Chimay Empreendimentos e Participações Ltda.	38,1	(iv)	(iv)	(iv)
Companhia Hidroelétrica Figueirópolis S.A.	19,4	Indiavaí (MT)	05/2004	02/2045
CPFL Sul Centrais Elétricas Ltda.	7,0	(iii)	(iii)	(iii)
Energética Novo Horizonte Ltda.	23,0	Campina Grande do Sul (PR)	11/2002	05/2036
Jayaditya Empreendimentos e Participações Ltda.	39,5	(iv)	(iv)	(iv)
Lavrinha	0,3	São Miguel Arcanjo (SP)	06/2013	(ii)
Ludesa Energética S.A.	30,0	Ipuaçu (SC)	12/2002	02/2041
Mata Velha Energética Ltda.	24,0	Cabeceira Grande/ Unai (MG)	05/2002	09/2032
Mohini Empreendimentos e Participações Ltda.	39,2	(iv)	(iv)	(iv)
Pinheirinho (i)	0,6	Monte Santo de Minas (MG)	08/2013	Indeterminado
Rio do Peixe (i)	18,1	São José do Rio Pardo (SP)	12/2012	12/2042
Santa Alice (i)	0,6	São José do Rio Pardo (SP)	06/2013	Indeterminado
Santa Luzia Energética Ltda. (vi)	28,5	Chapecó (SC)	12/2007	10/2049
São José (i)	0,8	São Miguel Arcanjo (SP)	06/2013	Indeterminado
São Sebastião (i)	0,7	Arceburgo (MG)	08/2013	Indeterminado
Serra da Mesa (vii)	1.275,0	Cavalcante e Minaçu (GO)	11/2004	05/2046
SPE Alto Irani Energia S.A.	21,0	Xanxerê/ Arvoredo (SC)	10/2002	09/2035
SPE Arvoredo Energia S.A.	13,0	Xanxerê/ Arvoredo (SC)	11/2002	07/2044
SPE Barra da Paciência Energia Ltda.	23,0	Açucena/ Gonzaga (MG)	12/1999	03/2048
SPE Boa Vista 2 Energia Ltda.	29,9	Varginha (MG)	11/2015	05/2051
SPE Cherobim Energia Ltda.	28,0	Lapa (PR)	01/2019	(v)
SPE Cocais Grande Energia Ltda.	10,0	Antonio Dias (MG)	12/1999	12/2042
SPE Corrente Grande Energia Ltda.	14,0	Açucena/ Gonzaga (MG)	01/2000	02/2048
SPE Ninho da Águia Energia Ltda.	10,0	Delfim Moreira (MG)	12/1999	01/2048
SPE Paiol Energia Ltda.	20,0	Frei Inocêncio/ Mathias Lobato (MG)	08/2002	03/2047
SPE Plano Alto Energia S.A.	16,0	Faxinal dos Guedes (SC)	11/2002	04/2041
SPE Salto Góes Energia Ltda.	20,0	Tangará (SC)	08/2010	03/2048
SPE São Gonçalo Energia Ltda.	11,0	São Gonçalo do Rio Abaixo (MG)	01/2000	06/2047
SPE Varginha Energia Ltda.	9,0	Chalé/ Mantimento (MG)	12/1999	06/2046
SPE Várzea Alegre Energia Ltda.	7,5	Conceição do Ipanema (MG)	12/1999	03/2048
Turvinho (i)	0,8	São Miguel Arcanjo (SP)	06/2013	Indeterminado
Geração de energia a partir de Biomassa				
CPFL Bio Burity Ltda.	74,3	Buritytal (SP)	12/2010	07/2041
CPFL Bioenergia Ltda.	45,0	Pirassununga (SP)	09/2009	08/2040
CPFL Bio Ester Ltda.	40,0	Cosmópolis (SP)	05/1999	06/2040
CPFL Bio Formosa	40,0	Baía Formosa (RN)	05/2002	05/2032
CPFL Bio Ipê Ltda.	25,0	Nova Independência (SP)	05/2010	05/2042
CPFL Bio Pedra Ltda.	70,0	Serrana (SP)	02/2011	02/2046
SPE Bio Alvorada Ltda.	50,0	Araporã (MG)	10/2012	11/2043
SPE Bio Coopcana Ltda	50,0	São Carlos do Ivaí (PR)	02/2012	08/2043



Empreendimento	Capacidade (MW)	Localização	Início da concessão ou outorga	Prazo concessão
Geração de energia eólica				
Atlântica I Parque Eólico Ltda.	30,0	Palmares (RS)	02/2011	07/2048
Atlântica II Parque Eólico Ltda.	30,0	Palmares (RS)	03/2011	03/2046
Atlântica IV Parque Eólico Ltda.	30,0	Palmares (RS)	03/2011	03/2046
Atlântica V Parque Eólico Ltda.	30,0	Palmares (RS)	03/2011	03/2046
Bons Ventos (i)	50,0	Aracati (CE)	03/2003	03/2033
Campo dos Ventos I Energias Renováveis Ltda.	25,2	João Câmara (RN)	03/2013	06/2046
Campo dos Ventos II Energias Renováveis Ltda.	30,0	João Câmara (RN)	04/2011	04/2046
Campo dos Ventos III Energias Renováveis Ltda.	25,2	João Câmara (RN)	03/2013	05/2046
Campo dos Ventos V Energias Renováveis Ltda.	25,2	Parazinho (RN)	03/2013	06/2046
Canoa Quebrada (i)	57,0	Aracati (CE)	12/2002	12/2032
DESA Eurus I Ltda	30,0	João Câmara (RN)	04/2011	04/2046
DESA Eurus III Ltda.	30,0	João Câmara (RN)	04/2011	04/2046
DESA Morro dos Ventos I Ltda.	28,8	João Câmara (RN)	07/2010	07/2045
DESA Morro dos Ventos II Ltda.	29,2	João Câmara (RN)	06/2012	06/2047
DESA Morro dos Ventos III Ltda.	28,8	João Câmara (RN)	08/2010	08/2045
DESA Morro dos Ventos IV Ltda.	28,8	João Câmara (RN)	08/2010	08/2045
DESA Morro dos Ventos VI Ltda.	28,8	João Câmara (RN)	07/2010	07/2045
DESA Morro dos Ventos IX Ltda.	30,0	João Câmara (RN)	07/2010	07/2045
Enacel (i)	31,5	Aracati (CE)	11/2002	11/2032
Eólica Paracuru Geração Comercialização de Energia Ltda.	25,2	Paracuru (CE)	08/2002	11/2038
Eurus VI Energias Renováveis Ltda.	8,0	Parazinho (RN)	08/2010	08/2045
Icarazinho (i)	54,6	Amontada (CE)	08/2002	08/2032
Pedra Cheirosa I Energia Ltda.	25,2	Itarema (CE)	08/2014	08/2049
Pedra Cheirosa II Energia Ltda.	23,1	Itarema (CE)	07/2014	07/2049
Praia Formosa (i)	105,0	Camocim (CE)	06/2002	06/2032
Rosa dos Ventos Geração e Comercialização de Energia Ltda.	13,7	Aracati (CE)	06/2002	06/2032
Santa Clara I Energias Renováveis Ltda.	30,0	Parazinho (RN)	07/2010	07/2045
Santa Clara II Energias Renováveis Ltda.	30,0	Parazinho (RN)	08/2010	08/2045
Santa Clara III Energias Renováveis Ltda.	30,0	Parazinho (RN)	07/2010	07/2045
Santa Clara IV Energias Renováveis Ltda.	30,0	Parazinho (RN)	07/2010	07/2045
Santa Clara V Energias Renováveis Ltda.	30,0	Parazinho (RN)	10/2010	10/2045
Santa Clara VI Energias Renováveis Ltda.	30,0	Parazinho (RN)	07/2010	07/2045
Santa Mônica Energias Renováveis Ltda.	29,4	Touros (RN)	04/2014	12/2046
Santa Úrsula Energias Renováveis Ltda.	27,3	Touros (RN)	03/2014	11/2046
São Benedito Energias Renováveis Ltda.	29,4	São Miguel do Gostoso (RN)	03/2014	08/2046
São Domingos Energias Renováveis Ltda.	25,2	São Miguel do Gostoso (RN)	03/2015	08/2046
SIIF Cinco Geração e Comercialização de Energia Ltda.	25,2	Beberibe (CE)	06/2002	01/2039
SPE Costa Branca Energia S.A.	20,7	João Câmara (RN)	10/2011	10/2046
SPE Costa das Dunas Energia S.A.	28,4	Touros (RN)	01/2019	01/2054
SPE Farol de Touros Energia S.A.	24,8	Touros (RN)	01/2019	01/2054
SPE Gameleira Energia Ltda.	17,7	Touros (RN)	01/2019	01/2054
SPE Figueira Branca Energia S.A.	10,6	Touros (RN)	01/2019	01/2054
SPE Juremas Energia S.A.	16,1	João Câmara (RN)	09/2011	09/2046
SPE Macacos Energia S.A.	20,7	João Câmara (RN)	09/2011	09/2046
SPE Pedra Preta Energia S.A.	20,7	João Câmara (RN)	10/2011	10/2046
Taliba Albatroz (i)	16,5	São Gonçalo do Amarante (CE)	12/2002	11/2038
Ventos de Santo Dimas Energias Renováveis Ltda.	29,4	São Miguel do Gostoso (RN)	03/2014	10/2046
Ventos de São Martinho Energias Renováveis Ltda.	14,7	Touros (RN)	03/2014	11/2046
Geração de energia fotovoltaica				
SPE CPFL Solar 1 Energia S.A.	1,0	Campinas (SP)	-	-

i) Empreendimentos alocados na Holding da CPFL Renováveis;

ii) A Usina de Barra Grande é um empreendimento controlado em conjunto com a Energética Barra Grande S.A. ("BAESA"), com participação de 25,01%, sendo esta uma sociedade por ações de capital fechado, que tem como objetivo construir, operar e explorar o aproveitamento hidrelétrico Barra Grande, localizado no Rio Pelotas, na divisa dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, com potência instalada é de 690MW. As três unidades geradoras, com capacidade de 230MW cada, entraram em operação comercial entre 2005 e 2006. O prazo de concessão se encerra em 2036, podendo ser prorrogada de acordo com as condições que o poder concedente estabelecer;

iii) A CPFL Sul Centrais detém a exploração das seguintes usinas: Diamante em Nortelândia (MT), Andorinhas em Itujui (RS), Guaporé em Guaporé (RS), Pirapó em Roque Gonzáles (RS) e Saltinho em Muitos Capões (RS), com início de outorga em 2005 e prazo indeterminado de concessão, exceto a Usina Diamante que possui prazo até 2027;

iv) A Companhia detém concessões de usinas no estado de São Paulo, através das seguintes empresas: i) Chimay com as usinas de Buritit em Buritizal, Capão Preto em São Carlos, Chibarro em Araraquara, Dourados e Gavião Peixoto em Nuporanga, Esmeril em Patrocínio Paulista, Lençóis em Macatuba e São Joaquim em Guará; ii) Mohini com as usinas de Eloy Chaves e Pinhal em Espírito Santo do Pinhal, Jaguarí em Pedreira, Monjolinho em São Carlos e Socorro em Socorro; iii) Jayaditya com as usinas de Americana em Americana, Salto Grande em Campinas, Santana em São Carlos e Três Saltos em Torrinhã; com início de outorga em 1997 e prazo de concessão até 2029;

v) SPE Cherobim Energia Ltda. ("Lucia Cherobim") está em fase de construção, com início de operação previsto para janeiro de 2024, cuja potência instalada prevista é de 28,0 MW;

vi) SPE Santa Luzia Alto está em fase de desenvolvimento, cuja capacidade de energia instalada prevista é de 2,85 MW;



vii) A CPFL Renováveis (holding) detém parte dos ativos do aproveitamento Hidrelétrico de Serra da Mesa, localizado no Rio Tocantins (GO). A concessão e a operação pertencem à Furnas Centrais Elétricas S.A. ("Furnas"). Por manter estes ativos em operação de forma compartilhada com Furnas, ficou assegurada à CPFL Renováveis a participação de 51,54% da potência instalada de 1.275MW, resultando em 657MW e da energia assegurada de 637,5MW médios, resultando em 328,6MW médios;

1.1 Sazonalidade

A receita operacional e os custos de geração de alguns segmentos da Companhia sofrem relevante impacto da sazonalidade ao longo de todo o ano, com as seguintes características:

- Geração hídrica: o período de chuvas favorece a geração das regiões Sudeste e Centro-Oeste no 1º e 4º trimestres, enquanto no Sul, o período de chuvas favorece a geração no 2º e 3º trimestres. Além disto, os efeitos na contabilização das receitas das PCHs, CGHs e UHEs são consequência da garantia física de cada usina, sazonalizada, a qual é registrada na CCEE.

As diferenças entre a energia gerada e a garantia física são cobertas pelo Mecanismo de Realocação de Energia ("MRE"). A quantidade de energia gerada, acima ou abaixo da garantia física, é valorada através da Tarifa de Energia de Otimização ("TEO"), que cobre somente os custos de operação e manutenção da usina. Esta receita ou despesa adicional é contabilizada mensalmente para cada gerador. Por fim, caso as usinas do MRE não gerem o somatório das garantias físicas, por condições hidrológicas desfavoráveis, todas as usinas rateiam a diferença valorada pelo Preço de Liquidação de Diferenças ("PLD"), este efeito é definido como *Generation Scaling Factor* ("GSF"). Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas controladas não possuíam usinas fora do MRE.

- Geração de energia a partir de Biomassa: a safra da cana-de-açúcar na região Sudeste inicia-se em abril e tem seu término previsto para novembro, em contrapartida na região Nordeste tem seu ciclo de produção entre agosto e março do ano posterior;
- Geração de energia eólica: a menor velocidade média dos ventos no 1º semestre impacta diretamente nas quantidades de energia gerada;

1.2 Mudanças Climáticas CPFL

Como posicionamento frente às Mudanças Climáticas, a CPFL Energia declara seu compromisso com os objetivos do Acordo de Paris e com a necessidade de limitar o aumento da temperatura média global em 1,5°C, com a consequente redução e neutralização das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE).

Anualmente, a Companhia realiza o Inventário de Emissões de GEE com base na metodologia GHG Protocol. Faz as medições e divulgação dos três escopos do inventário, sendo eles:

- Escopo 1: Emissões diretas que pertencem ou são controladas pela companhia
- Escopo 2: Emissões indiretas relacionadas à compra de energia elétrica e a perdas técnicas de distribuição e transmissão de energia
- Escopo 3: Emissões indiretas relacionadas à cadeia de valor

A Companhia considera em sua estratégia o Plano ESG 2030 (Environmental, Social and Governance), o qual demonstra as diretrizes de atuação para todos os negócios e orienta a realização de investimentos alinhados às tendências globais para o desenvolvimento sustentável. A estrutura do plano considera três compromissos principais relacionados à descarbonização das operações: (i) Gerar energia 100% renovável até 2030; (ii) Ser carbono neutro a partir de 2025¹, reduzindo 56% das emissões dos escopos 1, 2 e 3 até 2030; e (iii) Oferecer soluções de baixo carbono para nossos clientes, com metas anuais de receitas de I-RECs (certificados internacionais de energia renovável) e de créditos de carbono.

Na publicação "Nossa jornada contra as mudanças climáticas" a CPFL divulga suas estratégias, os riscos e oportunidades para a Companhia, de acordo com a metodologia *Task Force for Climate-related Financial Disclosures* – TCFD (Força-Tarefa sobre Divulgações Financeiras Relacionadas ao Clima).

¹ Neutralização em 2026 referente ao Inventário de GEE 2025.



1.3 Capital circulante líquido negativo

Em 31 de Dezembro de 2023, a Controladora apresentou nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas o capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 3.352.824 e R\$ 3.273.341, principalmente em função de vencimentos contratuais de mútuo com empresa do grupo, os quais estão em avaliação para eventual renovação. O Grupo tempestivamente monitora o capital circulante líquido e, sua geração de caixa para quitar suas dívidas, entre elas os dividendos, bem como as projeções de fluxo de caixa, suportam e viabilizam o plano de redução ou reversão deste capital circulante líquido.

(2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade às normas internacionais de contabilidade (“IFRS” – *International Financial Reporting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Companhia e suas controladas (“CPFL Renováveis”) também se utilizam das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 26 de fevereiro de 2024.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 32 de Instrumentos Financeiros.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis podem divergir dos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a maiores graus de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes são:



- Nota 7 – Consumidores, concessionárias e permissionárias;
- Nota 9 – Créditos e débitos fiscais diferidos;
- Nota 11 – Outros ativos;
- Nota 13 - Imobilizado;
- Nota 14 – Intangível;
- Nota 16 – Empréstimos e financiamentos;
- Nota 18 – Entidade de previdência privada;
- Nota 20 – Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais; e
- Nota 32 – Instrumentos Financeiros – derivativos.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.5 Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia (i) que possui atividades operacionais através das quais geram receitas e incorrem em despesas, (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração na tomada de decisões sobre alocação de recursos e avaliação da performance do segmento, e (iii) para o qual haja informações financeiras individualizadas.

Os executivos da Companhia utilizam-se de relatórios para a tomada de decisões estratégicas segmentando os negócios em (i) atividades de geração e comercialização de energia elétrica por fontes renováveis.

A Companhia apresenta suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas considerando somente um segmento operacional, o de geração e comercialização de energia elétrica, gerada e comprada por meio de contratos de longo prazo, que representam integralmente a receita total da Companhia e suas controladas, uma vez que a natureza dos serviços e processos de produção, categoria de clientes e dos serviços, métodos de distribuição e comercialização e outros aspectos, como o ambiente regulatório, são os mesmos para os diversos tipos de usinas (hídrica, biomassa, eólica e solar). Adicionalmente, não existe controle separado para nenhuma usina. É desta forma que a Administração e o Conselho de Administração da Companhia e suas controladas avaliam a performance das usinas e alocam os recursos necessários.

2.6 Informações sobre participações societárias

As participações societárias detidas pela Companhia nas controladas e empreendimento controlado em conjunto, direta ou indiretamente, estão descritas na nota 1. Exceto pela empresa BAESA que é registrada por equivalência patrimonial, as demais entidades são consolidadas de forma integral.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a participação de acionistas não controladores destacada no consolidado refere-se à participação de terceiros detida nas controladas Baixa Verde, Cajueiro, Costa das Dunas, Farol de Touros, Navegantes, Costa Branca, Juremas, Macacos, Pedra Preta e Ludesa.

2.7 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) individual e consolidada nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras em *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”), pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS.

(3) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados.



3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo no momento de sua liquidação e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

A determinação da composição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia tem como objetivo a manutenção de caixa suficiente que assegure a continuidade dos investimentos e o cumprimento das obrigações de curto e longo prazo, mantendo o retorno de sua estrutura de capital a níveis adequados, visando à continuidade dos seus negócios e o aumento de valor para os acionistas e investidores.

3.2 Instrumentos financeiros

- Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR): esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado: estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes, com exceção dos rendimentos de juros calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* que devem ser reconhecidos no resultado. No momento do desreconhecimento, o efeito acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado. A Companhia não detém ativos financeiros desta classificação.

Instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Todas as variações são reconhecidas em outros resultados abrangentes e nunca serão reclassificadas para o resultado, exceto dividendos que são reconhecidos como ganho no resultado (a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento). A Companhia não detém ativos financeiros desta classificação.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Custo amortizado: Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.



Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes, sendo essa escolha feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (vide nota 32). No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro não derivativo que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se:

- a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém



um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Para as transações de compra e venda de energia realizada pelas controladas de comercialização, a Companhia mantém a política contábil definida conforme estratégia de negócios com instrumentos mensurados ao custo amortizado, os quais referem-se aos contratos já celebrados e ainda mantidos com a finalidade de recebimento ou entrega de energia de acordo com os requisitos esperados pela companhia relacionados à compra ou venda. As transações geralmente são de longo prazo e nunca são liquidadas pelo valor líquido à vista ou por outro instrumento financeiro e, mesmo na eventualidade de algum contrato possuir flexibilização, a estratégia do portfólio da Companhia não é alterada por esta razão.

- Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

- (i) Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou (iii) derivativos. Estes passivos são registrados pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo é registrada contra outros resultados abrangentes.
- (ii) Mensurados ao custo amortizado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

A Companhia realiza o registro contábil de garantias financeiras quando estas são concedidas para entidades não controladas ou quando a garantia financeira é concedida em um percentual maior que o de sua participação para cobertura de compromissos de empreendimentos controlados em conjunto. Tais garantias são inicialmente registradas ao valor justo, através de (i) um passivo que corresponde ao risco assumido do não pagamento da dívida e que é amortizado contra receita financeira no mesmo tempo e proporção da amortização da dívida, e (ii) um ativo que corresponde ao direito de ressarcimento pela parte garantida ou uma despesa antecipada em função das garantias, que é amortizado pelo recebimento de caixa de outros acionistas ou pela taxa de juros efetiva durante o prazo da garantia. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, as garantias são mensuradas periodicamente pelo maior valor entre o montante determinado de acordo com o CPC 25/IAS 37 e o montante inicialmente reconhecido, menos sua amortização acumulada.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota 32.

- Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários.



3.3 Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido e são segregados em diferentes naturezas, de acordo com o CPC 16/IAS2. A valorização do custo dos estoques é feita pelo método do custo médio.

3.4 Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Incluem ainda quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que estes estejam em condição de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido caso seja provável que traga benefícios econômicos para as controladas e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente reposto. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os ganhos e perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor residual do bem, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas operacionais.

Os bens e instalações utilizados nas atividades de geração de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, doados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL. A ANEEL, através da Resolução nº 20 de 3 de fevereiro de 1999, alterada pela Resolução Normativa ("REN") nº 691 de 8 de dezembro de 2015, dispensa as concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica de prévia anuência para desvinculação de bens considerados inservíveis à concessão, sendo o produto da alienação depositado em conta bancária vinculada para aquisição de novos bens vinculados aos serviços de energia elétrica.

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, a depreciação de tais ativos foi calculada com base na vida útil estimada de cada ativo. As taxas médias ponderadas anuais de depreciação são demonstradas a seguir:

Classe de ativo Imobilizado	Taxa média anual	
	2023	2022
Terrenos	1,67%	1,77%
Reservatórios, barragens e adutoras	2,08%	2,25%
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,73%	2,43%
Máquinas e equipamentos	4,13%	4,90%
Veículos	10,73%	13,45%
Móveis e utensílios	3,88%	6,30%

Os valores residuais e a vida útil do ativo são revisados por membros técnicos competentes e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

3.5 Adiantamentos para futuro aumento de capital ("AFAC")

Adiantamentos para futuro aumento de capital ("AFAC") representam adiantamentos de recursos recebidos da controladora e destinados a aporte de capital que são concedidos em caráter irrevogável. São reconhecidos pelo valor justo e classificados como patrimônio líquido na controlada, e no investimento da controladora.

São reconhecidos pelo valor justo e classificados como passivo não circulante quando a quantidade de ações a serem emitidas não é conhecida. Em contrapartida, os adiantamentos para futuro aumento de capital também são reconhecidos pelo valor justo na controladora, classificados como ativo não circulante, vide notas 12 e 29.



3.6 Provisões para custos socioambientais

Considerando que: (a) até a entrada em operação comercial das PCHs ou das eólicas, a Companhia e suas controladas obtêm todas as licenças ambientais e, conseqüentemente, tem uma obrigação de cumprir as obrigações nelas constantes para poder operar; (b) que essa obrigação decorre de eventos já ocorridos (construção da usina); e (c) que se espera que exista saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos futuros, a Companhia e suas controladas provisionam os custos socioambientais no passivo circulante e não circulante e incorpora tal custo no ativo imobilizado durante o período de construção dos empreendimentos. Após a entrada em operação, tais custos são registrados diretamente no resultado.

A provisão é inicialmente mensurada pela melhor estimativa dos desembolsos futuros trazidos a valor presente e registrado como custo do ativo imobilizado, sendo depreciado a partir da entrada em operação comercial do empreendimento.

A taxa real de desconto utilizada para o cálculo do valor presente foi de 9,32% (10,07% em 31 de dezembro de 2022) para as provisões socioambientais, baseado nas taxas de títulos públicos com vencimento similar ao do término das autorizações.

3.7 Provisões para desmobilização de ativos

Os custos de desmobilização de ativos de geração são provisionados com base no valor presente dos custos esperados para cumprir a obrigação, utilizando fluxos de caixa esperados, com base na melhor estimativa na data de reporte, e são reconhecidos em contrapartida dos custos do correspondente ativo. A atualização financeira da provisão é reconhecida na demonstração do resultado conforme incorrido. A provisão é revisada anualmente e quaisquer ajustes de estimativa são efetuados em contrapartida do custo do ativo.

A Companhia reconheceu provisão para custos com a desmobilização de suas usinas eólicas com base em estimativas e premissas relacionadas às taxas de desconto e ao custo esperado para a desmobilização e remoção ao fim do prazo de autorização dessas usinas. Estes custos podem divergir do que vierem a ser incorridos pela Companhia.

A taxa real de desconto utilizada para o cálculo do valor presente foi de 9,53% (9,95% em 31 de dezembro de 2022) para as provisões de desmobilização, baseado nas taxas de títulos públicos com vencimento similar ao do término das autorizações.

3.8 Intangível

Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos como ágios, direito de exploração de concessões, software e servidão de passagem.

i) Ágio

O ágio (“*goodwill*”) resultante na aquisição de controladas é representado pela diferença entre o valor justo da contraprestação transferida pela aquisição de um negócio, somando a parcela dos acionistas não controladores, e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio é subsequentemente mensurado pelo custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Os ágios, bem como os demais ativos intangíveis de vida útil indefinida, se existirem, não estão sujeitos à amortização, sendo anualmente testados para verificar se os respectivos valores contábeis não superam os seus valores de recuperação.

Os deságios são registrados como ganhos no resultado do exercício quando da aquisição do negócio que os originou.

Nas demonstrações financeiras individuais, a mais valia dos ativos líquidos adquiridos em combinações de negócios é incluída ao valor contábil do investimento e sua respectiva amortização é classificada na demonstração do resultado individual na linha de “resultado de participações societárias” em atendimento ao ICPC 09 (R2). Nas demonstrações financeiras consolidadas este valor é apresentado como intangível e sua



amortização é classificada na demonstração do resultado consolidado como “amortização de intangível de concessão” em outras despesas operacionais.

O ativo intangível que corresponde ao direito de exploração de concessões, no caso da Companhia, possui duas origens distintas, fundamentadas pelos argumentos a seguir:

- (a) Adquiridos através de combinações de negócios: a parcela oriunda de combinações de negócios que corresponde ao direito de exploração da concessão amortizada linearmente.
- (b) Uso do bem público: algumas concessões de geração foram concedidas mediante a contraprestação de pagamentos para a União a título de Uso do Bem Público. O registro desta obrigação na data da assinatura dos respectivos contratos, a valor presente, teve como contrapartida a conta de ativo intangível. Estes valores, capitalizados pelos juros incorridos da obrigação até a data de entrada em operação, estão sendo amortizados linearmente pelo período de cada concessão.

ii) Ativos intangíveis de vida útil definida

Intangíveis com vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Em 31 de dezembro 2023 e 2022, as taxas médias ponderadas anuais de amortização são como segue:

Classe de ativo intangível	Taxa média anual	
	2023	2022
Direito de concessão	4,17%	4,15%
Uso do bem público	7,34%	6,9%
Outros ativos intangíveis	2,18%	10,09%

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados por membros técnicos competentes e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

3.9 Redução ao valor recuperável (“impairment”)

Ativo financeiros

A Companhia avalia a evidência de perda de valor para determinados recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo para todos os títulos significativos. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: (i) ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; (ii) investimentos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável; e (iii) ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera uma abordagem simplificada de avaliação da inadimplência baseada em mensurar a perda esperada de um ativo financeiro equivalente às perdas de crédito esperadas para toda a vida de um ativo, contemplando informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera um ativo financeiro como em *default* quando o devedor não cumpriu com sua obrigação contratual de pagamento e é pouco provável que quite suas obrigações.



A Companhia utiliza uma matriz de provisões para a definição de um percentual de perda baseado em suas taxas de inadimplência historicamente observadas ao longo da vida estimada do contas a receber de clientes para estimar as perdas de créditos esperadas para toda a vida do ativo, onde o histórico de perdas é ajustado para considerar efeitos das condições atuais e suas previsões de condições futuras que não afetaram o período em que se baseiam os dados históricos.

A metodologia desenvolvida pela Companhia resultou em um percentual de perda esperada para os títulos de consumidores, concessionárias e permissionárias que está aderente com a IFRS 9 descrita como perda de crédito esperada (*Expected Credit Losses*), contemplando em um único percentual da probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla a chance de perda (“PD” - *Probability of Default*), exposição financeira no momento do não cumprimento (“EAD” - *Exposure At Default*) e a perda dada pela inadimplência (“LGD” - *Loss Given Default*).

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável, estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais;
- reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

As perdas por *impairment* relacionadas à consumidores, concessionárias e permissionárias reconhecidas em ativos financeiros e outros recebíveis, incluindo ativos contratuais, são registradas no resultado do exercício.

Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros com vida útil indefinida, como o ágio (“*goodwill*”), são testados anualmente para a verificação se seus valores contábeis não superam os respectivos valores de realização. Os demais ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre (i) o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou (ii) o seu valor em uso.

Os ativos (ex: ágio, intangível de concessão) são segregados e agrupados nos menores níveis existentes para os quais existam fluxos de caixa identificáveis (Unidade Geradora de Caixa – “UGC”). Caso seja identificada uma perda ao valor recuperável, a respectiva perda é registrada na demonstração do resultado. Exceto pelo ágio, em que a perda não pode ser revertida no período subsequente, caso exista, também é realizada uma análise para possível reversão do *impairment*.

3.10 Provisões

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável (mais provável que sim do que não) a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.



3.11 Benefícios a empregados

A Companhia possui plano de pensão e benefícios pós-emprego, sendo considerada como patrocinadora destes planos, onde apesar de possuírem particularidades, os planos apresentam as seguintes características:

Plano de Contribuição Definida: plano de benefícios pós-emprego pelo qual a Patrocinadora paga contribuições fixas para uma entidade separada, não possuindo qualquer responsabilidade sobre as insuficiências atuariais desse plano. As obrigações são reconhecidas como despesas no resultado do exercício em que os serviços são prestados.

Plano de Benefício Definido: A obrigação líquida é calculada pela diferença entre o valor presente da obrigação atuarial obtida através de premissas, estudos biométricos e taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, e o valor justo dos ativos do plano na data do balanço. A obrigação atuarial é anualmente calculada por atuários independentes, sob responsabilidade da Administração, através do método da unidade de crédito projetada. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes, conforme ocorrem. Os juros líquidos (receita ou despesa) são calculados aplicando a taxa de desconto no início do período ao valor líquido do passivo ou ativo de benefício definido. O registro de custos de serviços passados, quando aplicável, é efetuado imediatamente no resultado.

Para os casos em que o plano se torne superavitário e exista a necessidade de reconhecimento de um ativo, tal reconhecimento é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos ou reduções futuras nas contribuições ao plano.

3.12 Dividendos

De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir a parcela de lucro estabelecida no Estatuto Social como dividendo obrigatório, não podendo este ser inferior a 25% do lucro ajustado nos termos do inciso I do artigo 202 da Lei 6.404/76, ou se o Estatuto for omissivo, distribuir metade do lucro ajustado conforme mesmo inciso supramencionado. Apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado, já o dividendo declarado ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, os montantes excedentes ao dividendo mínimo obrigatório, conforme rege a Lei 6.404/76, são mantidos no patrimônio líquido, em conta de dividendo adicional proposto, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras.

Em 21 de maio de 2019, atualizada em 16 de dezembro de 2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou uma Política de Dividendos que estabelece a distribuição de dividendo anual pela Companhia de, no mínimo, 50% do lucro líquido ajustado de acordo com a Lei 6.404/76. Esta política estabelece fatores que influenciarão nos valores das distribuições, tais como a condição financeira da Companhia, perspectivas futuras, condições macroeconômicas, revisões e reajustes tarifários, mudanças regulatórias e a estratégia de crescimento da Companhia. Também destaca que certas obrigações constantes dos contratos financeiros podem limitar o valor a ser distribuído. A política aprovada possui natureza meramente indicativa, com o objetivo de sinalizar ao mercado o tratamento que a Companhia pretende dispensar à distribuição de dividendos, possuindo, portanto, caráter programático e não vinculativo à Companhia ou a seus órgãos sociais.

Conforme definido no Estatuto Social da Companhia e em consonância com a legislação societária vigente, compete ao Conselho de Administração a declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários apurados através de balanço semestral. A declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários na data base 30 de junho, quando houver, só é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia após a data de deliberação do Conselho de Administração.

Os juros sobre capital próprio recebem o mesmo tratamento do dividendo e também estão demonstrados na mutação do patrimônio líquido. O imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio é sempre contabilizado a débito no patrimônio líquido em contrapartida ao passivo no momento de sua deliberação, mesmo que ainda não aprovado, por atenderem o critério de obrigação no momento da proposição pela Administração.



3.13 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades das controladas é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

3.14 Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, nos quais já são reconhecidos a valores líquidos destes efeitos fiscais, e os decorrentes de contabilização inicial em combinações de negócios.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e para prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

Determinadas controladas registraram em suas demonstrações financeiras os efeitos dos créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas da contribuição social e diferenças temporariamente indedutíveis, suportados por previsão de geração futura de bases tributáveis de imposto de renda e contribuição social. As controladas registraram, também, créditos fiscais referentes ao benefício dos intangíveis incorporados, os quais estão sendo amortizados linearmente pelo prazo remanescente de cada contrato de concessão.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Conforme facultado pela legislação tributária, determinadas controladas consolidadas optaram pelo regime de tributação com base no lucro presumido. A base de cálculo do imposto de renda e a contribuição social é calculada à razão de 8% no cálculo do imposto de renda e 12% no cálculo da contribuição sobre a receita bruta proveniente da venda de energia elétrica e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescidas do adicional de 10% para o imposto de renda, e de 9% para a contribuição social. Por esse motivo, essas controladas consolidadas não registraram imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos e diferenças temporárias e não estão inseridas no contexto da não cumulatividade na apuração do Programa de Integração Social – PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório anual e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.15 Resultado por ação



O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e a média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores, ajustado pelos efeitos dos instrumentos que potencialmente impactariam o resultado do exercício e pela média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41/IAS 33.

3.16 Arrendamentos

Com a adoção do IFRS 16 (CPC 06 (R2)) – a Companhia passou a reconhecer um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de aluguéis que não foram pagos na data de transição, descontados usando a taxa incremental, uma taxa nominal fixa baseada no endividamento da Companhia.

O prazo do arrendamento equivale ao período mínimo não cancelável dos contratos e a Companhia não adiciona ao prazo do arrendamento os períodos cobertos por uma opção de renovação, exceto nos casos em que a Companhia ou a controlada esteja razoavelmente certa de que a opção de renovação será exercida. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento e, quando aplicável, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados de forma antecipada, custos diretos iniciais incorridos, estimativas de custo para desmontagem e remoção e incentivos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente amortizado pelo mesmo método de depreciação/amortização aplicado para itens similares do ativo imobilizado e/ou intangível de direito de concessão (distribuidoras) e, se aplicável, também será reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A Companhia remensura o passivo de arrendamento se houver uma alteração no prazo do arrendamento ou se houver alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração no índice ou na taxa utilizada para determinar esses pagamentos, reconhecendo o valor da remensuração do passivo de arrendamento como ajuste ao ativo de direito de uso.

3.17 Combinação de negócios

Combinações de negócios são registradas utilizando o método da aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende à definição de um negócio e o controle é transferido para a Companhia. Ao determinar se um conjunto de atividades e ativos é um negócio, a Companhia avalia se o conjunto de ativos e atividades adquiridos inclui, no mínimo, um *input* e um processo substantivo que juntos contribuam, significativamente, para a capacidade de gerar *output*.

A Companhia tem a opção de aplicar um "teste de concentração" que permite uma avaliação simplificada se um conjunto de atividades e ativos adquiridos não é um negócio. O teste de concentração opcional é atendido se, substancialmente, todo o valor justo dos ativos brutos adquiridos estiver concentrado em um único ativo identificável ou grupo de ativos identificáveis similares.

A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é geralmente mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos, dos passivos incorridos na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações emitidas pela Companhia e controladas em troca do controle da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Na data da aquisição, ativos e passivos são reconhecidos pelo valor justo, exceto por: (i) tributos diferidos, (ii) benefícios a empregados e (iii) transações com pagamento baseado em ações.

As participações dos acionistas não controladores poderão ser inicialmente mensuradas pelo valor justo ou com base na parcela proporcional das participações de acionistas não controladores nos valores reconhecidos dos ativos líquidos identificáveis da adquirida. A seleção do método de mensuração é feita transação a transação.

A diferença líquida positiva, se houver, entre a contraprestação transferida, somada à parcela dos acionistas não controladores, e o valor justo dos ativos identificados (incluindo ativo intangível de exploração da



concessão) e passivos assumidos líquidos, na data da aquisição, é registrada como ágio (“goodwill”). Em caso de diferença líquida negativa, uma compra vantajosa é identificada e o ganho é registrado na demonstração de resultado do exercício, na data da aquisição.

3.18 Base de consolidação

(i) Combinações de negócios

A Companhia mensura o ágio como o valor justo da contraprestação transferida incluindo o valor reconhecido de qualquer participação de não-controladores na companhia adquirida, deduzindo o valor justo reconhecido dos ativos e passivos assumidos identificáveis, todos mensurados na data da aquisição.

(ii) Controladas e empreendimentos controlados em conjunto e coligadas

As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir. Para os empreendimentos controlados em conjunto (*joint venture*), este registro se dá por meio do método de equivalência patrimonial a partir do momento em que o controle compartilhado se inicia.

As políticas contábeis das controladas e dos empreendimentos controlados em conjunto consideradas na consolidação e/ou equivalência patrimonial, conforme o caso, estão alinhadas com as políticas contábeis adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas e de empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Nas demonstrações financeiras consolidadas, as informações dos empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem os saldos e transações da Companhia e de suas controladas. Os saldos e transações de ativos, passivos, receitas e despesas foram consolidados integralmente para as controladas. Anteriormente à consolidação com as demonstrações financeiras da Companhia, as demonstrações financeiras das controladas PCH Holding, Turbina 16, DESA Dobrevê e DESA Eólicas são consolidadas integralmente com as de suas respectivas controladas (subconsolidação).

Saldos e transações entre empresas da Companhia, e quaisquer receitas ou despesas derivadas destas transações são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas são eliminados na proporção da participação da Companhia na controlada, se aplicável. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Para controladas, a parcela relativa aos acionistas não controladores está destacada no patrimônio líquido e nas demonstrações do resultado e resultado abrangente em cada exercício apresentado.

Os saldos dos empreendimentos controlados em conjunto, bem como o percentual de participação da Companhia em cada um deles, está descrito na nota 12.5.

(iii) Aquisição de participação de acionistas não-controladores

É registrada como transação entre acionistas. Consequentemente, nenhum ganho ou ágio é reconhecido como resultado de tal transação.

3.19 Mudanças nas principais políticas contábeis

A partir de 1º de janeiro de 2023, a Companhia adotou as alterações ao CPC 32 / IAS 12 de tributos sobre lucro, o qual, estabeleceu o reconhecimento de imposto diferido sobre transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributárias e dedutíveis, mas vale ressaltar que na Companhia, não houve impactos significativos com a adoção das alterações na norma. Também levou



em consideração as mudanças ocorridas no CPC 23 / IAS 8 considerando as mudanças introduzidas na definição de estimativas contábeis e os esclarecimentos a respeito da distinção de estimativas contábeis e políticas contábeis. Por fim, destaca-se também a adoção ocorrida no CPC 26 (R1) / IAS 1 no que concerne a aplicação de julgamento de materialidade para as políticas contábeis, ao levar em consideração que as políticas contábeis materiais são aquelas que, em conjunto com outras informações das demonstrações contábeis, influenciem nas decisões dos principais usuários das demonstrações contábeis. Outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023, mas, assim como as destacadas acima, não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia.

3.20 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Novas normas e emendas às normas e interpretações IFRS foram emitidas pelo IASB e ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023. A Companhia não adotou essas alterações de forma antecipada na preparação destas demonstrações financeiras:

(a) Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes (CPC 26 (R1) / IAS 1)

Em janeiro de 2020 o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (CPC 26 (R1)) para esclarecer os requisitos para a apresentação de passivos nas demonstrações financeiras. As alterações estabelecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos da entidade existentes na data do balanço. Assim, para uma entidade classificar passivos como não circulantes, deve possuir o direito discricionário de refinanciamento da obrigação e de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço, por exemplo. Em outubro de 2022, nova alteração foi emitida pelo IFRS a fim de esclarecer que a Entidade que possuir passivos com cláusulas contratuais restritivas (covenants) apenas será afetada pela classificação do passivo para casos em que o atingimento desses índices deva ocorrer até a data do balanço.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 e serão aplicáveis para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período.

(b) Divulgações Gerais relacionadas à Sustentabilidade (IFRS S1) e Divulgações Relacionadas ao Clima (IFRS S2).

Em junho de 2023, o International Sustainability Standards Board (ISSB) emitiu as suas duas primeiras Normas de Divulgação de Sustentabilidade IFRS, a IFRS S1 de Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade e a IFRS S2 de Divulgações Relacionadas ao Clima.

A IFRS S1 estabelece os requisitos gerais de como as Companhias devem divulgar em seu relatório, informações relevantes sobre os riscos e oportunidades relacionados à Sustentabilidade e que sejam importantes para tomada de decisão dos usuários das Demonstrações Financeiras, uma vez que possam impactar diretamente nas decisões da empresa.

Já a IFRS S2, considerando os efeitos de todas as alterações climáticas que estão ocorrendo e venham a ocorrer ao longo dos anos, exige a divulgação dos riscos e oportunidades relacionados com o clima, levando em conta o setor, indústria e demais circunstâncias nas quais a empresa atua. Vale ressaltar que a IFRS destaca que as mudanças climáticas se apresentam como risco para as empresas que estão expostas diretamente ou indiretamente a tais mudanças e oportunidade para empresas que atuam como mitigadoras das mudanças climáticas.

As empresas são obrigadas a aplicar a IFRS S1 e a IFRS S2 em conjunto para garantir a conformidade com as Normas de Divulgação de Sustentabilidade IFRS. Pelo IFRS, as alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024. No Brasil, para as Companhias abertas, a elaboração e divulgação do relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade foi aprovada pela CVM através da Resolução CVM 193 de 20 de outubro de 2023, com adoção voluntária a partir de 1º de janeiro de 2024 e adoção obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2026.



Para as novas interpretações e mudanças citadas acima ainda não vigentes, destaca-se que a Companhia está avaliando as alterações e os novos pronunciamentos, mas não espera impactos relevantes sobre as divulgações e montantes reconhecidos em suas demonstrações financeiras consolidadas, e não adotará.

(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

A Companhia determinou o valor justo como o valor pelo qual um ativo pode ser negociado, ou um passivo liquidado, entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com a ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória.

- Imobilizado

O valor justo dos itens do ativo imobilizado é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

- Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 32) e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora.

(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Saldos bancários	1.362	389	10.895	8.370
Aplicações financeiras	95.575	104.928	463.870	497.001
Aplicações de curtíssimo prazo (a)	-	-	1.979	878
Títulos de crédito privado (b)	65.308	104.386	258.197	395.227
Operações compromissadas em Debêntures (b)	8.195	-	59.403	-
Fundos de investimento (c)	22.072	542	144.291	100.896
Total	96.937	105.317	474.765	505.371

- a) Saldos bancários disponíveis em conta corrente que são remunerados diariamente através de aplicações em Certificados de Depósitos Bancários ("CDB's") e remuneração de 15% da variação do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") (20% da variação do CDI em 31 de dezembro de 2022).
- b) Corresponde a operações de curto prazo em: (i) Certificados de Depósitos Bancários ("CDB's") e (ii) Operações Compromissadas em debêntures realizadas com instituições financeiras de grande porte que operam no mercado financeiro nacional. Todos com liquidez diária, vencimento de curto prazo, baixo risco de crédito e remuneração equivalente na média de 102,93% do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") para CDB e 91,36% para Operações Compromissadas (102,46% do CDI para CDB e 84,89% do CDI para Operações Compromissadas em 31 de dezembro de 2022).
- c) Representa valores aplicados em fundos, com alta liquidez e remuneração equivalente na média de 100,38% do CDI (101,09% do CDI em 31 de dezembro de 2022), tendo como características aplicações pós-fixadas em CDI lastreadas em títulos públicos federais, CDB's e debêntures compromissadas de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito e vencimento de curto prazo.

**(6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Títulos e valores mobiliários				
Através de fundos de investimentos	31.889	1.121	208.473	208.886
Total	31.889	1.121	208.473	208.886

Em 31 de dezembro de 2023 representa valores aplicados em títulos de dívida pública e privada, Letra Financeira ("LF") e Letra Financeira do Tesouro ("LFT"), através de cotas de fundos de investimento, cuja remuneração equivalente, acumulada para 2023 é de 100,38% do CDI (101,09% do CDI em 31 de dezembro de 2022).

(7) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

	Controladora				
	Saldos vincendos	Vencidos		Total	
		até 90 dias	> 90 dias	2023	2022
Circulante					
Operações realizadas CCEE	-	-	1	1	1.845
Concessionárias e permissionárias	74.907	131.595	43	206.545	230.704
Total	74.907	131.595	44	206.546	232.549
PECLD				(46)	(583)
Total Circulante				206.500	231.966
Não Circulante					
Operações realizadas CCEE	6.381	-	-	6.381	6.694
Total não circulante	6.381	-	-	6.381	6.694

	Consolidado				
	Saldos vincendos	Vencidos		Total	
		até 90 dias	> 90 dias	2023	2022
Circulante					
Operações realizadas CCEE	68.333	4.737	9.182	82.252	74.722
Concessionárias e permissionárias	153.478	242.684	2.400	398.562	410.700
Total	221.811	247.421	11.582	480.814	485.422
PECLD				(343)	(658)
Total circulante				480.471	484.764
Não circulante					
Operações realizadas CCEE	9.393	-	-	9.393	11.456
Total não circulante	9.393	-	-	9.393	11.456

Operações realizadas na CCEE - Refere-se à liquidação de operações financeiras de compra e venda de energia. Os valores reclassificados para o longo prazo referem-se à inadimplência, majoritariamente, dos agentes geradores que, através de liminares, estão pleiteando junto à CCEE compensações aos impactos financeiros sofridos devido do risco hidrológico.



Concessionárias e permissionárias - Referem-se às provisões e faturas de vendas relacionadas à comercialização de energia elétrica. Os valores são contabilizados de acordo com o que está estabelecido nos contratos firmados entre as partes e obrigações regulatórias ligada ao negócio.

7.1. Provisão Estimativa para créditos de liquidação duvidosa (“PECLD”)

A PECLD é constituída com base na perda esperada, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, baseada em histórico e probabilidade futura de inadimplência.

O detalhamento da metodologia de provisão está descrito na nota 32.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa no consolidado está demonstrada a seguir:

	Controladora			Consolidado		
	Consumidores, concessionárias e permissionárias	Outros ativos (Nota 11)	Total	Consumidores, concessionárias e permissionárias	Outros ativos (Nota 11)	Total
Saldo em 31/12/2021	(27)	(352)	(379)	(378)	(379)	(757)
Constituição de provisão, líquida	(556)	-	(556)	(280)	-	(280)
Recuperação de receita	-	-	-	-	(14.755)	(14.755)
Baixa de provisão	-	-	-	-	14.755	14.755
Saldo em 31/12/2022	(583)	(352)	(935)	(658)	(379)	(1.038)
Reversão de provisão, líquida	536	-	536	315	27	342
Recuperação de receita	(148)	-	(148)	(474)	-	(474)
Baixa de provisão	148	-	148	474	-	474
Saldo em 31/12/2023	(46)	(352)	(399)	(343)	(352)	(696)
Total circulante	(46)	(352)	(399)	(343)	(352)	(696)

**(8) TRIBUTOS A COMPENSAR**

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Circulante				
Antecipações de Contribuição social sobre lucro líquido ("CSLL")	-	-	142	8
Antecipações de Imposto sobre a renda das pessoas jurídicas ("IRPJ")	-	-	394	-
IRPJ e CSLL	11.770	6.985	26.925	17.416
IRPJ e CSLL a compensar (a)	11.770	6.985	27.461	17.424
Imposto sobre a renda retido na fonte ("IRRF") (b)	12.320	8.779	24.847	22.022
Imposto sobre a circulação de mercadorias e prestação de serviços ("ICMS")	-	748	6.257	7.603
Programa de integração social ("PIS")	4.499	3.267	8.312	6.374
Contribuição para financiamento da seguridade social ("COFINS") (c)	18.182	15.033	36.976	30.659
Instituto nacional da seguridade social ("INSS")	1	1	16	16
Outros	93	113	666	526
Outros tributos a compensar	35.095	27.941	77.074	67.200
Total circulante	46.865	34.926	104.535	84.624
Não Circulante				
Antecipações de CSLL	3.109	2.764	4.564	5.300
Antecipações IRPJ	40.347	41.850	76.103	95.331
IRPJ e CSLL a compensar (a)	43.456	44.614	80.667	100.631
ICMS	49	26	3.300	3.622
PIS	-	-	416	1.202
COFINS (c)	-	-	420	2.642
Outros	-	-	82	81
Outros tributos a compensar	49	26	4.218	7.547
Total não circulante	43.505	44.640	84.885	108.178

(a) IRPJ e CSLL a compensar – refere-se a créditos tributários gerados por pagamentos efetuados a maior de acordo com o regime de lucro real e crédito base negativa de exercícios anteriores.

(b) IRRF refere-se a retenções sobre aplicações financeiras, retenções de órgãos públicos e de Imposto de Renda retido sobre mútuos, que não dependem de decisões judiciais ou administrativas para que sejam utilizadas.

(c) PIS e COFINS – Refere-se a créditos retidos na fonte por órgãos públicos sobre a venda de energia e créditos tomados sobre encargos, materiais, serviços e sobre compra de energia.



(9) CRÉDITOS E DÉBITOS FISCAIS DIFERIDOS

9.1 Composição dos créditos e débitos fiscais

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Crédito (Débito) de CSLL				
Bases negativas	153.466	149.683	153.466	149.683
Diferenças temporariamente indedutíveis/ tributáveis	(86.520)	(99.783)	(204.584)	(227.329)
	66.946	49.900	(51.118)	(77.646)
Crédito (Débito) de IRPJ				
Prejuízos fiscais	426.808	416.260	426.808	416.260
Benefício fiscal do intangível incorporado	5.600	6.892	5.600	6.892
Diferenças temporariamente indedutíveis/ tributáveis	(240.335)	(277.174)	(567.963)	(631.141)
	192.073	145.978	(135.555)	(207.989)
Total	259.019	195.878	(186.673)	(285.635)
Total crédito fiscal	259.019	195.878	260.771	197.115
Total débito fiscal	-	-	(447.444)	(482.750)

A expectativa de recuperação dos créditos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporariamente indedutíveis, benefício fiscal do intangível incorporado e bases negativas e prejuízos fiscais, está baseada nas projeções de lucros tributáveis futuros.

9.2 Benefício fiscal do intangível incorporado

Refere-se ao benefício fiscal calculado sobre os intangíveis da incorporação societária, em 2007, da SEMESA S.A. pela CPFL Geração de Energia S.A., e após incorporação de ativos ocorrida em setembro de 2020, a Companhia passou a deter tal intangível, que está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM nº 319/1999 e nº 349/2001 e ICPC 09 (R2) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. O benefício está sendo realizado de forma proporcional à amortização fiscal dos intangíveis incorporados que o originaram, conforme CPC 27 e CPC 04 (R1) – Esclarecimentos sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização durante o prazo remanescente da concessão, demonstrado na nota 14.



9.3 Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis / tributáveis

	Controladora			
	2023		2022	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Diferenças temporariamente indedutíveis/ tributáveis				
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	149	415	149	415
Provisão relacionada a pessoal	502	1.395	502	1.395
Derivativos - regime de caixa	589	1.637	(1.588)	(4.410)
Marcação a mercado - derivativo	281	782	1.213	3.369
Marcação a mercado - dívidas	(210)	(583)	(1.180)	(3.278)
Depreciação acelerada incentivada	(13.099)	(36.385)	(16.688)	(46.355)
Outras diferenças temporárias	968	2.689	968	2.689
Diferenças temporariamente indedutíveis/ tributáveis – resultado abrangente acumulado				
Perdas/Ganhos atuariais	(170)	(475)	158	439
Marcação a mercado - dívidas	(873)	(2.426)	(878)	(2.438)
Ativo imobilizado – ajustes custo atribuído	(32.808)	(91.134)	(35.978)	(99.940)
Diferenças temporariamente indedutíveis/ tributáveis – combinação de negócio				
<u>Impostos diferidos – ativo:</u>				
Valor justo de ativo imobilizado (menos valia de ativos)	10.023	27.840	11.210	31.139
<u>Impostos diferidos – passivo:</u>				
Mais valia decorrente da apuração de custo atribuído	(11.741)	(32.615)	(11.741)	(32.615)
Intangível – direito de exploração/ autorização	(40.131)	(111.475)	(45.930)	(127.583)
Total	(86.520)	(240.335)	(99.783)	(277.174)

	Consolidado			
	2023		2022	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Diferenças temporariamente indedutíveis/ tributáveis				
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	149	415	149	415
Provisão relacionada a pessoal	502	1.395	502	1.395
Derivativos - regime de caixa	589	1.637	(1.588)	(4.410)
Marcação a mercado - derivativo	281	782	1.213	3.369
Marcação a mercado - dívidas	(210)	(583)	(1.180)	(3.278)
Depreciação acelerada incentivada	(13.099)	(36.385)	(16.688)	(46.355)
Outras diferenças temporárias	968	2.689	968	2.689
Diferenças temporariamente indedutíveis/ tributáveis – resultado abrangente acumulado				
Perdas/Ganhos atuariais	(174)	(475)	158	439
Marcação a mercado - dívidas	(873)	(2.426)	(878)	(2.438)
Ativo imobilizado – ajustes custo atribuído	(32.808)	(91.134)	(35.978)	(99.940)
Diferenças temporariamente indedutíveis/ tributáveis – combinação de negócio				
<u>Impostos diferidos – ativo:</u>				
Valor justo de ativo imobilizado (menos valia de ativos)	13.404	37.235	14.592	40.533
<u>Impostos diferidos – passivo:</u>				
Mais valia decorrente da apuração de custo atribuído	(15.767)	(43.799)	(16.056)	(44.602)
Intangível – direito de exploração/ autorização	(157.550)	(437.314)	(172.542)	(478.958)
Total	(204.584)	(567.963)	(227.329)	(631.141)



9.4 Expectativa do período de recuperação

A expectativa do período de recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados no ativo não circulante, são decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa baseadas nas projeções de resultados futuros. Sua composição é como segue:

Consolidado	
2024	100.066
2025	109.340
2026	119.390
2027	128.588
2028 a 2030	92.906
2031 a 2033	24.996
Total	575.286

9.5 Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos exercícios de 2023 e 2022:

	Controladora			
	2023		2022	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro antes dos tributos	1.542.188	1.542.188	1.419.467	1.419.467
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Resultado de participações societárias	(690.845)	(690.845)	(743.776)	(743.776)
Outras adições permanentes, líquidas	7.055	8.637	57.104	57.229
Base de cálculo	858.398	859.980	732.795	732.920
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Débito fiscal apurado	(77.256)	(214.995)	(65.952)	(183.230)
Ajuste de créditos fiscais	29.132	80.955	32.085	89.893
Total	(48.124)	(134.040)	(33.866)	(93.337)
Corrente	(65.495)	(181.038)	(52.118)	(143.087)
Diferido	17.371	46.998	18.252	49.750
	Consolidado			
	2023		2022	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro antes dos tributos	1.637.960	1.637.960	1.508.332	1.508.332
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Resultado de participações societárias	2.490	2.490	1.444	1.444
Efeito regime lucro presumido	(518.072)	(607.059)	(595.727)	(683.675)
Outras adições permanentes, líquidas	22.607	24.189	83.373	83.439
Base de cálculo	1.144.986	1.057.581	997.422	909.540
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Crédito (Débito) fiscal apurado	(103.049)	(264.395)	(89.768)	(227.385)
Ajuste de créditos fiscais	29.572	82.291	32.900	92.227
Total	(73.476)	(182.104)	(56.868)	(135.158)
Corrente	(100.329)	(255.441)	(84.632)	(211.303)
Diferido	26.853	73.337	27.764	76.145

Ajustes de créditos fiscais – refere-se ao (i) crédito fiscal constituído sobre o prejuízo fiscal e base negativa, registrada em função da revisão das projeções de resultados futuros.



A receita de imposto de renda e contribuição social diferidos registrada no resultado do exercício no montante de R\$ 101.189 (R\$ 103.194 em 2022).

9.6 Imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido (outros resultados abrangentes) nos exercícios de 2023 e 2022 foram os seguintes:

	Consolidado			
	2023		2022	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Ganhos atuariais	(2.384)	(2.384)	(6.465)	(6.465)
Base de cálculo	(2.384)	(2.384)	(6.465)	(6.465)
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Tributos apurados (*)	-	-	-	-
Tributos reconhecidos em outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Custo atribuído de ativo imobilizado	40.322	40.322	40.870	40.870
	40.322	40.322	40.870	40.870
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Tributos apurados	(3.629)	(10.081)	(3.678)	(10.218)
Tributos reconhecidos em outros resultados abrangentes	(3.629)	(10.081)	(3.678)	(10.218)

(*) Não houve apuração dos impostos diferidos para o resultado atuarial, por não haver expectativa de realização.

9.7 Créditos fiscais não reconhecidos

Em 31 de dezembro de 2023, as controladas da CPFL Renováveis possuem créditos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre prejuízos fiscais e bases negativas que não foram reconhecidos por não haver, neste momento, razoável certeza de geração de lucros tributáveis futuros suficientes à absorção dos referidos ativos. Em 31 de dezembro de 2023, as principais controladas que possuem tais créditos de imposto de renda e contribuição social não registrados somam R\$ 39.286 (R\$ 69.609 em 31 de dezembro de 2022). Não há prazo de prescrição para utilização dos prejuízos fiscais e bases negativas.



(10) ARRENDAMENTOS

(a) Direito de uso

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os direitos de uso estão apresentados pelos seguintes ativos subjacentes:

Custo ou avaliação: (1)	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2022	5.166	77.279
Adições	37	802
Baixas	-	-
Remensurações (2)	6.583	5.620
Saldos em 31 de dezembro de 2023	11.787	83.701
Amortização acumulada: (3)		
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(3.999)	(23.746)
Amortizações no exercício	(1.929)	(4.148)
Baixas	-	-
Remensurações (2)	521	728
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(5.407)	(27.166)
Valor residual líquido		
Em 31 de dezembro de 2022	1.167	53.533
Em 31 de dezembro de 2023	6.380	56.535

(1) Direito de uso composto pelas classes de Terras e Imóveis

(2) Atualização do índice de correção, substancialmente composto pela variação do IPCA e taxa NTN-b.

Apresentamos a seguir as taxas médias ponderadas de amortização por classe de direito de uso, Controladora e Consolidado, em 31 de março de 2023 e 2022:

Classe	Taxa média (% ao ano)	
	2023	2022
Terras	24%	20%
Imóveis	3%	3%

(b) Passivo de arrendamento

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a movimentação do passivo de arrendamento, é como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(1.447)	(70.538)
Adições	(37)	(294)
Baixas	-	-
Pagamentos	3.358	11.706
Juros	(1.915)	(9.589)
Remensuração (1)	(8.071)	(7.985)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(8.112)	(76.700)
Total circulante	(1.072)	(4.509)
Total não circulante	(7.040)	(72.191)

(1) Atualização do índice de correção, substancialmente composto pela variação do IPCA e taxa NTN-b.



A taxa incremental média ponderada anual de empréstimos aplicada ao passivo de arrendamento em 31 de dezembro de 2023, na Controladora e no Consolidado, foi de 13,8% (14,6% em 31 de dezembro de 2022) e 14,6% (14,6% em 31 de dezembro de 2022), respectivamente.

O vencimento médio ponderado dos contratos de arrendamento, na Controladora e Consolidado, em 31 de dezembro de 2023 é de 345 meses (347 meses em 31 de dezembro de 2022) e 357 meses (355 meses em 31 de dezembro de 2022).

(11) OUTROS ATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Créditos a receber	22.164	22.472	61.159	61.168
Créditos a receber – rateios	40.060	40.060	740	740
Adiantamentos – plano de pensão	1.950	266	1.950	266
Adiantamentos – fornecedores	543	1.577	10.791	7.079
Cauções, fundos e depósitos vinculados	-	11.064	7.885	19.299
Contratos de pré compra de energia	-	-	4.730	-
Ordens em curso	1.204	-	33.361	15.654
Despesas antecipadas	9.972	11.178	37.609	27.092
Adiantamentos a funcionários	998	1.450	998	1.450
Outros	1.442	3.662	88.675	26.247
PECLD (nota 7.1)	(352)	(352)	(352)	(379)
Total	77.981	91.377	247.546	158.618
Total circulante	52.431	55.565	118.702	75.225
Total não circulante	25.550	35.812	128.844	83.391

Créditos a receber: Refere-se a créditos a receber oriundos de contratos de empréstimos com os sócios minoritários das controladas e do Contrato de pré-compra da Baldin x Bioenergia.

Créditos a receber – rateios: Refere-se principalmente aos rateios de despesas de mão de obra da Companhia com suas controladas.

Adiantamento Fornecedores – Refere-se a adiantamento a fornecedores para o fornecimento (compra nacional e internacional), montagem e comissionamento de aerogeradores.

Cauções, fundos e depósitos vinculados - Referem-se a contas reserva constituídas nas controladas, de acordo com os respectivos contratos de empréstimos e financiamento a serem mantidas até a amortização dos mesmos.

Contratos de pré-compra de energia – Refere-se a pagamentos antecipados do contrato de pré-compra de energia realizado entre a CPFL Bioenergia e a Baldin. A realização desse saldo ocorre por meio do recebimento mensal de energia.

Outros – Refere-se, majoritariamente, a contas a receber constituído entre Bio Formosa e Vale Verde pela venda de ativos imobilizados.



(12) INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Participações societárias permanentes avaliadas por equivalência patrimonial				
Pelo patrimônio líquido da controlada e controlada em conjunto	5.278.444	5.628.232	113.621	127.288
Mais valia de ativos, líquidos	806.148	873.291	775	837
Total	6.084.592	6.501.522	114.396	128.126

12.1 Participações societárias permanentes por equivalência patrimonial

As principais informações sobre os investimentos em participações societárias permanentes diretas, são como segue:

Investimento	2023				2022			
	Participação no Capital %	Total do Ativo	Capital Social	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Participação patrimonial		Resultado de equivalência patrimonial
						2023	2022	
Alto Irani	100,00%	58.678	2.114	29.029	39.121	29.029	46.590	39.121
Atlântica I	100,00%	82.327	43.081	61.315	11.050	61.315	70.537	11.050
Atlântica II	100,00%	83.906	43.895	59.920	9.337	59.920	69.340	9.337
Atlântica IV	100,00%	86.623	53.081	70.230	9.969	70.230	80.938	9.969
Atlântica V	100,00%	95.278	50.579	75.248	9.257	75.248	84.362	9.257
BAESA - Energética Barra Grande S.A.	25,00%	1.066.811	398.351	454.375	(13.833)	113.621	127.288	(2.664)
Baixa Verde	95,00%	723	742	722	40	570	532	38
Bio Alvorada	100,00%	126.401	48.912	98.288	639	98.288	98.344	639
Bio Curitiba	100,00%	87.811	35.890	(18.050)	(55.582)	(18.050)	43.361	(65.582)
Bio Coopcana	100,00%	118.758	50.853	109.554	14.665	109.554	103.352	14.665
Bio Ester	100,00%	83.581	41.012	74.505	25.615	74.505	66.787	25.615
Bio Formosa	100,00%	83.260	48.841	67.366	15.796	67.366	55.273	15.796
Bio Ipê	100,00%	22.673	20.730	17.698	7.698	20.730	16.671	7.698
Bio Pedra	100,00%	161.034	35.086	121.168	71.949	121.168	62.270	71.949
Bioenergia	100,00%	59.300	38.889	56.367	19.477	56.367	56.168	19.477
Boa Vista 2	100,00%	265.815	125.635	152.168	13.263	152.168	140.905	13.263
Cachoeira Grande	100,00%	149	6.632	148	13	148	135	13
Cajuete	95,00%	1.038	536	1.003	56	689	664	53
Campos dos Ventos II	100,00%	110.071	62.602	65.172	1.280	65.172	71.057	1.280
Chimay Empreendimentos	100,00%	126.036	48.021	89.382	1.705	89.382	119.677	1.705
Costa Branca	95,00%	75.126	40.328	59.984	7.590	53.517	59.808	7.184
Costa das Dunas	95,00%	152.095	77.601	89.427	8.547	82.552	78.829	8.046
Dobrevé	100,00%	911.842	683.866	888.991	118.770	884.246	985.212	119.145
Eólica Paracuru	100,00%	53.747	18.030	41.108	41.091	40.787	38.557	40.787
Eurus VI	100,00%	24.382	15.195	16.170	798	15.467	798	541
Fenol de Touros	94,00%	127.305	57.469	66.909	4.297	61.181	58.183	4.102
Figueira Branca	100,00%	57.696	26.519	29.323	2.532	28.796	28.796	2.532
Gamelaíra	100,00%	86.264	40.647	43.296	3.740	43.296	56.618	3.740
Jayaditya Empreendimentos	100,00%	46.406	2.082	10.797	1.037	10.797	24.725	1.037
Juremas	95,00%	61.825	29.841	39.358	5.520	34.709	36.059	5.067
Macacos	95,00%	78.769	41.721	52.046	4.634	47.412	55.074	4.270
Mohini Empreendimentos	100,00%	62.855	8.015	15.059	1.986	15.059	37.442	1.986
Navegantes	95,00%	152	477	151	14	144	130	14
PCH Holding	100,00%	481.334	315.693	475.238	134.521	475.238	525.168	134.521
Pedra Chetrosa I	100,00%	162.917	127.000	132.230	751	132.230	132.734	752
Pedra Chetrosa II	100,00%	152.224	106.100	110.893	902	110.893	118.091	902
Pedra Preta	95,00%	73.746	36.469	58.381	10.479	51.176	57.158	9.900
Plano Alto	100,00%	45.550	3.341	21.768	29.652	21.768	37.978	29.653
Rosa dos Ventos	100,00%	57.791	15.740	49.279	23.243	49.263	36.036	23.228
Salto Góes	100,00%	104.501	76.400	101.725	18.417	101.725	101.506	18.417
Santa Clara I	100,00%	97.828	61.107	64.512	757	64.512	74.705	757
Santa Clara II	100,00%	74.202	39.898	43.265	948	43.265	56.297	948
Santa Clara III	100,00%	77.737	37.928	43.249	2.952	43.249	55.655	2.952
Santa Clara IV	100,00%	74.644	42.322	45.870	1.745	45.870	56.113	1.745
Santa Clara V	100,00%	78.606	40.298	44.999	2.839	44.999	55.261	2.839
Santa Clara VI	100,00%	77.121	44.974	48.445	2.098	48.445	56.261	2.098
Santa Cruz	100,00%	288.923	128.960	125.788	962	125.791	63.577	964
Santa Luzia	100,00%	169.136	89.314	164.979	27.319	164.979	173.077	27.319
SIIF Chico	100,00%	85.656	42.662	71.135	31.962	70.944	67.327	31.771
Solar I	100,00%	1.416	500	1.039	23	1.039	1.016	23
Sul Centrais Elétricas	100,00%	27.416	14.183	20.064	1.621	20.064	18.442	1.621
Turbina 16	100,00%	1.044.653	876.475	1.044.600	85.321	1.044.600	1.099.963	85.321
Turbina 17	100,00%	59.344	51.901	52.852	644	52.852	62.716	645
Total		7.693.482	4.339.687	5.661.570	760.098	5.278.444	5.628.232	768.726
Investimento pelo patrimônio líquido da controlada								822.260
Amortização do ágio, líquido de efeitos fiscais								(66.869)
Amortização da mais valia de ativos, líquido de efeitos fiscais								(10.243)
Amortização de juros capitalizados								(1.370)
Total						5.288.444	5.628.232	690.845
								743.776

A mais valia dos ativos líquidos adquiridos em combinações de negócios é classificada, no balanço da controladora, no grupo de Investimentos. Na demonstração do resultado da controladora, a amortização da mais valia de ativos de R\$ 66.268 (R\$ 66.869 no ano de 2022) é classificada na rubrica “resultado de participações societárias”, em consonância com o ICPC 09 (R2).

No consolidado, o saldo de investimento corresponde à participação no empreendimento controlado em conjunto registrado pelo método de equivalência patrimonial:

	Consolidado			
	2023		2022	
	Participação no Capital %	Total do Ativo	Patrimônio líquido	Resultado do exercício do exercício
Investimento				
BAESA – Energética Barra Grande S.A.	25,0059%	1.066.811	454.375	(13.833)
Investimento pelo patrimônio líquido da controlada				
Amortização da mais valia de ativos: líquido de efeitos fiscais				
Total				
			113.621	127.288
			113.621	127.288
				Resultado de equivalência patrimonial
				(2.664)
				174
				(2.490)
				(1.381)
				(1.381)
				(63)
				(1.444)

A movimentação, na controladora dos saldos de investimento em controladas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são:



Controladora

	Investimentos em 31/12/2022	Aumento/ Redução de Capital	Outros	Amortização/ Capitalização de Juros	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos	Investimentos em 31/12/2023
Alto Irani	46.590	-	-	-	39.121	(56.682)	23.029
Atlântica I	70.537	-	-	-	11.050	(20.272)	61.315
Atlântica II	69.340	-	-	-	9.337	(18.757)	59.920
Atlântica IV	80.938	-	-	-	9.969	(20.678)	70.230
Atlântica V	84.362	-	-	-	9.257	(18.371)	75.248
BAESA - Energética Barra Grande	127.288	-	-	-	(2.664)	(11.003)	113.621
Baixa Verde	532	-	-	-	38	-	570
Bio Alvorada	98.344	-	-	-	639	(695)	98.288
Bio Buriti	43.361	-	-	-	(55.582)	(5.829)	(18.050)
Bio Coopcana	103.352	-	-	-	14.665	(8.463)	109.554
Bio Ester	66.787	-	-	-	25.615	(17.897)	74.505
Bio Formosa	55.273	-	10.145	-	15.796	(13.848)	67.366
Bio Ipê	16.671	-	-	(61)	7.699	(3.578)	20.730
Bio Pedra	62.270	-	-	(249)	71.949	(12.802)	121.168
Bioenergia	56.168	-	-	-	19.477	(19.278)	56.367
Boa Vista 2	140.905	-	-	-	13.263	(2.000)	152.168
Cachoeira Grande	135	-	-	-	13	-	148
Cajueiro	664	-	-	-	53	(28)	689
Campos dos Ventos II	71.057	(7.000)	-	-	1.280	(165)	65.172
Chimay	119.677	-	-	-	1.705	(32.000)	89.382
Costa Branca	59.808	82	-	-	7.184	(13.557)	53.517
Costa das Dunas	78.829	-	-	-	8.046	(4.323)	82.552
Dobrevé Energia	985.212	(103.000)	-	-	119.145	(117.111)	884.246
Edifica Paracuru	38.557	-	-	-	40.769	(38.539)	40.787
Eurus VI	15.467	-	-	(23)	798	(72)	16.170
Farol de Touros	58.183	-	-	-	4.102	(1.104)	61.181
Figueira Branca	28.796	-	-	-	2.532	(2.005)	29.323
Gamaleira	56.618	(13.000)	-	-	3.740	(4.062)	43.296
Jayaditya	24.725	-	-	-	1.037	(14.965)	10.797
Juremas	36.059	97	-	-	5.067	(6.514)	34.709
Macacos	55.074	111	-	-	5.250	(14.094)	46.342
Mohini	37.442	-	-	-	1.986	(24.369)	15.059
Navegantes	130	-	-	-	14	-	144
PCH Holding	525.168	-	-	-	134.521	(184.451)	475.238
Pedra Cheirosa I	132.734	-	-	-	752	(1.254)	132.230
Pedra Cheirosa II	118.091	-	-	-	902	(8.100)	110.893
Pedra Preta	57.158	99	-	-	9.900	(15.980)	51.176
Plano Alto	37.978	-	-	-	29.653	(45.862)	21.768
Rosa dos Ventos	36.036	-	-	-	23.228	(10.000)	49.263
Salto Góes	101.506	-	-	-	18.417	(18.198)	101.725
Santa Clara I	74.705	(10.000)	-	(239)	757	(711)	64.512
Santa Clara II	56.297	(9.000)	-	(216)	948	(4.764)	43.265
Santa Clara III	55.655	(10.000)	-	(186)	2.952	(5.172)	43.249
Santa Clara IV	56.113	(8.000)	-	(147)	1.745	(3.841)	45.870
Santa Clara V	55.261	(9.000)	-	(139)	2.839	(3.962)	44.999
Santa Clara VI	56.261	(7.000)	-	(111)	2.098	(2.803)	48.445
Santa Cruz	63.577	61.250	-	-	964	-	125.791
Santa Luzia	173.077	-	-	-	27.319	(35.418)	164.978
SIF - Cinco	67.327	-	-	-	31.771	(28.155)	70.944
Solar I	1.016	-	-	-	23	-	1.039
Sul Centrais Elétricas	18.442	-	-	-	1.621	-	20.064
Turbina 16	1.099.963	-	-	-	85.321	(140.684)	1.044.600
Turbina 17	52.716	-	-	-	645	(509)	52.852
Total dos investimentos	5.628.232	(114.361)	10.145	(1.370)	768.726	(1.012.925)	5.278.444



A movimentação, no consolidado, dos saldos de investimento em controladas em conjunto, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 é como segue:

Consolidado				
Investimentos	Investimentos em 31/12/2022	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos	Investimentos em 31/12/2023
BAESA-Energética Barra Grande S.A.	127.288	(2.664)	(11.003)	113.621
Total dos investimentos	127.288	(2.664)	(11.003)	113.621

12.2 Mais valia de ativos

A mais valia de ativos refere-se basicamente ao direito de explorar a concessão adquirido através de combinações de negócios. Os ativos referem-se basicamente a aquisições de investimentos e está suportado pela perspectiva de rentabilidade futura (vide nota 13).

Nas demonstrações financeiras consolidadas estes valores estão classificados no grupo de Intangível (nota 14).

12.3 Dividendo a receber

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022, os seguintes saldos a receber das controladas diretas, referentes a dividendos:

	Controladora	
	2023	2022
BAESA	7.502	1.500
Bio Alvorada	-	1
Bio Coopcana	6.463	-
Bio Ester	5.097	1.200
Bio Pedra	12.802	-
Cajueiro	46	17
Chimay	10.000	-
Costa Branca	1.824	439
Costa das Dunas	2.030	14
Farol de Touros	2.289	2.989
Jayaditya	2.361	-
Mohini	7.869	-
Juremas	1.326	1.014
Macacos	1.332	881
Pedra Preta	2.514	254
PCH Holding	6.000	-
Rosa dos Ventos	-	10.092
Santa Luzia	1.000	-
Sul Centrais Elétricas	-	1.125
Turbina 16	-	550
Turbina 17	4.865	4.865
	75.320	24.945

No consolidado, o saldo de dividendo a receber de R\$ 7.517 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 1.515 em 31 de dezembro de 2022), refere-se basicamente aos empreendimentos controlados em conjunto.

Após deliberações das AGOs/AGEs de suas controladas, a Companhia registrou em 2023 o montante de R\$ 758.517 (R\$ 697.406 em 31 de dezembro 2021) a título de dividendos referente ao exercício de 2022. Adicionalmente, as controladas declararam em 2023 (i) R\$ 173.361 (R\$ 132.048 em 31 de dezembro de 2021) como dividendo intermediário referente aos resultados intermediários de 2022; (ii) R\$ 550.175 (R\$ 350.811 em 31 de dezembro de 2021) decorrente de reversão de reservas para declaração de dividendo; e (iii) R\$



4.142 (R\$ 3.950 em 31 de dezembro de 2021) como dividendo mínimo obrigatório. Dos montantes registrados como contas a receber, R\$ 1.348.995 (R\$ 925.455 em 31 de dezembro de 2022) foram pagos pelas controladas para a Companhia em 2023.

12.4 Adiantamento para futuro aumento de capital

	Controladora	
	2023	2022
Santa Cruz	128.500	61.250
	128.500	61.250



12.5 Participação de acionistas não controladores e empreendimentos controlados em conjunto

A divulgação da participação em controladas, de acordo com a IFRS 12 e CPC 45, é como segue:

12.5.1 Movimentação da participação de acionistas não controladores

	Costa Branca	Costa das Dunas	Farol de Touros	Juremas	Macacos	Pedra Preta	Ludesa	Outros	Total
Saldo em 31/12/2021	5.381	4.742	4.245	3.816	4.965	5.327	80.372	440	109.288
Participação acionária e no capital votante	5,00%	4,87%	6,47%	5,00%	5,00%	5,00%	40,00%	5,00%	
Resultado atribuído aos acionistas não controladores	370	366	394	222	308	466	21.914	1	24.041
Aumento de capital sem alteração no controle	11	2	2	9	5	12	-	18	59
Distribuição de dividendos adicionais, intermediários e intercalares	(638)	(530)	(183)	(522)	(253)	(665)	(22.499)	-	(25.290)
Saldo em 31/12/2022	5.124	4.580	4.458	3.524	5.025	5.140	79.788	461	108.098
Participação acionária e no capital votante	5,00%	4,86%	6,47%	5,00%	5,00%	5,00%	40,00%	5,00%	
Resultado atribuído aos acionistas não controladores	380	415	278	276	275	524	20.205	4	22.356
Aumento (redução) de capital sem alteração no controle	11	1	1	5	13	11	(4.000)	-	(3.958)
Distribuição de dividendos adicionais, intermediários e intercalares	(729)	(224)	(66)	(357)	(761)	(858)	(21.755)	-	(24.749)
Saldo em 31/12/2023	4.785	4.772	4.671	3.449	4.552	4.817	74.237	464	101.747
Participação acionária e no capital votante	5,00%	4,86%	6,47%	5,00%	5,00%	5,00%	40,00%	5,00%	



12.5.2 Informações financeiras resumidas das controladas que têm participação de não controladores

As informações financeiras resumidas das controladas em que há participação de não controladores, em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, são como segue:

	Costa Branca		Costa das Dunas		Farol de Touros		Juremas		Macacos		Pedra Preta		Ludesa		Outros	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Ativo circulante	8.402	5.202	29.653	17.706	12.406	7.129	12.362	7.095	13.952	13.342	9.385	6.319	14.876	19.187	1.185	1.078
Caixa e equivalentes de caixa	2.660	760	17.306	13.950	1.101	266	4.859	1.579	4.926	3.353	2.191	1.053	2.649	5.182	1.167	1.076
Outros ativos	5.742	4.442	12.347	3.756	11.305	6.862	7.503	5.517	9.026	9.989	7.194	5.266	12.227	14.005	18	2
Ativo não circulante	66.724	70.154	122.442	127.767	114.899	120.531	49.463	49.603	64.817	66.624	64.361	66.104	109.039	116.095	728	733
Imobilizado e Intangível	66.608	69.894	120.653	125.690	113.712	118.864	48.872	48.963	64.237	65.937	64.202	65.865	108.417	116.095	643	643
Outros ativos	115	260	1.789	2.078	1.188	1.668	590	644	580	688	160	239	622	116.095	85	90
Passivo circulante	8.531	2.935	9.380	4.331	11.885	13.302	16.229	10.248	18.242	10.702	10.679	3.580	5.741	3.134	49	30
Empréstimos e financiamentos	-	-	2.913	2.810	2.588	2.478	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros contas a pagar	8.531	2.935	6.467	1.510	9.297	10.154	16.229	10.248	18.242	10.702	10.679	3.580	5.741	3.134	49	30
Passivo não circulante	8.431	7.655	55.317	57.762	49.532	51.746	7.564	7.004	9.807	9.341	7.195	6.724	1.000	1.000	-	-
Empréstimos e financiamentos	-	-	53.583	56.391	48.212	50.700	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros contas a pagar	8.431	7.655	1.734	1.371	1.321	1.046	7.564	7.004	9.807	9.341	7.195	6.724	1.000	1.000	-	-
Patrimônio líquido	58.164	64.765	87.397	83.381	65.888	62.612	38.032	39.446	50.719	59.923	55.873	62.119	117.174	131.148	1.863	1.782

	Costa Branca		Costa das Dunas		Farol de Touros		Juremas		Macacos		Pedra Preta		Ludesa		Outros	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Receita operacional líquida	18.258	17.560	24.100	26.179	20.659	20.768	13.264	11.684	16.825	16.088	19.634	17.939	66.008	70.504	-	-
Custo e despesa operacional	(6.153)	(6.000)	(7.622)	(6.776)	(6.364)	(1.182)	(4.361)	(4.556)	(7.259)	(6.428)	(4.894)	(4.758)	(5.567)	(5.583)	-	(37)
Depreciação e amortização	(3.844)	(3.861)	(5.366)	(6.684)	(5.323)	(6.223)	(2.631)	(2.620)	(3.365)	(3.340)	(3.455)	(3.461)	(8.227)	(8.325)	-	-
Receita de juros	576	384	2.674	2.386	502	980	805	617	1.169	749	551	507	748	747	140	105
Despesa de juros	(489)	(175)	(3.581)	(5.940)	(4.367)	(7.281)	(881)	(128)	(951)	(168)	(563)	(165)	(106)	(70)	-	-
Despesa de imposto sobre a renda	(758)	(517)	(1.658)	(1.629)	(810)	(977)	(676)	(565)	(914)	(750)	(794)	(730)	(2.344)	(2.487)	(22)	(12)
Lucro líquido do período	7.590	7.391	8.547	7.536	4.297	6.085	5.520	4.432	5.505	6.151	10.479	9.329	50.512	54.785	118	51



12.5.3 Empreendimento controlado em conjunto

As informações financeiras resumidas do empreendimento controlado em conjunto, em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, são como segue:

	BAESA	
	31/12/2023	31/12/2022
Ativo circulante	52.839	67.841
Caixa e equivalentes de caixa	13.099	21.333
Outros ativos	39.740	46.508
Ativo não circulante	1.013.972	1.070.100
Imobilizado e Intangível	996.551	1.057.055
Outros ativos	17.421	13.045
Passivo circulante	110.840	86.232
Fornecedores	12.403	18.988
Uso do bem público e Taxas regulamentares	56.057	54.263
Outros passivos	42.380	12.981
Passivo não circulante	501.595	542.675
Fornecedores	325	-
Uso do bem público e Taxas regulamentares	414.315	448.501
Outros passivos	86.955	94.174
Patrimônio líquido	454.375	509.033

	BAESA	
	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	195.121	323.099
Custo e despesa operacional	(146.169)	(213.034)
Depreciação e amortização	(57.559)	(57.154)
Receita de juros	4.748	6.204
Despesa de juros	(17.238)	(69.080)
Despesa de imposto sobre a renda	6.798	4.057
Equivalência patrimonial	466	184
Prejuízo líquido	(13.833)	(5.524)

12.5.4 Operação controlada em conjunto

A Companhia possui parte dos ativos do aproveitamento Hidrelétrico da Serra da Mesa, localizado no Rio Tocantins, no Estado de Goiás. A concessão e a operação do aproveitamento Hidrelétrico pertencem a Furnas Centrais Elétricas S.A. Por manter estes ativos em operação de forma compartilhada com Furnas (operação controlada em conjunto), ficou assegurada à CPFL Renováveis a participação de 51,54% da potência instalada de 1.275 MW (657 MW) e da energia assegurada de 637,5 MW médios (328,57 MW médios), até 2028.

**(13) IMOBILIZADO**

	Controladora							
	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Em curso	Total
Saldo em 31/12/2021	18.891	206.270	226.243	989.941	690	1.582	174.355	1.617.972
Custo histórico	18.945	466.193	531.549	2.690.564	2.044	5.360	174.355	3.889.010
Depreciação acumulada	(54)	(259.923)	(305.306)	(1.700.623)	(1.354)	(3.778)	-	(2.271.038)
Adições	-	-	-	-	-	-	94.510	94.510
Baixas	-	-	(9.965)	(12.015)	-	-	-	(21.980)
Transferências	-	-	-	36	-	-	5.812	5.848
Transferências de/ para outros ativos - custo	-	-	-	-	-	-	(5.848)	(5.848)
Depreciação	(3)	(12.448)	(14.495)	(106.641)	(207)	(214)	-	(134.008)
Baixa de depreciação	-	-	4.666	7.856	-	-	-	12.522
Saldo em 31/12/2022	18.888	193.822	206.449	879.177	483	1.368	268.829	1.569.016
Custo histórico	18.945	466.193	521.573	2.678.585	2.044	5.360	268.829	3.961.529
Depreciação acumulada	(57)	(272.371)	(315.124)	(1.799.408)	(1.561)	(3.992)	-	(2.392.513)
Adições	-	-	-	-	-	-	125.341	125.342
Baixas	-	(15)	-	(11.930)	(580)	(2)	-	(12.527)
Transferências	-	50	3.934	91.215	-	-	(95.199)	-
Transferências de/ para outros ativos - custo	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação	(1)	(12.449)	(14.680)	(109.613)	(199)	(178)	-	(137.120)
Baixa de depreciação	-	15	-	7.746	486	2	-	8.249
Saldo em 31/12/2023	18.887	181.423	195.703	856.595	190	1.190	298.972	1.552.960
Custo histórico	18.945	466.228	525.507	2.757.870	1.464	5.358	298.972	4.074.344
Depreciação acumulada	(58)	(284.805)	(329.804)	(1.901.275)	(1.274)	(4.168)	-	(2.521.384)
Taxa média de depreciação 2023	1,67%	2,67%	2,79%	3,97%	13,53%	3,37%		
Taxa média de depreciação 2022	2,73%	3,69%	3,07%	5,51%	13,33%	6,86%		



Consolidado

	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Em curso	Total
Saldo em 31/12/2021	147.735	968.016	667.988	5.553.458	705	2.809	392.029	7.732.740
Custo histórico	199.610	1.779.388	1.253.034	9.872.863	2.477	9.864	392.029	13.507.265
Depreciação acumulada	(51.875)	(811.372)	(585.046)	(4.319.405)	(1.772)	(7.055)	-	(5.774.525)
Adições	-	-	-	-	-	-	243.073	243.073
Baixas	-	(662)	-	(40.556)	-	-	(5.197)	(46.415)
Transferências	23	-	16.255	18.305	-	-	(34.583)	-
Depreciação	(3.429)	(37.521)	(67.236)	(418.768)	(213)	(435)	-	(527.602)
Baixa de depreciação	-	333	10.955	18.385	-	-	-	29.673
Saldo em 31/12/2022	144.329	930.166	627.962	5.130.824	492	2.374	595.322	7.431.469
Custo histórico	199.633	1.778.726	1.269.289	9.850.612	2.477	9.864	595.322	13.703.923
Depreciação acumulada	(55.304)	(848.560)	(641.327)	(4.719.788)	(1.985)	(7.490)	-	(6.272.454)
Adições	-	-	-	-	-	-	433.039	433.039
Baixas	-	(1.493)	(9.968)	(152.587)	(580)	(78)	(4.827)	(169.533)
Transferências	(1.677)	13.107	(24.156)	156.554	-	393	(144.221)	-
Depreciação	(3.305)	(37.223)	(33.676)	(407.181)	(206)	(394)	-	(481.985)
Baixa de depreciação	-	950	3.411	107.274	486	61	-	112.182
Saldo em 31/12/2023	139.347	905.507	563.573	4.834.884	192	2.356	879.313	7.325.172
Custo histórico	197.956	1.790.340	1.235.165	9.854.579	1.897	10.179	879.313	13.969.429
Depreciação acumulada	(58.609)	(884.833)	(671.592)	(5.019.695)	(1.705)	(7.823)	-	(6.644.257)
Taxa média de depreciação 2023	1,67%	2,08%	2,73%	4,13%	10,73%	3,88%		
Taxa média de depreciação 2022	1,77%	2,25%	2,43%	4,90%	13,45%	6,30%		

Saldo de imobilizado em curso no consolidado é de R\$ 868.449 (R\$ 595.324 em 31 de dezembro de 2022) refere-se principalmente às obras de construção da PCH Cherobin.

Os valores de depreciação estão registrados na demonstração do resultado, na linha de "Depreciação e amortização".



Em 31 de dezembro de 2023, o valor total de ativos imobilizados concedidos em garantia a empréstimos e financiamentos, conforme mencionado na nota 16, é de aproximadamente R\$ 550.986 (R\$ 602.386 em 31 de dezembro de 2022).

Teste de redução ao valor recuperável dos ativos

Anualmente a Administração avalia eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação, em linha com o CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Tal avaliação é baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros.

Para o ano de 2023, a Companhia identificou indicativos relacionados às condições hidrológicas de alta oferta no País para os negócios de algumas Unidades Geradoras de Caixa ("UGCs") do segmento de geração de energia, o que gerou uma mudança na projeção de geração de caixa destes ativos. O valor recuperável dessas UGCs, de R\$3.236.877, foi calculado com base no valor em uso de cada unidade geradora de caixa, utilizando a abordagem do fluxo de caixa livre para o acionista, técnica de avaliação que reflete o fluxo de caixa futuro de cada projeto. A Administração se baseou em premissas do orçamento plurianual, informações de mercado disponíveis e em desempenho em períodos anteriores.

As premissas utilizadas para cálculo do fluxo de caixa descontado de cada projeto, incluíram: (i) expectativas de volume de geração de energia; (ii) expectativas em relação aos preços futuros de energia; (iii) disponibilidade de capacidade de geração de energia; (iv) período de concessão/autorização; e (v) outras condições de mercado. A taxa de desconto utilizada pela Companhia foi de aproximadamente 11%.

Como resultado dos testes realizados foi reconhecido, em dezembro de 2023, para sua UGC Enercan, provisão para perdas no valor de R\$334.193. Esta perda foi alocada na demonstração de resultado na rubrica "Outras Despesas Operacionais" (nota explicativa nº 28).

Para as demais UGCs não houve necessidade de reconhecimento de provisão para redução ao valor recuperável dos seus ativos imobilizados e tampouco de seus ativos intangíveis de combinação de negócios.

No exercício de 2022 não houve necessidade de provisão para recuperação de ativos.

**(14) INTANGÍVEL**

	Controladora		
	Direito de concessão		
	Adquirido em combinação de negócio	Outros ativos intangíveis	Total
Saldo em 31/12/2021	771.847	31.505	803.352
Custo histórico	1.766.660	53.056	1.819.716
Amortização acumulada	(994.813)	(21.551)	(1.016.364)
Adições	-	9.450	9.450
Amortização	(64.431)	(8.038)	(72.469)
Baixa - outros ativos	(9.966)	(537)	(10.503)
Saldo em 31/12/2022	697.450	32.380	729.830
Custo histórico	1.766.660	62.506	1.829.166
Amortização acumulada	(1.069.210)	(30.126)	(1.099.336)
Adições	-	4.340	4.340
Amortização	(64.431)	(3.360)	(67.791)
Baixa - outros ativos	(9.966)	(5.490)	(15.456)
Baixa de amortização	-	3.778	3.778
Saldo em 31/12/2023	623.053	31.648	654.701
Custo histórico	1.756.694	61.356	1.818.050
Amortização acumulada	(1.133.641)	(29.708)	(1.163.349)

	Consolidado			
	Direito de concessão			
	Adquirido em combinação de negócio	Uso do bem público	Outros ativos intangíveis	Total
Saldo em 31/12/2021	2.174.807	131.452	48.376	2.354.635
Custo histórico	4.040.074	134.619	85.441	4.260.134
Amortização acumulada	(1.865.267)	(3.167)	(37.065)	(1.905.499)
Adições (a)	-	-	9.508	9.508
Amortização	(167.547)	(9.225)	(9.251)	(186.023)
Baixa - outros ativos	(2.092)	-	(537)	(2.629)
Perda por redução ao valor não recuperável	(6.550)	-	-	(6.550)
Saldo em 31/12/2022	1.998.618	122.227	48.096	2.168.941
Custo histórico	4.033.524	134.619	94.949	4.263.092
Amortização acumulada	(2.034.906)	(12.392)	(46.853)	(2.094.151)
Adições	-	-	4.340	4.340
Amortização	(168.375)	(9.201)	(4.564)	(182.140)
Baixa - outros ativos	(1.264)	-	(5.979)	(7.243)
Baixa de amortização	-	-	4.119	4.119
Transferências - outros ativos	-	(113.026)	113.026	-
Saldo em 31/12/2023	1.828.979	-	159.038	1.988.017
Custo histórico	4.032.260	21.593	206.336	4.260.189
Amortização acumulada	(2.203.545)	(21.593)	(47.298)	(2.272.172)



(a) Refere-se ao registro de extensão de outorga realizado pela Companhia em 30 de setembro de 2021 provenientes da repactuação do risco hidrológico. Para maiores detalhes, vide Nota 14.2.

No consolidado, os valores de amortização estão registrados como segue: (i) “depreciação e amortização de intangível de concessão” para a amortização do ativo intangível adquirido em combinação de negócios, Uso do Bem Público e (ii) “depreciação e amortização” para a amortização de outros ativos intangíveis.

14.1 Intangível adquirido em combinações de negócios

A composição do ativo intangível correspondente ao direito de explorar as concessões, adquirido em combinações de negócios, está demonstrado a seguir:

	Consolidado					
	31/12/2023		31/12/2022		Taxa de amortização anual	
	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido	31/12/2023	31/12/2022
Intangível adquirido não incorporado						
Alto Irani	171.016	(101.116)	69.900	78.043	4,76%	4,76%
Arvoredo	38.086	(22.451)	15.635	17.389	4,60%	4,60%
Atlântica I	469	(144)	325	339	3,13%	3,13%
Atlântica II	469	(144)	325	340	3,12%	3,12%
Atlântica IV	469	(144)	325	340	3,12%	3,12%
Atlântica V	469	(144)	325	340	3,12%	3,12%
Baixa Verde	4.981	-	4.981	4.981	-	-
Barra da Paciência	82.973	(61.483)	21.490	25.071	4,32%	4,32%
Bio Ester	15.874	(10.609)	5.265	6.208	5,94%	5,94%
Boa Vista 2	74.049	(11.794)	62.255	64.576	3,13%	3,13%
Cajueiro	7.823	-	7.823	7.823	-	-
Campo dos Ventos I	3.642	(1.013)	2.629	2.765	3,75%	3,75%
Campo dos Ventos II	5.576	(1.768)	3.808	3.979	3,07%	3,07%
Campo dos Ventos III	3.642	(1.021)	2.621	2.757	3,74%	3,74%
Campo dos Ventos V	3.642	(1.013)	2.629	2.765	3,75%	3,75%
Cocais Grande	29.297	(19.956)	9.341	10.898	5,31%	5,31%
Corrente Grande	49.995	(36.799)	13.196	15.366	4,34%	4,34%
Costa Branca	49.482	(14.807)	34.675	36.194	3,07%	3,07%
Costa das Dunas	5.278	(451)	4.827	4.982	2,93%	-
Eólica Paracuru	234.646	(136.641)	98.005	109.313	4,82%	4,82%
Eurus I	65.603	(19.247)	46.356	48.431	3,16%	3,14%
Eurus III	65.603	(19.247)	46.356	48.431	3,16%	3,14%
Eurus VI	1.311	(455)	856	896	3,02%	3,02%
Farol de Touros	4.060	(255)	3.805	3.923	2,90%	-
Figueira Branca	2.436	(194)	2.242	2.317	3,08%	-
Figueirópolis	6.672	(3.161)	3.511	3.850	5,09%	5,09%
Gameleira	3.248	(226)	3.022	3.119	2,99%	-
Juremas	40.751	(12.225)	28.526	29.780	3,08%	3,08%
Ludesa	132.073	(67.184)	64.889	72.100	5,46%	5,46%
Macacos	53.384	(16.015)	37.369	39.011	3,08%	3,08%
Mata Velha	25.463	(11.974)	13.489	15.081	6,25%	5,88%
Morro dos Ventos I	50.926	(15.306)	35.620	37.270	3,24%	3,22%
Morro dos Ventos II	3.169	(844)	2.325	2.424	3,12%	2,69%
Morro dos Ventos III	50.926	(15.306)	35.620	37.270	3,24%	3,22%
Morro dos Ventos IV	50.926	(15.306)	35.620	37.270	3,24%	3,22%
Morro dos Ventos VI	50.926	(15.306)	35.620	37.270	3,24%	3,22%
Morro dos Ventos IX	53.150	(15.975)	37.175	38.897	3,24%	3,22%
Ninho da Águia	29.297	(19.956)	9.341	10.898	5,31%	5,31%
PaioI	58.594	(34.943)	23.651	26.380	4,66%	4,66%
Pedra Cheirosa I	25.945	(8.134)	17.811	19.062	4,82%	4,07%
Pedra Cheirosa II	31.050	(7.316)	23.734	24.859	3,63%	3,43%
Pedra Preta	53.390	(15.976)	37.414	39.053	3,07%	3,07%
Plano Alto	127.249	(75.239)	52.010	58.070	4,76%	4,76%
Rosa dos Ventos	67.741	(36.334)	31.407	35.102	5,45%	5,45%
Salto Góes	55.442	(22.210)	33.232	35.235	3,61%	3,61%
Santa Clara I	5.229	(1.818)	3.411	3.570	3,02%	3,02%
Santa Clara II	5.229	(1.813)	3.416	3.574	3,02%	3,02%
Santa Clara III	5.229	(1.818)	3.411	3.570	3,02%	3,02%



Santa Clara IV	5.229	(1.818)	3.411	3.570	3,02%	3,02%
Santa Clara V	5.229	(1.804)	3.425	3.582	3,00%	3,00%
Santa Clara VI	5.229	(1.818)	3.411	3.570	3,02%	3,02%
Santa Luzia	88.167	(34.129)	54.038	56.882	3,23%	3,23%
Santa Mônica	5.963	(1.545)	4.418	4.636	3,66%	3,66%
Santa Ursula	5.963	(1.545)	4.418	4.636	3,66%	3,66%
Santo Dimas	5.963	(1.550)	4.413	4.632	3,67%	3,67%
São Benedito	5.963	(1.563)	4.400	4.618	3,66%	3,66%
São Domingos	5.963	(1.512)	4.451	4.659	3,50%	3,50%
São Gonçalo	32.226	(21.854)	10.372	12.077	5,29%	5,29%
São Martinho	5.963	(1.545)	4.418	4.636	3,66%	3,66%
SIIF Cinco	139.766	(82.049)	57.717	64.507	4,86%	4,86%
Varginha	26.367	(17.960)	8.407	9.808	5,31%	5,31%
Várzea Alegre	21.973	(14.967)	7.006	8.173	5,31%	5,31%
	2.266.864	(1.060.940)	1.205.924	1.301.168		

	Consolidado						
	31/12/2023			31/12/2022		Taxa de amortização anual	
	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido	31/12/2023	31/12/2022	
Intangível adquirido já incorporado - recomposto							
Eólica de Icarazinho	353.068	(205.601)	147.466	164.482	4,82%	4,82%	
Eólica de Formosa	227.113	(133.325)	93.788	104.822	4,86%	4,86%	
BVP Geradora	760.029	(421.417)	338.612	374.993	4,79%	4,79%	
Semesa	426.450	(383.262)	43.188	53.154	2,34%	2,34%	
	1.766.660	(1.143.605)	623.055	697.451			
Total	4.033.524	(2.204.545)	1.828.979	1.998.619			

O saldo dos intangíveis é amortizado pelo período remanescente das respectivas autorizações de exploração dos empreendimentos, pelo método de amortização linear a partir da data de entrada em operação.

14.2 Teste de redução ao valor recuperável

Para todos os exercícios apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros. Para os exercícios de 2023 e 2022 não houve necessidade de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos intangíveis da Companhia.

(15) FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Circulante				
Suprimento de energia elétrica	22.089	24.340	52.234	47.731
Encargos de uso da rede elétrica	3.846	3.173	14.550	13.855
Materiais e serviços	48.281	37.585	165.194	90.949
Total	74.216	65.099	231.978	152.535
Não circulante				
Suprimento de energia elétrica	6.138	7.007	46.322	37.924
Total	6.138	7.007	46.322	37.924

**(16) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

Modalidade	Controladora						
	Saldo em 31/12/2022	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e MTM	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2023
Mensuradas ao custo							
Moeda nacional							
TJLP	261.904	-	(41.447)	20.755	-	(18.431)	222.781
IPCA	60.108	80.000	-	6.973	-	(3.251)	143.830
IGP-M	13.252	-	(12.920)	209	-	(541)	-
Gastos com captação	(35)	-	-	35	-	-	-
Total ao custo	335.229	80.000	(54.367)	27.972	-	(22.223)	366.611
Mensuradas ao valor justo							
Moeda estrangeira							
Dólar	456.503	-	(48.561)	9.708	(29.371)	(10.272)	378.007
Marcação a mercado	(18.732)	-	-	15.403	-	-	(3.329)
Total ao valor justo	437.770	-	(48.561)	25.111	(29.371)	(10.272)	374.678
Total	773.000	80.000	(102.928)	53.083	(29.371)	(32.495)	741.289
Circulante	107.431						379.312
Não Circulante	665.569						361.977
Mensuradas ao custo							
Moeda nacional							
TJLP	300.949	-	(41.020)	23.220	-	(21.246)	261.904
IPCA	-	60.000	-	650	-	(542)	60.108
IGP-M	29.205	-	(17.767)	3.856	-	(2.042)	13.252
Gastos com captação	(82)	-	-	47	-	-	(35)
Total ao custo	330.072	60.000	(58.787)	27.773	-	(23.830)	335.229
Mensuradas ao valor justo							
Moeda estrangeira							
Dólar	157.570	294.000	-	9.313	2.629	(7.009)	456.503
Marcação a mercado	(3.224)	-	-	(15.509)	-	-	(18.732)
Total ao valor justo	154.346	294.000	-	(6.196)	2.629	(7.009)	437.770
Total	484.419	354.000	(58.787)	21.577	2.629	(30.839)	773.000
Circulante	59.621						107.431
Não Circulante	424.796						665.569



Modalidade	Consolidado						
	Saldo em 31/12/2022	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e MTM	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2023
Mensuradas ao custo							
Moeda nacional							
TJLP	379.363	-	(48.416)	31.562	-	(27.855)	334.654
IPCA	234.416	80.000	(8.038)	13.828	-	(11.966)	308.240
CDI	55.205	-	(52.800)	1.270	-	(3.675)	-
IGP-M	13.252	-	(12.920)	209	-	(541)	-
Gastos com captação	(3.342)	-	-	367	-	-	(2.975)
Total ao custo	678.894	80.000	(122.174)	47.235	-	(44.037)	639.919
Mensuradas ao valor justo							
Moeda estrangeira							
Dólar	456.503	-	(48.561)	9.708	(29.371)	(10.272)	378.007
Marcação a mercado	(18.732)	-	-	15.403	-	-	(3.329)
Total ao valor justo	437.771	-	(48.561)	25.111	(29.371)	(10.272)	374.678
Total	1.116.665	80.000	(170.735)	72.347	(29.371)	(54.309)	1.014.597
Circulante	179.717						394.951
Não Circulante	936.948						619.646
Modalidade	Consolidado						
	Saldo em 31/12/2021	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e MTM	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2022
Mensuradas ao custo							
Moeda nacional							
TJLP	424.706	-	(47.919)	33.676	-	(31.100)	379.363
IPCA	184.284	60.000	-	10.970	-	(20.838)	234.416
CDI	97.432	-	(42.400)	7.402	-	(7.229)	55.205
IGP-M	29.205	-	(17.767)	3.856	-	(2.042)	13.252
Gastos com captação	(4.347)	-	-	1.005	-	-	(3.342)
Total ao custo	731.280	60.000	(108.086)	56.908	-	(61.209)	678.894
Mensuradas ao valor justo							
Moeda estrangeira							
Dólar	157.570	294.000	-	9.313	2.629	(7.009)	456.503
Marcação a mercado	(3.224)	-	-	(15.509)	-	-	(18.732)
Total ao valor justo	154.346	294.000	-	(6.196)	2.629	(7.009)	437.770
Total	885.627	354.000	(108.086)	50.713	2.629	(68.218)	1.116.665
Circulante	122.422						179.717
Não Circulante	763.205						936.948



Em consonância com o CPC 48, os gastos com captação referem-se aos custos diretamente atribuíveis às dívidas e estas são classificadas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

Os detalhes dos empréstimos e financiamentos estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais	Controladora		Faixa de vencimento	Garantia
		31/12/2023	31/12/2022		
Mensuradas ao custo - Moeda nacional					
TJLP					
FINEM	TJLP e TJLP + de 1,72% a 2,52%	222.781	261.904	2012 a 2039	i) Penhor e alienação fiduciária de equipamentos; ii) penhor e cessão fiduciária de direitos creditórios; iii) contas reserva e centralizadora; iv) penhor de ações; v) penhor de direitos emergentes das autorizações pela ANEEL; vi) penhor de ações das beneficiárias; vii) fiança da CPFL Renováveis, CPFL Energia e State Grid; viii) fiança bancária.
IPCA					
BNB	IPCA + 1,36% a 1,48%	-	-	2022 a 2044	i) Alienação fiduciária de bens; ii) alienação fiduciária de recebíveis; iii) penhor de ações; iv) penhor de Direitos Emergentes autorizados pela ANEEL; v) penhor de recebíveis/ direitos creditórios de contratos operacionais; vi) garantia corporativa da Controladora; vii) garantia bancária; viii) conta reserva.
FINEM	IPCA + 4,18%	143.830	60.108	2022 a 2036	Estrutura de ações preferenciais resgatáveis e fiança da CPFL Renováveis.
CDI	105% do CDI	-	-	2016 a 2023	
Empréstimos bancários		-	-		
IGP-M	IGP-M + 8,63%	-	13.252	2013 a 2023	i) Alienação fiduciária de equipamentos e de recebíveis; ii) penhor de ações da SPE, de direitos emergentes autorizados pela ANEEL e de recebíveis de contratos de operação.
Empréstimos bancários		-	-		
Total moeda nacional		366.611	335.264		
Mensuradas ao valor justo - Moeda estrangeira					
Empréstimos bancários	US\$ + de 2,07% a 2,57%	378.007	456.503	2024 a 2025	Fiança da CPFL Energia e nota promissória.
Marcação a mercado		(3.329)	(18.732)		
Total moeda estrangeira		374.678	437.771		
Gastos com captação (*)		(2.975)	(3.342)		
Total		741.289	773.035		
			1.014.597		
			642.894		
			682.236		

(*) Conforme CPC 48/ IFRS 9, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo. Determinados empréstimos bancários, principalmente os contratados em moeda estrangeira, possuem swap convertendo variação cambial e taxa pré-fixada para variação de taxas de juros. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 31.

Taxa efetiva: a) De 60% a 110% do CDI b) De 100% a 130% do CDI



Os empréstimos bancários em moeda estrangeira possuem swap convertendo variação cambial para variação de taxa de juros. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 32.

Conforme segregado nos quadros acima, a Companhia, em consonância com o CPC 48 e IFRS 9, classificou suas dívidas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros dos empréstimos e financiamentos mensurados ao valor justo tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas dívidas de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente, reduzindo o descasamento contábil.

As mudanças dos valores justos destas dívidas são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia, exceto pela variação no valor justo em função do risco de crédito, que a depender das características das dívidas na época das contratações, pode ser registrada em outros resultados abrangentes ou no resultado do período.

Em 31 de dezembro de 2023, os ganhos acumulados não realizados obtidos na marcação a mercado das referidas dívidas foram de R\$ 3.329 (R\$ 18.733 em 31 de dezembro de 2022), que somados aos ganhos obtidos com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 3.985 (R\$ 19.249 em 31 de dezembro de 2022), contratados para proteção da variação cambial (nota 31), geraram um ganho total líquido não realizado de R\$ 7.314 (R\$ 37.982 em 31 de dezembro de 2022).

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante têm vencimentos assim programados:

Ano de vencimento	Controladora	Consolidado
2025	98.442	113.038
2026	53.196	67.996
2027	53.196	67.996
2028	53.196	67.996
2029 a 2033	71.710	146.585
2034 a 2038	33.752	108.968
2039 a 2043	-	47.091
2044 a 2048	-	1.493
	363.494	621.163
Marcação a mercado	(1.517)	(1.517)
Total	361.977	619.646

Os principais índices utilizados para atualização dos empréstimos e financiamentos e a composição do perfil de endividamento em moeda nacional, estão abaixo demonstrados:

Indexador	Variação acumulada %		Consolidado	
			% da dívida	
	2023	2022	2023	2022
IGP-M	(3,18)	5,45	-	1,03
IPCA	4,62	5,79	25,23	18,30
TJLP	6,53	6,78	27,39	29,61
CDI	11,65	13,65	47,38	51,06
			100,00	100,00

Principais adições no exercício

No exercício de 2023, a Companhia e suas controladas obtiveram novas liberações de empréstimos e financiamentos.

	Montante em R\$ mil		Pagamento de juros	Amortização de principal	Destinação de recurso	Encargo financeiro anual e taxa efetiva	Taxa efetiva com derivativo
	Total aprovado	Liberado em 2023					
CPFL Renováveis	221.936	80.000	Trimestral	Mensal após julho de 2024	Investimento	IPCA + 4,18%	Não se aplica
Total	221.936	80.000					



Condições restritivas

Os empréstimos e financiamentos obtidos pelas empresas da Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras, sob pena de limitação à distribuição de dividendos, e/ou antecipação de vencimento das dívidas vinculadas. Ainda, o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (*cross default*), dependendo de cada contrato de empréstimo e financiamento.

As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2023.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras individuais das subsidiárias da Companhia, detentoras dos contratos

- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) maior ou igual a um índice que varia entre 1,2.
- Índice de Capitalização Própria maior ou igual a 30%.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Energia

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75.
- EBITDA dividido pelo Resultado Financeiro maior ou igual a 2,25.
- Dívida Líquida dividida pela soma entre Patrimônio Líquido e Dívida Líquida menor ou igual a 0,28.

Índice exigido nas demonstrações financeiras consolidadas da State Grid Brazil Power Participações S.A. ("State Grid Brazil")

- Patrimônio Líquido dividido pelo Ativo Total (desconsiderando os efeitos do IFRIC 12/OCPC 01) maior ou igual a 0,3.

A definição de EBITDA na Companhia para fins de apuração de *covenants* leva em consideração principalmente a consolidação de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto com base na participação societária direta ou indiretamente detida pela Companhia naquelas empresas (tanto para EBITDA como para ativos e passivos).

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2023.

**(17) DEBÊNTURES**

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

Controladora / Consolidado		Encargos, atualização monetária e MTM		Encargos, atualização monetária e MTM		Encargos, atualização monetária e MTM				
Modalidade	Saldo em 31/12/2021	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e MTM	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2022	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e MTM	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2023
Pós fixado										
CDI	847.367	(673.673)	77.160	(86.262)	164.592	190.000	(164.327)	8.024	(7.464)	190.825
IPCA	323.455	(333.994)	28.574	(18.035)	-	-	-	-	-	-
Gastos com captação (*)	(2.315)	-	2.278	-	(37)	-	-	37	-	-
Total	1.168.507	(1.007.667)	108.012	(104.297)	164.555	190.000	(164.327)	8.061	(7.464)	190.825
Circulante	810.993				164.555					825
Não Circulante	357.514				-					190.000

(*) conforme CPC 48/IFRS 9, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis à emissão das respectivas dívidas.

Os detalhes das debêntures estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais		Consolidado		Faixa de vencimento 2028	Garantia Não existem
	2023	2022	2023	2022		
CDI (a)	190.825	164.592	190.825	164.592		
	190.825	164.592	190.825	164.592		
Custos de captação (*)	-	(37)	-	(37)		
Total	190.825	164.555	190.825	164.555		

Taxa efetiva:

(a) De 107% a 109.75% do CDI

(*) conforme CPC 48/IFRS 9, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis à emissão das respectivas dívidas.



Conforme segregado no quadro acima, a Companhia classifica suas debêntures na Controladora e no Consolidado como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, com vencimentos programados conforme demonstrado abaixo:

Ano de vencimento	
2024	825
2029	190.000
Total	190.825

Condições restritivas

As debêntures emitidas pelas empresas da Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras. As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2023.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Energia

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75.
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

A Administração do Grupo monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração do Grupo, todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2023.

(18) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

Após a integração da CPFL Renováveis em 2020, parte dos funcionários anteriormente vinculados a CPFL Geração, integrada à CPFL Renováveis, permaneceram no plano de origem PPCPFL. Por esta razão, a CPFL Renováveis passou a ser patrocinadora deste plano, que se encontra fechado para novas adesões desde abril de 2020. Para os demais colaboradores, foi mantido o plano na modalidade PGBL administrado pelo Bradesco, sendo este atualmente oferecido aos novos colaboradores:

18.1 Características

Atualmente vigora, para os funcionários da Companhia através da Vivest um Plano de Benefício Misto, com as seguintes características:

- (i) Plano de Benefício Definido (“BD”) - vigente até 31 de outubro de 1997 - plano de benefício salgado que concede um Benefício Suplementar Proporcional Saldado (“BSPS”), na forma de renda vitalícia reversível em pensão, aos participantes inscritos em data anterior a 31 de outubro de 1997, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até a referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da Companhia.
- (ii) Adoção de um modelo misto, a partir de 1º de novembro de 1997, que contempla:
 - Os benefícios de risco (invalidez e morte) no conceito de benefício definido, em que a responsabilidade pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da Companhia, e
 - As aposentadorias programáveis, no conceito de contribuição variável que consiste em um plano previdenciário que, até a concessão da renda, é do tipo contribuição definida, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível ou não em pensão, é que o plano previdenciário passa a ser do tipo benefício definido e, portanto, passa a gerar responsabilidade atuarial para a Companhia.

Adicionalmente, para os gestores da controlada há possibilidade de opção por um Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL (Contribuição Definida), mantido através do Banco do Brasil ou Bradesco.



18.2 Movimentações dos planos de benefício definido

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	137.927	150.383
Valor justo dos ativos do plano	<u>(115.613)</u>	<u>(119.199)</u>
Valor presente das obrigações (valor justo dos ativos) líquidos	22.314	31.184
Efeito da conversão para a dívida financeira	-	2.685
Passivo atuarial líquido reconhecido no balanço	<u>22.314</u>	<u>33.870</u>

As movimentações do valor presente das obrigações atuariais e do valor justo dos ativos do plano são como segue:

Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2021	<u>173.628</u>
Custo do serviço corrente bruto	34
Juros sobre obrigação atuarial	14.931
Perda (ganho) atuarial: efeito de alteração de premissas	9
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	(11.951)
Benefícios pagos no ano	(16.830)
Perda (ganho) decorrente de liquidação antecipada do plano	(10.144)
Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2022	<u>149.677</u>
Custo do serviço corrente bruto	19
Juros sobre obrigação atuarial	14.898
Perda (ganho) atuarial: efeito de alteração de premissas	-
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	(2.870)
Benefícios pagos no ano	(15.539)
Ganho decorrente de conversão voluntária de renda	-
Perda (ganho) decorrente de liquidação antecipada do plano	(8.964)
Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2023	<u>137.221</u>
Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2021	<u>(125.974)</u>
Rendimento esperado no exercício	(11.515)
Contribuições de patrocinadoras	(8.866)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	2.146
Benefícios pagos no exercício	16.830
Perda decorrente de conversão voluntária de renda	8.180
Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2022	<u>(119.199)</u>
Rendimento esperado no exercício	(12.213)
Contribuições de patrocinadoras	(7.696)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	(742)
Benefícios pagos no exercício	15.539
Perda decorrente de conversão voluntária de renda	8.698
Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2023	<u>(115.613)</u>

18.3 Movimentações dos ativos e passivos registrados

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

Passivo atuarial líquido em 31/12/2021	<u>47.682</u>
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	4.878
Contribuições da patrocinadora vertidas do exercício	(8.866)
Perda (ganho) atuarial: efeito da alteração de premissas demográficas	9
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	(11.979)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	2.146
Transferência de dívida atuarial para dívida financeira	(2.686)
Passivo atuarial líquido em 31/12/2022	<u>31.184</u>
Conversão para dívida financeira	2.686
Outras contribuições	29
Total passivo 31/12/2022	<u>33.899</u>
Circulante	9.191
Não circulante	25.789



Passivo atuarial líquido em 31/12/2022	31.184
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	2.438
Contribuições da patrocinadora vertidas do exercício	(7.696)
Perda (ganho) atuarial: efeito da alteração de premissas demográficas	-
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	(2.870)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	(742)
Transferência de dívida atuarial para dívida financeira	-
Passivo atuarial líquido em 31/12/2023	22.314
Conversão para dívida financeira	4.953
Outras contribuições	30
Total passivo 31/12/2023	27.146
Circulante	8.503
Não circulante	18.643

18.4 Contribuições e benefícios esperados

As contribuições esperadas aos planos para o exercício de 2023 estão apresentadas no montante de R\$ 7.388.

Os benefícios esperados a serem pagos nos próximos 10 anos estão apresentados a seguir:

Ano pagamento	R\$ mil
2024	12.637
2025	12.860
2026	13.070
2027	13.263
2028 a 2033	82.431
Total	134.261

Em 31 de dezembro de 2023, a duração média da obrigação do benefício definido foi de 8,6 anos.

18.5 Receitas e despesas com entidade de previdência privada

Baseado na opinião dos atuários externos, a Administração da Companhia apresenta a estimativa atuarial para as despesas e ou receitas a serem reconhecidas no exercício de 2024 e as despesas e ou receitas reconhecidas em 2023 e 2022, são como segue:

	2024 estimadas
Custo do serviço	11
Juros sobre obrigações atuariais	12.801
Rendimento esperado dos ativos do plano	(10.993)
Total da despesa	1.819
	2023 realizadas
Custo do serviço	19
Ganho decorrente de liquidação antecipada do plano	(266)
Juros sobre obrigações atuariais	14.898
Rendimento esperado dos ativos do plano	(12.213)
Total da despesa	2.438
	2022 realizadas
Custo do serviço	34
Efeito da conversão voluntária de renda*	722
Juros sobre obrigações atuariais	15.637
Rendimento esperado dos ativos do plano	(11.515)
Total da despesa	4.878



* No consolidado, na rubrica de Despesas (receitas) em 2023, R\$ 12.213 refere-se à perda decorrente do processo de conversão de renda atuarial vitalícia para renda financeira. Essa perda ocorre principalmente em função da diferença de metodologia de cálculo do passivo atuarial para fins de IFRS e para fins de Previc (esse último utilizado para cálculos de saldamento e liquidações antecipadas de plano, a conversão é considerada uma liquidação antecipada). O percentual de adesão até 31 de dezembro de 2023 foi de aproximadamente 9%, percentual esse utilizado para fins de cálculo dos impactos da conversão, sendo a data final da adesão 31 de janeiro de 2024.

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial na data do balanço foram:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial	9,71% a.a.	10,39% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano	9,71% a.a.	10,39% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários	4,45% a.a. (*)	5,48% a.a. (*)
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	3,85% a.a.	4,00% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo (base para taxas nominais acima)	3,85% a.a.	4,00% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000 (-10)	AT-2000 (-10)
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Mercer Disab. (-50)	Light fraca (-50)
Taxa de rotatividade esperada	ExpR_2013 a 2021	ExpR_2013 a 2021
	Após 15 anos de filiação e 35 anos de serviço para homens e 30 anos para mulheres	Após 15 anos de filiação e 35 anos de serviço para homens e 30 anos para mulheres
Probabilidade de ingresso na aposentadoria		

18.6 Ativos do plano

As tabelas abaixo demonstram a alocação (por segmento de ativo) dos ativos dos planos de pensão da Companhia, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, administrados pela Vivest e Fundação Família Previdência. Também é demonstrada a distribuição dos recursos garantidores estabelecidos como meta para 2024, obtidos à luz do cenário macroeconômico em dezembro de 2023.

A composição dos ativos administrados pelos planos é como segue:

	Ativos administrados pela Vivest	
	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Renda fixa	85%	75%
Títulos públicos federais	35%	37%
Títulos privados (instituições financeiras)	0%	0%
Títulos privados (instituições não financeiras)	1%	1%
Fundos de investimento multimercado	0%	1%
Outros investimentos de renda fixa	49%	36%
Renda variável	8%	17%
Fundos de investimento em ações	8%	17%
Investimentos estruturados	2%	3%
Fundos de investimento multimercado	2%	3%
Cotados em mercado fixo	95%	95%
Imóveis	1%	1%
Operações com participantes	1%	1%
Outros ativos	3%	3%
Depósitos judiciais e outros	3%	3%
Não cotados em mercado ativo	5%	5%

Não há propriedades ocupadas pela Companhia e suas controladas entre os ativos dos planos.



	Meta para 2024
Renda fixa	83,9%
Renda variável	13,1%
Imóveis	1,4%
Empréstimos e financiamentos	1,4%
Investimentos estruturados	0,2%
Total da despesa (receita)	100,00%

A meta de alocação para 2024 foi baseada nas recomendações de alocação de ativos da Vivest e Fundação Família Previdência, efetuada ao final de 2023 em sua Política de Investimentos. Tal meta pode mudar a qualquer momento ao longo do ano de 2024, à luz de alterações na situação macroeconômica ou do retorno dos ativos, dentre outros fatores.

A gestão de ativos visa maximizar o retorno dos investimentos, mas sempre procurando minimizar os riscos de déficit atuarial. Desta forma, os investimentos são efetuados sempre tendo em mente o passivo que os mesmos devem honrar. Os dois principais estudos que dão suporte para as fundações atingirem os objetivos de gestão de investimentos são o Estudo de *Asset Liability Management* ("ALM") (Gerenciamento Conjunto de Ativos e Passivos) e o Estudo Técnico de Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros, ambos realizados no mínimo uma vez por ano, levando em consideração o fluxo projetado de pagamentos de benefícios (fluxo do passivo) dos planos previdenciários administrados pelas Fundações.

O estudo de ALM serve de base para a definição da alocação estratégica de ativos, que compreende as participações alvo nas classes de ativo de interesse, a partir da identificação de combinações eficientes de ativos, considerando a existência de passivos e as necessidades de retorno, de imunização e de liquidez de cada plano, considerando projeções de risco e retorno. As simulações geradas pelos estudos de ALM auxiliam na definição dos limites mínimos e máximos de alocação nas diferentes classes de ativos, definidos na Política de Investimentos dos planos, o que também serve como mecanismo de controle de risco.

O Estudo Técnico de Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros objetiva comprovar a adequação e aderência da taxa de juros real anual a ser adotada na avaliação atuarial dos planos e a taxa de retorno real anual projetada dos investimentos, considerando-se os fluxos de receitas e despesas projetados dos mesmos.

Estes estudos servem de base para determinação das premissas de retorno real estimado dos investimentos dos planos previdenciários para horizontes de curto e longo prazos, bem como auxiliam na análise da liquidez deles, posto que levam em consideração o fluxo de pagamento de benefício vis-à-vis os ativos considerados líquidos. As principais premissas consideradas nos estudos são, além das projeções dos fluxos de passivo, as projeções macroeconômicas e de preços de ativos, por meio das quais são obtidas estimativas das rentabilidades esperadas de curto e longo prazo, levando-se em conta as carteiras atuais dos planos de benefícios.

18.7 Análise de sensibilidade

As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são taxa de desconto e mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado pelo método da unidade de crédito projetada no fim do período de relatório, que é igual ao aplicado no cálculo do passivo da obrigação de benefício definido reconhecido no balanço patrimonial, conforme CPC 33 / IAS 19.

Abaixo temos demonstrados os efeitos no valor presente das obrigações atuariais caso a taxa de desconto fosse 0,25 pontos percentuais mais baixa (alta) e caso a tábua de mortalidade fosse desagravada (agravada) em um ano:



	<u>Aumento (redução)</u>	<u>CPFL Renováveis</u>
Taxa de desconto nominal*	- 0,25 p.p. + 0,25 p.p.	3.014 (2.900)
Tábua de biométrica de mortalidade**	+ 1 ano - 1 ano	(3.254) 3.213

* A premissa da Companhia baseada no laudo atuarial para a taxa de desconto nominal foi de 9,71%. As taxas projetadas são atenuadas ou majoradas em 0,25 p.p., para 9,46% a.a. e 9,96% a.a.

** A premissa utilizada no laudo atuarial para a tábua de mortalidade foi de AT-2000(-10) para os planos da VIVEST e BREMS sb v.2015 (RGE) e BREMS sb v.2021 (CPFL-T) para os planos da Fundação Família Previdência. As projeções foram realizadas com agravamento ou suavização de 1 ano nas respectivas tábuas de mortalidade.

*** Sem incluir as estimativas para o plano CTP.

18.8 Risco de investimento

Os planos de benefícios da Companhia possuem a maior parte de seus recursos aplicados no segmento de renda fixa e, dentro do segmento de renda fixa, a maior parte dos recursos encontra-se aplicado em títulos públicos federais, referenciados ao IGP-M, IPCA e SELIC, que são os índices de correção do passivo atuarial dos planos da Companhia (planos de benefício definido) representando a associação entre ativos e passivos.

Na Vivest os planos de benefícios da Companhia têm sua gestão monitorada pelo Comitê Gestor de Investimentos e Previdência da Companhia, que inclui representantes de empregados ativos e aposentados além de membros indicados pela Companhia. Dentre as tarefas do referido Comitê, está a análise e aprovação de recomendações de investimentos realizadas pelos gestores de investimentos da VIVEST o que ocorre ao menos trimestralmente.

Na Família Previdência, os planos de benefícios da Companhia têm sua gestão monitorada pela Gerência de Investimentos, Comitê Consultivo de Investimentos, Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo, além dos órgãos de fiscalização como Conselho Fiscal e auditorias externas e internas. Dentre as tarefas do Comitê Consultivo de Investimentos, está a análise, manutenção, reprovação e aprovação de recomendações de investimentos realizadas pelos gestores de investimentos da Fundação Família Previdência, o que ocorre ao menos mensalmente. A Fundação Família Previdência realizou os seguintes movimentos ao longo do ano de 2023: a) redução de risco; b) aquisição de títulos públicos na curva; c) redução na exposição do Segmento de Renda Variável, e além disso, foi iniciada a estratégia de redução de duration dos planos, com migração dos Títulos Públicos - NTN-Bs com vencimento mais longos para vértices mais curtos. A VIVEST e a Fundação Família Previdência utilizam, para o controle do risco de mercado dos segmentos de Renda Fixa e Renda Variável, as seguintes ferramentas: Valor em Risco ("VaR"), Tracking Risk, Tracking Error e Teste de Perda em Cenário de Estresse ("Stress Test").

A Fundação Família Previdência utiliza ainda, o *Sharpe*, *Sharpe* Generalizado e *Drawn Down*. Adicionalmente, para avaliar a exposição ao risco de mercado dos portfólios dos planos, são calculadas a Exposição Base Ano EBA e realizadas Simulações de Stress. O EBA consiste em uma métrica que expressa a exposição a risco do portfólio como proporção do patrimônio, considerando-se a soma das exposições geradas por cada ativo, a partir da definição de choques sobre os respectivos fatores de risco.

As Políticas de Investimentos das fundações determinam restrições adicionais que, em conjunto com aquelas já expressas na legislação, definem os percentuais de diversificação para investimentos e estabelecem a estratégia dos planos, entre eles, o limite de risco de crédito em ativos de emissão ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica a serem praticados internamente.


(19) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Circulante				
IRPJ	135.339	93.138	159.989	112.028
CSLL	41.651	29.537	52.752	38.446
Imposto de renda e contribuição social a recolher	176.990	122.675	212.741	150.475
ICMS	-	392	2.390	2.055
PIS	3.294	3.272	4.508	4.492
COFINS	15.201	15.098	20.907	20.850
Outros	8.823	9.228	12.222	12.494
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	27.318	27.990	40.027	39.891
Total circulante	204.308	150.665	252.768	190.365
Não Circulante				
IRPJ	4.864	4.456	4.864	4.456
CSLL	882	866	893	876
Imposto de renda e contribuição social a recolher	5.746	5.322	5.757	5.332
ICMS a pagar	-	-	949	911
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	-	-	949	911
Total não circulante	5.746	5.322	6.706	6.243

A Companhia possui alguns tratamentos incertos de tributos sobre o lucro para os quais a Administração concluiu que é mais provável que sejam aceitos pela autoridade fiscal do que não, cujos efeitos de potenciais contingências estão divulgados na nota 20.1.

**(20) PROVISÕES**

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	8.575	9.366	117.497	152.812
Provisão socioambiental e desmobilização de ativos	52.314	44.741	170.761	144.300
Total	60.889	54.107	288.258	297.112
Circulante	-	-	6.106	5.687
Não Circulante	60.889	54.107	282.152	291.425

20.1 Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Trabalhistas	Provisões	7.850	Provisões	9.457
	Depósitos judiciais	667	Depósitos judiciais	1.848
Cíveis	Provisões	-	Provisões	138.231
	Depósitos judiciais	2.062	Depósitos judiciais	4.035
Fiscais	Provisões	1.516	Provisões	5.124
	Depósitos judiciais	1.884	Depósitos judiciais	12.025
Total	8.575	2.729	117.497	152.812
		2.833	18.204	17.908

A movimentação das provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas está demonstrada a seguir:

Controladora	Saldo em 31/12/2021		2023		2022		Saldo em 31/12/2022		2023		2022	
	Saldo em 31/12/2021	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2022	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2023	
Trabalhistas	7.553	623	(558)	(170)	402	7.850	58	(376)	(867)	403	7.068	
Cíveis	-	-	-	-	-	-	107	-	-	-	107	
Fiscais	1.399	30	(15)	-	102	1.516	1.312	(1.520)	-	92	1.400	
Total	8.952	653	(573)	(170)	504	9.366	1.477	(1.896)	(867)	495	8.675	
Consolidado	Saldo em 31/12/2021	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2022	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2023	
Trabalhistas	9.410	679	(594)	(603)	565	9.457	678	(835)	(1.486)	574	8.388	
Cíveis	118.885	249	(2.560)	(1.314)	22.971	138.231	54.052	(33.471)	(55.603)	1.813	105.022	
Fiscais	2.098	6.262	(1.277)	(2.377)	418	5.124	2.777	(1.548)	(2.470)	204	4.087	
Total	130.393	7.190	(4.431)	(4.294)	23.954	152.812	57.507	(35.854)	(59.559)	2.590	117.497	



As provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia é parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração da Companhia.

O sumário dos principais assuntos pendentes relacionados a litígios, processos judiciais e autos de infração é como segue:

Trabalhistas - As principais causas trabalhistas relacionam-se às reivindicações de ex-funcionários das prestadoras de serviços terceirizadas.

Cíveis - Referem-se, principalmente, a indenizações decorrentes de desapropriação de terras ou servidão de passagem, procedimentos arbitrais, e indenizações por perdas em razão de descumprimento de cláusulas contratuais e a pleitos de indenizações relacionados a acidentes ocorridos na rede elétrica da Companhia, danos a consumidores, acidentes com veículos, entre outros.

Fiscais - Refere-se a processos existentes nas esferas judicial e administrativa decorrente da operação dos negócios das controladas, relacionados a assuntos fiscais envolvendo INSS, FGTS, SAT e PIS e COFINS e Imposto Sobre Serviços ("ISS") e cobrança abusiva para emissão/renovação de alvará de funcionamento.

Perdas possíveis:

A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas.

As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 estavam assim representadas:

	Consolidado	
	2023	2022
Trabalhistas	4.151	1.501
Cíveis	444.956	460.381
Fiscais	1.049.451	1.246.922
Fiscais – Outros	1.457.143	1.817.811
Regulatório	8.462	12.975
Total	2.964.163	3.539.590

Trabalhistas - No tocante às contingências trabalhistas o Supremo Tribunal Federal reafirmou em dezembro a aplicação do IPCA-E para os débitos na fase pré-processual e a SELIC para após o ajuizamento das ações, mantendo modulação dos efeitos da decisão, conforme andamento processual, respaldando os pagamentos já realizados com a atualização pela TR. A Administração da Companhia esclarece que realiza a liquidação individualizada dos casos trabalhistas, nos termos das respectivas decisões e não identificou em análise preliminar alteração material. Assim, a Companhia permanece acompanhando a aplicação das decisões do STF aos seus casos até que sobrevenha solução legislativa para alteração da TR.

Cíveis - Referem-se, principalmente, a indenizações decorrentes de desapropriação de terras ou servidão de passagem, procedimentos arbitrais, e indenizações por perdas em razão de descumprimento de cláusulas contratuais.

Em 2014, as controladas CPFL Bio Pedra, CPFL Bio Buriti e CPFL Renováveis receberam requerimento de arbitragem para declarar a inadimplência com relação as obrigações contratuais decorrentes do contrato de constituição de consórcio, com pedido de indenização em razão das perdas relacionadas, além de condenação ao pagamento de honorários, despesas com árbitros e custas da arbitragem.

Em março de 2023 a Administração tomou conhecimento de sentença arbitral desfavorável as controladas e, em junho de 2023, as controladas ajuizaram ação anulatória da sentença arbitral, com o objetivo de contestar o valor final arbitrado de R\$ 450 milhões. Em junho de 2023, as controladas efetuaram o pagamento de R\$ 53 milhões, sem impacto na demonstração de resultado, pois o respectivo passivo já estava registrado.



O valor remanescente permanece em discussão na ação anulatória de sentença arbitral, na qual as controladas obtiveram decisão liminar suspendendo os efeitos da sentença arbitral, avaliado pelos assessores legais do Grupo como risco de perda possível.

A Administração tomou conhecimento em novembro de 2023 acerca da decisão de primeira instância favorável às controladas, visto que julgou procedente a ação para anular a sentença arbitral, confirmando a liminar que suspendeu os efeitos da referida sentença arbitral.

A Administração permanece acompanhando o desfecho deste processo judicial, uma vez que desta decisão de primeira instância cabe recurso.

Fiscais e Fiscais Outros - Refere-se, principalmente, a cobrança de tributos, especialmente o Imposto Sobre Serviços (ISS) e cobrança abusiva para emissão/renovação de alvará de funcionamento. Adicionalmente, em agosto de 2016 a Companhia recebeu um auto de infração no montante atualizado de R\$ 384.975 referente à cobrança de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre o ganho de capital incorrido aos residentes e/ou domiciliados no exterior, decorrente da transação de venda da Jantus SL, ocorrida em dezembro de 2011, o qual a Administração da Companhia, suportada por seus consultores jurídicos externos, classificou o prognóstico de risco de perda dos processos como não provável. A partir de setembro de 2020, em decorrência da incorporação parcial de ativos da CPFL Geração, os processos migraram para a CPFL Renováveis (vide nota 12.5). Em 2016, a controladora CPFL Geração recebeu um auto de infração no montante total atualizado de R\$ 717.628 relativo à cobrança de IRPJ e CSLL relativo ao ano-calendário 2011, apurado sobre suposto ganho de capital identificado na aquisição da ERSA Energias Renováveis S.A. e de apropriação de diferenças da reavaliação a valor justo da SMITA Empreendimentos e Participações S.A., empresa adquirida de forma reversa, os quais a Administração da Companhia, suportada por seus consultores jurídicos externos, classificou o prognóstico de risco de perda dos processos como possível.

Em 2020, a companhia recebeu um auto de infração no montante de R\$ 368.710 relativo à cobrança de IRPJ e CSLL relativo aos anos-bases 2007 a 2010. As exigências fiscais em questão dizem respeito a (i) amortização do ágio pago na aquisição da SEMESA; (ii) amortização do ágio de Campos Novos e Barra Grande, na determinação da base de cálculo da CSLL, antes da incorporação dessas empresas; e (iii) compensação indevida dos saldos de prejuízo fiscal e base negativa da CSLL, em virtude de sua utilização em autuações anteriores. A partir de setembro de 2020, em decorrência da incorporação parcial de ativos, os processos da Companhia foram migrados para a CPFL Renováveis.

A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais externos, acredita que os montantes provisionados refletem a melhor estimativa corrente.

20.2 Provisão para custos socioambientais e desmobilização de ativos

Referem-se principalmente a provisões relacionadas a licenças socioambientais decorrentes de eventos já ocorridos e obrigações de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais relacionadas a arrendamento de terrenos onde estão localizados os empreendimentos eólicos. Tais custos são provisionados em contrapartida ao ativo imobilizado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo.

As provisões de desmobilização são feitas com base em estimativas e premissas relacionadas às taxas de desconto e ao custo esperado para a desmobilização e remoção ao fim do prazo de autorização dessas usinas. Enquanto as provisões socioambientais são estimativas atreladas às obrigações legais, com o intuito de mitigar, minimizar e/ou compensar o impacto ocorrido ao meio ambiente no entorno da região onde foi construído o empreendimento.

Estes custos podem divergir do que vierem a ser incorridos pela Companhia. A taxa real de desconto utilizada para o cálculo do valor presente foi 9,53% (9,95% em 31 de dezembro de 2022) para as provisões de desmobilização e 9,32% (10,07% em 31 de dezembro de 2022) para as provisões socioambientais, baseado nas taxas de títulos públicos com vencimento similar ao do término das autorizações.



A movimentação das provisões de Desmobilização de ativos e Custos socioambientais está demonstrada a seguir:

Controladora	Saldo em 31/12/2021		Pagamentos		Efeitos da revisão da taxa de juros		Ajuste a valor presente		Saldo em 31/12/2022		Pagamentos		Efeitos da revisão da taxa de juros		Ajuste a valor presente		Saldo em 31/12/2023	
Desmobilização de ativos	44.637	-	-	(3.713)	3.818	44.741	-	3.121	4.451	52.314								
Total não circulante	44.637	-	-	(3.713)	3.818	44.741	-	3.121	4.451	52.314								
Consolidado																		
Desmobilização de ativos	137.187	-	-	(22.695)	11.730	126.222	-	16.610	12.561	155.393								
Custos socioambientais	17.671	(1.135)	(1.135)	52	1.490	18.078	(1.128)	(1.666)	84	15.368								
Total não circulante	154.858	(1.135)	(1.135)	(22.643)	13.220	144.300	(1.128)	14.944	12.645	170.761								

(21) ADIANTAMENTOS

Os saldos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 referem-se, substancialmente, aos adiantamentos de clientes relativos ao recebimento antecipado, sem que tenha ocorrido ainda o fornecimento de energia ou serviço, referente a contratos de Proinfra, comercialização de energia no ambiente regulado e contratos de energia de reserva, como demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Eólicas	102.595	141.861	673.876	643.815
Pequenas Centrais Hidrelétricas	-	-	120.744	91.659
Biomassa	-	-	373	12.659
Total	102.595	141.861	794.993	748.133
Circulante	102.166	141.408	651.747	631.627
Não Circulante	429	453	143.246	116.507



(22) OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Consumidores e concessionárias	2.427	2.227	8.152	2.936
Pesquisa e desenvolvimento ("P&D")	204	169	204	169
EPE / FNDCT (*)	10	6	10	6
Folha de pagamento	2.841	2.169	2.841	2.169
Participação nos lucros	19.485	16.280	19.485	16.280
Outros	6.369	11.757	13.034	21.525
Total	31.336	32.608	43.726	43.085
Circulante	28.514	30.074	39.245	38.894
Não Circulante	2.822	2.534	4.481	4.191

(*) Empresa de Pesquisa Energética ("EPE"), Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico ("FNDCT").

Participação nos lucros: Refere-se principalmente a:

- (i) Em conformidade com o Acordo Coletivo de Trabalho, a Companhia implantou programa de participação dos empregados nos lucros e resultados, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos;
- (ii) Programa de Incentivo a Longo Prazo: refere-se ao Plano de Incentivo de Longo Prazo para Executivos da Companhia, aprovado pelo Conselho de Administração, que consiste em um incentivo em recursos financeiros baseado em múltiplos salariais e que tem como orientadores os resultados da empresa e a performance média da Companhia nos três exercícios sociais seguintes a cada concessão.

(23) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A participação dos acionistas no Patrimônio Líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 está assim distribuída:

	Quantidade de ações			
	2023		2022	
	Ordinárias	Participação	Ordinárias	Participação
CPFL Geração de Energia S.A.	301.937.338	50,85%	301.937.338	50,85%
CPFL Energia S.A.	291.845.166	49,15%	291.845.166	49,15%
Total	593.782.504	100,00%	593.782.504	100,00%

Gestão do capital

A política da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores, do mercado e a sustentabilidade do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e bem como a estratégia de subida de dividendos das controladas para Companhia, e da Companhia para os controladores.

A Companhia gerencia o nível de alavancagem ponderando as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital próprio mais elevada. A Companhia monitora o capital utilizando o índice de alavancagem calculado pela dívida líquida em relação ao EBITDA.

Ao longo de 2023, a estrutura de capital e a alavancagem consolidada da Companhia permaneceram em níveis adequados. A dívida líquida alcançou 1,87 vezes o EBITDA em 2023 (1,88 vezes em 2022), no critério de medição dos *covenants* financeiros da Companhia. A política da Companhia é manter este índice abaixo de 3,75, visto que a maioria de seus empréstimos utilizam esta medição. Historicamente, a Companhia não vem adquirindo suas próprias ações no mercado.



23.1 Capital Social

Em 31 de dezembro de 2023 o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 2.632.292 (R\$ 4.032.292 em 31 de dezembro de 2022), a Companhia realizou a redução de capital social de R\$ 1.400.000, o saldo é representado por 593.782.504 (593.782.504 em 31 de dezembro de 2022) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Cada ação tem direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia.

23.2 Reserva de capital

Refere-se basicamente ao registro de operações de combinação de negócios e oferta pública de ações de 2011 a 2014, R\$ 589.355 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 588.778 em 31 de dezembro de 2022).

De acordo com o ICPC 09 (R2) e IFRS 10 / CPC 36, estes efeitos foram reconhecidos como transações entre acionistas e contabilizados diretamente no Patrimônio Líquido.

23.3 Reserva de lucros

O saldo da reserva de lucros em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 1.354.314 (R\$ 902.574 em 31 de dezembro de 2022), que compreende: i) Reserva Legal de R\$ 200.331 (R\$ 188.642 em 31 de dezembro de 2022); ii) Reserva de Incentivos Fiscais de R\$ 116.120 (R\$ 116.120 em 31 de dezembro de 2022) constituída a partir da movimentação de reversão da Reserva Estatutária – Reforço de Capital de Giro, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia; e iii) Dividendos adicionais propostos de R\$ 1.037.863 (R\$ 597.812 em 31 de dezembro de 2022), constituído a partir da destinação dos resultados apurados para o ano de 2023 da Companhia.

23.4 Resultado abrangente acumulado

O resultado abrangente acumulado é composto por:

- (i) Custo atribuído: determinados empreendimentos foram avaliados pelo custo atribuído (“*deemed cost*”) à época da adoção inicial do IFRS. O saldo em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 255.297 (R\$ 281.909 em 31 de dezembro de 2022);
- (ii) Entidade de previdência privada: O saldo devedor em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 45.251 (R\$ 47.635 em 31 de dezembro de 2022).

23.5 Dividendo e destinação do lucro líquido do exercício

Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 26 de fevereiro de 2024 foi aprovada a declaração de dividendos adicionais de R\$ 597.812 referente ao exercício de 2022, totalmente pagos no durante o exercício de 2023.

A Companhia está propondo para o exercício de 2023, o montante de R\$ 337.084 de dividendos mínimos obrigatórios e R\$ 1.037.863 de dividendos adicionais.

A proposta de destinação do lucro líquido do exercício de 2023 está demonstrada a seguir:

	2023
Lucro líquido do exercício	1.360.024
(+) Realização de ajuste de avaliação patrimonial	26.612
Lucro base para destinação	1.386.636
Reserva legal	(11.689)
Dividendos mínimos obrigatórios propostos	(337.084)
Dividendos adicionais propostos	(1.037.863)



(24) LUCRO POR AÇÃO

Lucro por ação – básico e diluído

O cálculo do lucro por ação básico e diluído em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foi baseado no lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores e o número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante os exercícios apresentados:

	2023	2022
Numerador		
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	1.360.024	1.292.264
Denominador		
Média ponderada de ações em poder dos acionistas	593.782.504	593.782.504
Lucro por ação	2,28	2,18

(25) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receita de operações com energia elétrica				
Fonte de Energia				
Hidrelétrica	1.258.768	1.260.419	1.258.768	1.260.419
Biomassa	-	-	344.645	337.455
Eólica	639.494	578.301	1.656.331	1.530.753
Pequenas centrais hidrelétricas	11.978	11.501	637.944	696.049
Solar	-	-	446	488
Suprimento de energia elétrica	1.910.240	1.850.220	3.898.134	3.825.164
Outras receitas e rendas	820	2.595	3.597	27.441
Outras receitas operacionais	820	2.595	3.597	27.441
Total da receita operacional bruta	1.911.060	1.852.815	3.901.731	3.852.605
Deduções da receita operacional				
ICMS	-	-	(727)	(1.570)
PIS	(31.534)	(30.571)	(44.773)	(44.091)
COFINS	(145.038)	(140.814)	(206.210)	(203.133)
ISS	-	-	-	(172)
Reserva global de reversão ("RGR")	-	-	(49)	(408)
Programa de P&D e eficiência energética	(102)	(101)	(102)	(101)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	(282)	(175)	(1.634)	(819)
Taxa de fiscalização	(1.393)	(1.117)	(8.636)	(7.609)
	(178.349)	(172.778)	(262.131)	(257.902)
Receita operacional líquida	1.732.711	1.680.037	3.639.600	3.594.703

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receita de operações com energia elétrica (em GWh)				
Fonte de Energia				
Hidrelétrica	3.548	3.691	3.548	3.691
Biomassa	-	-	1.224	1.106
Eólica	1.237	1.251	4.771	4.668
Pequenas centrais hidrelétricas	46	46	2.348	2.397
Solar	-	-	2	2
Suprimento de energia elétrica	4.831	4.988	11.893	11.864


(26) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Custos com energia elétrica				
Energia comprada para revenda	(114.904)	(218.207)	(231.882)	(312.795)
Crédito de PIS e COFINS	10.629	20.184	9.912	18.709
	(104.275)	(198.023)	(221.970)	(294.086)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	(40.795)	(37.439)	(152.030)	(143.243)
Crédito de PIS e COFINS	3.774	3.463	3.776	3.646
	(37.021)	(33.976)	(148.254)	(139.598)
Total dos custos com energia elétrica	(141.297)	(231.999)	(370.224)	(433.683)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Energia comprada para revenda (em GWh)	1.333	1.504	2.444	2.765
Total dos custos com energia elétrica	1.333	1.504	2.444	2.765

**(27) OUTROS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS**

	Controladora										
	Custo com operação					Despesas Operacionais					
	2023		2022		Vendas	2023		2022		Outros	Total
Pessoal	(24.569)	(30.770)	-	(42)		(4.682)	(12.339)	-	-		
Entidade de previdência privada	(1.671)	(3.704)	-	-	-	-	-	-	(1.671)	(3.704)	
Material	(13.636)	(10.069)	-	-	(2.865)	(986)	-	-	(16.501)	(11.055)	
Serviços de terceiros	(21.018)	(17.897)	-	-	(25.727)	(8.435)	-	-	(46.745)	(26.332)	
Outros	(3.254)	(6.011)	-	(3)	(6.177)	(7.309)	6.600	(4.835)	(2.834)	(18.155)	
Taxa de arrecadação	-	-	-	(3)	-	-	(2)	-	-	-	
Arrendamentos e aluguéis	(1.279)	(2.120)	-	-	1.986	(237)	-	-	707	(2.357)	
Publicidade e propaganda	-	-	-	-	(3.040)	(2.603)	-	-	(3.040)	(2.605)	
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	(2.848)	(938)	-	-	(2.848)	(938)	
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	-	-	458	-	-	-	458	
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	6.770	(4.696)	6.769	(4.696)	
Outros	(1.975)	(3.891)	-	-	(2.275)	(3.987)	(170)	(139)	(4.420)	(8.017)	
Total	(64.148)	(68.451)	-	(45)	(39.451)	(29.067)	6.600	(4.835)	(97.044)	(102.352)	
	Consolidado										
	Custo com operação					Despesas Operacionais					
	2023		2022		Vendas	2023		2022		Outros	Total
Pessoal	(65.401)	(56.897)	-	(43)		(72.605)	(88.708)	-	-		
Entidade de previdência privada	(2.438)	(4.008)	-	-	-	-	-	-	(2.438)	(4.008)	
Material	(39.583)	(22.129)	-	-	(4.508)	(5.357)	-	-	(44.091)	(27.486)	
Serviços de terceiros	(170.052)	(152.613)	-	-	(91.645)	(63.912)	-	-	(261.697)	(216.525)	
Outros	(57.373)	(62.004)	-	(3)	(52.634)	(15.777)	31.330	(18.679)	(78.680)	(96.461)	
Taxa de arrecadação	-	-	-	(3)	-	-	-	-	(3)	-	
Arrendamentos e aluguéis	(29.340)	(31.355)	-	-	(1.080)	(1.722)	-	-	(30.420)	(33.077)	
Publicidade e propaganda	(2)	(2)	-	-	(3.066)	(2.626)	-	-	(3.068)	(2.628)	
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	(43.614)	(2.321)	-	-	(43.614)	(2.321)	
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	-	-	458	-	-	-	458	
Ganho (perda) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	31.875	(17.902)	31.875	(17.902)	
Amortização de prêmio pago (GSF)	(6.779)	(6.408)	-	-	-	-	-	-	(6.779)	(6.408)	
Outros	(21.252)	(24.239)	-	-	(4.874)	(9.566)	(545)	(777)	(26.671)	(34.583)	
Total	(334.847)	(297.651)	-	(46)	(221.392)	(173.754)	31.330	(18.679)	(524.955)	(490.085)	

**(28) RESULTADO FINANCEIRO**

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receitas				
Rendas de aplicações financeiras	40.379	33.949	127.539	118.637
Atualizações monetárias, cambial, juros e multas	10.119	9.937	5.768	4.458
PIS e COFINS sobre outras receitas financeiras	(2.266)	(2.082)	(2.813)	(2.507)
Receita decorrente de liquidações CCEE	-	-	-	2.394
Outros	94	848	14.091	13.019
	48.325	42.652	144.585	136.001
Despesas				
Encargos de dívidas	(41.849)	(124.372)	(61.446)	(157.658)
Atualizações monetárias e cambiais	(49.471)	(61.893)	(48.610)	(84.515)
Juros sobre contratos de mútuo	(343.299)	(302.611)	(338.699)	(290.912)
Atualização de débitos fiscais	(490)	(1.163)	(1.123)	(1.768)
Ajuste a valor presente	(4.451)	(3.817)	(13.733)	(13.221)
Comissões, encargos e tarifas bancárias	(1.857)	(2.497)	(5.928)	(11.031)
Outros	(43.006)	(8.152)	(108.344)	(30.863)
	(484.425)	(504.505)	(577.882)	(589.968)
Resultado financeiro	(436.100)	(461.853)	(433.297)	(453.967)

(29) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia possui como controlador direto a CPFL Geração de Energia S.A. ("CPFL Geração") com 50,85% das ações e como controlador indireto a CPFL Energia com 49,15% das ações, que detém 100% do capital social da CPFL Geração, e possui as seguintes empresas como acionistas controladores:

- State Grid Brazil Power Participações S.A. ("SGBP")

Companhia controlada indiretamente pela State Grid Corporation of China, companhia estatal chinesa cujo principal negócio é desenvolver e operar empresas no setor energético.

- ESC Energia S.A.

Companhia controlada pela State Grid Brazil Power Participações S.A.

As participações diretas e indiretas em controladas operacionais estão descritas na nota 1.

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores, controladas e coligadas, entidades com controle conjunto, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influência significativa sobre a Companhia e de suas controladas.

As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir:

- Alocação de despesas** – Refere-se a (i) rateios de despesas de mão-de-obra e fiança bancária, incluindo despesas financeiras de 2,7% sobre o saldo devedor de dois instrumentos de debêntures da Companhia com sua controladora CPFL Energia; e (ii) rateio de despesas entre as controladas da Companhia.
- Mútuos** – Referem-se a (i) mútuos entre a CPFL Renováveis e suas controladas, com vencimento até agosto de 2038, para fazer frente às necessidades de caixa, cujos contratos são remunerados a 97,7% do CDI; e (ii) O saldo de mútuo passivo no consolidado, no montante de R\$ 2.639.042, refere-se substancialmente ao mútuo entre a CPFL Renováveis e a controladora SGBP, com vencimento até junho de 2024 e remunerado a CDI + 1,1%.



Ativo	Controladora			
	2023	2022		
Mútuo com controladas e coligadas				
SPE Bio Alvorada	22.489	20.446		
SPE Bio Coopcana	-	16.959		
Mata Velha Energética	-	5.173		
Energética Novo Horizonte	-	1.361		
SPE Turbina 17	-	9.648		
Total não circulante	22.489	53.587		

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Passivo				
Mútuo com controladas e coligadas				
State Grid Power Participações	2.639.042	2.355.825	2.639.042	2.355.825
Companhia Hidroelétrica Figueirópolis	1.345	55.132	-	-
SPE Alto Irani	1.249	18.784	-	-
SPE Plano Alto Energia	3.512	21.876	-	-
CPFL Comercial Brasil	-	-	53.096	-
TI Nect Serviços de Informática	-	-	-	14.581
CPFL Geração de Energia	-	-	8.178	9.702
Resultado financeiro	2.645.148	2.451.617	2.700.316	2.380.108
Total circulante	2.645.148	55.132	2.700.316	24.283
Total não circulante	-	2.396.485	-	2.355.825

- c) **Compra e venda de energia e encargos** - Refere-se basicamente à compra e venda de energia, através de contratos de curto ou longo prazo. Estas transações, quando realizadas no mercado regulado, tem seus preços definidos através de mecanismos estabelecidos pelo Poder Concedente.
- d) **Adiantamentos** - Referem-se, substancialmente, aos adiantamentos de clientes relativos ao recebimento antecipado, sem que tenha ocorrido ainda o fornecimento de energia ou serviço, referente a contratos de Proinfra, comercialização de energia no ambiente regulado e contratos de energia de reserva.
- e) **Imobilizado, materiais e prestação de serviços** - Referem-se principalmente a serviços prestados de assessoria e gestão de usinas, consultoria e engenharia.

A Companhia possui um "Comitê de Partes Relacionadas", formado por dois membros independentes e um executivo da Companhia, que avalia as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas.

A Administração considerou a proximidade de relacionamento com as partes relacionadas associada a outros fatores para determinar o nível de detalhes de divulgação das transações e acredita que as informações relevantes sobre as transações com partes relacionadas estão adequadamente divulgadas.

A remuneração total do pessoal-chave da administração em 2023, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 642/2010 e CPC 05 (R1) foi de R\$ 4.993 (R\$ 4.804 em 2022), referente a benefícios de curto prazo, e refere-se ao valor registrado pelo regime de competência.

As transações com as entidades sob controle comum referem-se basicamente a encargos de uso do sistema de transmissão, incorridos pelas controladas da Companhia e pagos a subsidiárias diretas ou indiretas da State Grid Corporation of China.

Transações envolvendo acionistas controladores, entidades sob o controle comum ou influência significativa e empreendimentos controlados em conjunto são como segue:



Empresas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa/ Custo	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Alocação de despesas entre empresas								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	3.456	674	850	74	-	-	-	(4.978)
Adiantamentos								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	-	-	60.565	58.285	-	-	-	-
Compra e venda de energia e encargos								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	81.325	77.694	-	513	966.130	1.003.725	-	10.139
Entidades sob o controle comum (controladas da Stade Grid Corporation of China)	-	-	-	-	-	-	-	12.283
Imobilizado, materiais e prestação de serviços								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	1.120	1.098	3.005	1.663	-	-	-	11.600
Arrendamento e aluguel								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	-	-	-	539	-	-	-	109
Contrato de mútuo								
State Grid Brazil	-	-	2.639.042	2.355.825	-	-	-	346
Entidades sob o controle da CPFL Energia	-	-	6.106	24.283	-	-	-	5.493
Outras operações								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	-	-	-	97.011	(46)	-	-	(458)



(30) SEGUROS

As controladas mantêm contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. No consolidado as principais coberturas de seguros são:

<u>Descrição</u>	<u>Ramos da apólice*</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Ativo Fixo	Riscos operacionais, lucros cessantes, riscos nomeados, riscos de engenharia e multirrisco	1.659.000	1.659.000
Transporte	Transporte nacional	84.422	26.616
Responsabilidade civil	Distribuidoras de energia elétrica	155.674	155.674
Pessoas	Vidas em grupo e acidentes pessoais	169.199	162.673
Garantia	Seguro garantia	898.883	994.598
Outros	Responsabilidade civil dos administradores e outros	150.000	150.000
Total		3.117.178	3.148.560

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

Para o seguro de responsabilidade civil dos administradores, a importância segurada é compartilhada entre as empresas da Companhia. O prêmio é pago individualmente por cada empresa envolvida, sendo o faturamento base de critério do rateio

(31) GESTÃO DE RISCOS

Os negócios da Companhia compreendem, principalmente geração de energia elétrica de fontes renováveis. Como concessionárias de serviços públicos, as atividades de algumas controladas são reguladas pela ANEEL.

Estrutura do gerenciamento de risco

Na Companhia, a gestão de riscos é conduzida através de uma estrutura que envolve o Conselho de Administração e Fiscal, Comitês de Assessoramento do Conselho da Administração da CPFL Energia, Diretoria Executiva da CPFL Renováveis, Diretoria de Auditoria, Riscos, Compliance e Data Protect Officer (DPO), bem como áreas de negócio. Essa gestão é regulamentada pela Política de Gestão Corporativa de Riscos que descreve e regulamenta o gerenciamento corporativo de riscos, as principais responsabilidades das partes envolvidas e os limites de exposição aos principais riscos.

Compete ao Conselho de Administração da CPFL Energia:

- Orientar a condução dos negócios, observando, dentre outros, o monitoramento dos riscos empresariais exercido através do modelo de gerenciamento corporativo de risco adotado pela Companhia;
- Observar as responsabilidades previstas no Regimento Interno do Conselho de Administração;
- Zelar para que a Diretoria possua mecanismos e controles internos para conhecer e avaliar os Riscos;
- Deliberar sobre as propostas de alteração no Mapa Corporativo de Riscos encaminhadas pela Diretoria Executiva da CPFL Energia;
- Deliberar sobre as propostas de indicadores de risco e metodologias de limite ou limites de risco encaminhadas pela Diretoria Executiva da CPFL Energia, além de conhecer as exposições e planos de mitigação apresentados em caso de eventual ultrapassagem dos limites de risco propostos; e
- Tomar conhecimento e acompanhar eventuais importantes fragilidades de controles e/ou processos, assim como falhas de aderência regulatória relevantes acompanhando planos propostos pela Diretoria Executiva da CPFL Renováveis para saná-los.



Cabe ao(s) Comitê(s) de Assessoramento do Conselho de Administração:

- Observar as responsabilidades previstas no Regimento Interno dos Comitês de Assessoramento;
- Acompanhar o andamento das ações de mitigação sinalizadas para reenquadramento das exposições aos limites de risco aprovados;
- Orientar os trabalhos de Auditoria Interna e elaboração de propostas de aprimoramento e;
- Tomar conhecimento: (i) dos modelos de monitoramento dos riscos; (ii) das exposições aos riscos; e (iii) dos níveis de controle (incluindo sua eficácia), apoiando o Conselho de Administração no desempenho do seu papel estatutário relativo à gestão de riscos.

À Diretoria Executiva cabe:

- Recomendar indicadores de risco e metodologias de limite ou limites de risco ao Conselho de Administração da CPFL Energia para deliberação;
- Observar os limites de riscos definidos, devendo tomar as medidas necessárias para evitar que a exposição aos riscos exceda tais limites e reportar eventuais ultrapassagens ao Conselho de Administração da CPFL Energia, apresentando ações de mitigação;
- Recomendar alterações no Mapa Corporativo de Riscos ao Conselho de Administração da CPFL Energia para deliberação;
- Avaliar, pelo menos anualmente, a eficácia da Política de Gestão de Riscos e dos sistemas de gerenciamento de riscos e de controles internos, bem como do programa de integridade/conformidade (compliance) e prestar contas ao conselho de administração sobre essa avaliação;
- Submeter ao Conselho de Administração da CPFL Energia assuntos que julgar pertinentes para o efetivo monitoramento dos riscos corporativos.

A Diretoria de Auditoria, Riscos, Compliance e DPO é responsável por:

- Coordenar o processo de avaliação de riscos corporativos, desenvolvendo e mantendo atualizadas as metodologias de Gestão Corporativa de Riscos;
- Identificar e documentar os riscos aos quais as empresas do Grupo CPFL estão expostas;
- Desenvolver, em conjunto com os gestores dos negócios, modelos e/ou indicadores para monitoramento dos riscos, critérios de classificação e propostas de limite;
- Monitorar periodicamente as exposições aos riscos e acompanhar a implantação das ações de mitigação pelos gestores dos negócios;
- Acompanhar a apresentação do modelo de risco e a justificativa pela ultrapassagem de limite para a Diretoria Executiva da CPFL Energia;
- Acompanhar e reportar status dos planos de mitigação sinalizados para reenquadramento das exposições aos limites aprovados; e
- Avaliar o ambiente de controles internos das empresas do Grupo CPFL e interagir com os respectivos gestores dos negócios buscando a definição de planos de ação no caso de deficiências identificadas.

As áreas de negócio possuem responsabilidade primária pela gestão dos riscos inerentes aos seus processos, devendo conduzi-los dentro dos limites de exposição definidos e implementando planos de mitigação para as principais exposições, bem como desenvolver e manter um ambiente adequado de controles operacionais para efetividade e continuidade dos negócios de suas respectivas unidades de gestão.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como seguem:

Risco de taxa de câmbio: Esse risco decorre de a possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira ou reduzindo parcela de receita decorrente da correção anual de parte da tarifa baseada na variação do dólar. A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira está coberta por operações financeiras de swap. A quantificação destes riscos está apresentada na nota 31.



Risco de taxa de juros e de indexadores de inflação: Esse risco é oriundo da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros e nos indexadores de inflação que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures. A quantificação deste risco está apresentada na nota 32.

Risco de crédito: O risco surge da possibilidade das controladas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. No segmento de geração existem contratos no ambiente regulado (ACR) e bilaterais que preveem a apresentação de Contratos de Constituição de Garantias.

Risco quanto à escassez de energia hídrica: Este risco está associado a venda de energia produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação de seu volume, podendo acarretar perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica ou adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001. Em 2021 se observou uma sequência de hidrologia desfavorável, sendo a pior do histórico para o período de abril a setembro. O que acarretou uma série de ações mitigatórias, pelo governo, quanto ao risco de suprimento.

Risco de aceleração de dívidas: A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação. Essas cláusulas restritivas são monitoradas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, se atendidas nas periodicidades exigidas contratualmente ou se obtida a anuência prévia dos credores para o não atendimento.

Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros

A Companhia mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado. A avaliação desse potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações, é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão do risco, que pode incorporar instrumentos financeiros, incluindo derivativos.

As carteiras compostas por esses instrumentos financeiros são monitoradas mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa.

Controles para gerenciamento dos riscos: Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela Administração, a Companhia possui uma assessoria financeira contratada para realizar e reportar o cálculo *do Mark to Market, Stress Testing e Duration* dos instrumentos, além de se utilizar do sistema de software Bloomberg para auxílio deste processo, avaliando os riscos aos quais a Companhia está exposta. Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pela Companhia e suas controladas suportados por estas ferramentas, têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Ressalta-se que a Companhia tem a prática de contratação de instrumentos derivativos, sempre com as devidas aprovações de alçadas, somente quando há uma exposição a qual a Administração considera como risco. Adicionalmente, a Companhia não realiza transações envolvendo derivativos especulativos.

(32) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos e/ou cujo valor contábil é diferente materialmente do respectivo valor justo, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:



	Nota explicativa	Categoria mensuração	Nível (*)	Controladora		Consolidado	
				2023		2023	
				Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativo							
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	Nível 1	96.937	96.937	474.765	474.765
Títulos e valores mobiliários	6	(a)	Nível 1	31.889	31.889	208.473	208.473
Derivativos		(a)	Nível 2	5.709	5.709	5.709	5.709
Total				134.535	134.535	688.947	688.947
				-	-	-	-
Passivo							
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos (***)	15	(b)	Nível 2	366.610	366.610	639.918	642.871
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos (**)	15	(a)	Nível 2	374.679	374.679	374.679	374.679
Debêntures - principal e encargos (***)	16	(b)	Nível 2	190.825	190.825	190.825	190.825
Derivativos		(a)	Nível 2	19.529	19.529	19.529	19.529
Total				951.643	951.643	1.224.951	1.227.904

(*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo

(**) Em função da designação inicial deste passivo financeiro, o consolidado apresentou uma perda de R\$ 15.403 em 31 de dezembro de 2023 (perda de R\$ 15.509 em 31 de dezembro de 2022).

(***) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1) / IFRS 7.

Categoria/ Mensuração:

(a) Valor justo contra o resultado

(b) Mensurados ao custo amortizado

A classificação dos ativos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Companhia para cada instrumento.

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos, devido à sua natureza, na data destas demonstrações financeiras, são:

- Ativos financeiros: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias, (ii) mútuos entre coligadas, controladas e controladora, (iii) cauções, fundos e depósitos vinculados, (iv) arrendamentos e, (v) serviços prestados a terceiros.
- Passivos financeiros: (i) fornecedores, (ii) mútuo entre coligadas, controladas e controladora, (iii) consumidores e concessionárias a pagar e (iv) contas a pagar de aquisição de negócios.

Adicionalmente, não houve em 2023 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;

Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).

Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.



b) Instrumentos derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por *swaps* de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* de pelo menos AA- ou B- global, avaliado em pelo menos uma das agências S&P, Moody's ou Fitch, e em caso de mais de 1, é considerada o menor *rating* entre elas. A Administração não identificou para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e exercício de 2022 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

A Companhia tem como política fornecer garantias financeiras para obrigações das suas controladas e empreendimentos controlados em conjunto. Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a Companhia havia emitido garantias para certas instituições financeiras em relação às linhas de crédito concedidas às suas controladas e empreendimentos controlados em conjunto, conforme apresentado na nota 16.

Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia são *swaps* de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos.

Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pela Companhia possuem prazos perfeitamente alinhados com a respectiva dívida protegida, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo (nota 15). As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, a Companhia não adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as operações com instrumentos derivativos.

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia detinha as seguintes operações de *swap*, todas negociadas no mercado de balcão:

Estratégia	Valores de mercado (contábil)		Valor justo líquido	Valor a custo líquido	Perda na marcação a mercado	Moeda / indexador dívida	Moeda / indexador swap	Faixa de vencimento	Nocional
	Ativo	Passivo							
Empréstimos bancários	5.709	(19.529)	(13.820)	(9.834)	(3.986)	US\$ + de 2,07% a 2,57%	CDI + 0,8% a 1,05%	fev/23 a fev/25	374.000
	5.709	(19.529)	(13.820)	(9.834)	(3.986)				
Circulante	-	(19.529)							
Não Circulante	5.709	-							

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas e debêntures, vide notas 15.

(1) Os valores a custo representam o saldo do derivativo sem a respectiva marcação a mercado, enquanto que o nocional refere-se ao saldo principal da dívida e é reduzido de acordo com a respectiva amortização.

A movimentação dos derivativos está demonstrada a seguir:



Consolidado				
	Saldo em 31/12/2022	Atualização monetária, cambial e marcação a mercado	Liquidação	Saldo em 31/12/2023
Valores a custo, líquidos				
Para dívidas designadas a valor justo	25.202	(69.892)	35.338	(9.352)
Marcação a mercado (*)	(19.249)	14.781	-	(4.467)
Total	5.953	(55.111)	35.338	(13.819)

Consolidado				
	Saldo em 31/12/2021	Atualização monetária, cambial e marcação a mercado	Liquidação	Saldo em 31/12/2022
Valores a custo, líquidos				
Para dívidas designadas a valor justo	34.665	(34.268)	24.805	25.202
Marcação a mercado (*)	(1.941)	(17.308)	-	(19.249)
Total	32.724	(51.576)	24.805	5.953

(*) Os efeitos no resultado e resultado abrangente de 2023 referentes aos ajustes ao valor justo (MTM) dos derivativos são: (i) ganho de R\$ 15.263 (ganho de R\$ 17.308 em 31 de dezembro de 2022), para as dívidas designadas a valor justo.

Conforme mencionado acima, a Companhia optou por marcar a mercado dívidas para as quais possuem instrumentos derivativos totalmente atrelados (nota 15).

A Companhia tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos. No entanto, por se tratarem de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado consolidado, registrados na rubrica de despesa financeira com atualizações monetárias e cambiais e no resultado abrangente consolidado na rubrica risco de crédito na marcação a mercado, este último relativo às dívidas marcadas a valores justos:

Empresa	Risco protegido - operação	Ganho (perda) no resultado	
		2023	2022
CPFL Energias Renováveis	Varição cambial	(70.374)	(34.268)
CPFL Energias Renováveis	Marcação a mercado	15.263	(17.307)
Total		(55.110)	(51.575)

c) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado.

d) Análise de sensibilidade

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros.



Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um conseqüente impacto negativo no resultado da Companhia. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma a Companhia e suas controladas estão quantificando os riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, CDI, IGP-M, IPCA e TJLP), conforme demonstrado abaixo.

d.1) Variação cambial

Considerando que a manutenção da exposição cambial líquida existente em 31 de dezembro de 2023 fosse mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de instrumento financeiro, para três cenários distintos seria:

Instrumentos	Exposição (a)	Risco	Consolidado		
			Depreciação cambial (b)	Receita (despesa)	
				Apreciação cambial de 25% (c)	Apreciação cambial de 50% (c)
Instrumentos financeiros passivos	(374.679)		(15.587)	81.980	179.546
Derivativos – <i>swap plain vanilla</i>	375.526		15.622	(82.165)	(179.952)
Total	847	Baixa dólar	35	(185)	(406)
Efeitos no resultado do exercício	847		35	(185)	(406)

- (a) A taxa de câmbio considerada em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 4,84 para o dólar, R\$ 5,38 para o euro e R\$ 0,03 para o iene.
- (b) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa Balcão, sendo a taxa de câmbio considerada de R\$ 5,04, R\$ 5,66 e R\$0,04 e a depreciação cambial de 25% e 50%, do dólar, do euro e do iene respectivamente em 31 de dezembro de 2023.
- (c) Conforme requerimento da Instrução CVM n° 475/2008, os percentuais de elevação dos índices aplicados são referentes às informações disponibilizadas pela B3 S.A.- Brasil, Bolsa, Balcão.

Em função da exposição cambial líquida do dólar e dos demais instrumentos serem um ativo, o risco é baixa do dólar, portanto, o câmbio é apreciado em 25% e 50% em relação ao câmbio provável.

d.2) Variação das taxas de juros

Supondo que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2023 fosse mantido, a despesa financeira líquida para os próximos 12 meses para cada um dos três cenários definidos seria:



Instrumentos	Exposição	Risco	Taxa no exercício	Taxa cenário provável (a)	Consolidado		
					Receita (despesa)		
					Cenário provável	Elevação/Redução de índice em 25% (b)	Elevação/Redução de índice em 50% (b)
Instrumentos financeiros ativos	699.461				70.715	88.394	106.073
Instrumentos financeiros passivos	(2.891.141)				(292.294)	(365.368)	(438.442)
Derivativos – <i>swap plain vanilla</i>	(389.346)				(39.363)	(49.204)	(59.044)
	(2.581.026)	alta CDI	11,65%	10,11%	(260.942)	(326.178)	(391.413)
Instrumentos financeiros passivos	(334.652)				(21.853)	(27.316)	(32.779)
	(334.652)	alta TJLP	6,84%	6,53%	(21.853)	(27.316)	(32.779)
Instrumentos financeiros passivos	(308.240)				(10.758)	(13.447)	(16.136)
	(308.240)	alta IPCA	4,62%	3,49%	(10.758)	(13.447)	(16.136)
Total	(3.223.918)				(293.553)	(366.941)	(440.328)
Efeitos no resultado do exercício					(293.553)	(366.941)	(440.328)

(a) Os índices foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

(b) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação foram aplicados sobre os índices no cenário provável.

e) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de Consumidores, Concessionárias e Permissionárias e de instrumentos financeiros da Companhia. Mensalmente, o risco é monitorado e classificado de acordo com a exposição atual, considerando o limite aprovado pela Administração.

As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros reconhecidas no resultado estão apresentadas na nota 7 – Consumidores, Concessionárias e Permissionárias.

Contas a receber de clientes

O histórico de perdas na Companhia e suas controladas em decorrência de não recebimento de saldos de venda de energia é irrelevante. A Companhia e suas controladas não estão expostas a um elevado risco de crédito, sendo que eventuais inadimplências são mitigadas por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais. Adicionalmente, os saldos a receber de energia de curto prazo são administrados pela CCEE que, por sua vez, monitora a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pela ANEEL, o que reduz o risco de crédito nas transações realizadas. A Administração não identificou em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 saldos de contas a receber de clientes que necessitassem de constituição de provisão para perdas.

Fatores macroeconômicos

Após estudos desenvolvidos pela Companhia para avaliar quais as variáveis que apresentam o índice de correlação com o montante real de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, não foram identificados outros índices ou fatores macroeconômicos que impactassem de forma relevante ou que possuísem correlação direta ao nível de inadimplência.



f) Análise de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2023, considerando principal e juros futuros, e está baseada no fluxo de caixa não descontado considerando a data mais próxima em que a Companhia e suas controladas devem liquidar as respectivas obrigações.

31/12/2023	Nota explicativa	Consolidado						Total
		Menos de 1 mês	1 - 3 meses	3 meses a 1 ano	1 - 3 anos	4 - 5 anos	Mais de 5 anos	
Fornecedores	15	40.728	33.487	-	6.138	-	-	80.354
Empréstimos e financiamentos – principal encargos	16	3.487	338.585	35.378	152.419	105.432	105.989	741.289
Derivativos		-	-	19.529	-	-	-	19.529
Debêntures – principal e encargos	17	-	-	825	190.000	-	-	190.825
Taxas regulamentares		58.185	-	-	-	-	-	58.185
Outros	22	1.482	959	-	-	-	-	2.441
Consumidores e concessionárias		1.468	959	-	-	-	-	2.427
EPE / FNDCT		14	-	-	-	-	-	14
Total		103.882	373.031	55.732	348.556	105.432	105.989	1.092.623

Caixa, equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários

A Companhia limita a exposição ao risco de crédito através do investimento em títulos de dívidas que tenham um mercado líquido e que o risco da contraparte (bancos e instituições financeiras) tenha um *rating* de pelo menos AA-.

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. A Administração não identificou para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e exercício de 2022 títulos que tivessem uma mudança relevante no risco de crédito.

Derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por *swaps* de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* de pelo menos AA- B- global, baseado nas principais agências de *rating* de crédito do mercado (nota 31). A Administração não identificou para o exercício findo em 31 de dezembro 2023 e exercício de 2022 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

A Companhia tem como política fornecer garantias financeiras para obrigações das suas controladas e empreendimentos controlados em conjunto. Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a Companhia havia emitido garantias para certas instituições financeiras em relação às linhas de crédito concedidas às suas controladas e empreendimentos controlados em conjunto, conforme apresentado nas notas 15 e 16.

**(33) TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA**

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Transferência entre outros créditos e intangível	3.561	-	-	-
Transferência entre outros créditos e provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	27	-
Transferência entre outros créditos e provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	45	295
Transferência entre dividendos a receber e outras contas a pagar	-	6.383	-	-
Transferência entre depósitos judiciais e contingências	-	-	3.732	461
Transferência entre investimentos e intangível	9.968	9.967	-	-
Transferência entre imobilizado e intangível	-	-	2.124	2.124
Transferência entre entidade previdência privada e outras obrigações	11.260	1.174	-	870
Transferência entre entidade de previdência privada e outros resultados abrangentes	3.612	9.750	3.612	9.795
Dividendos deliberados a receber de controladas	1.013.715	916.348	11.003	27.033
Dividendos propostos a pagar para acionistas não controladores	-	-	24.752	25.060
Dividendos propostos a pagar para controladores	934.896	1.270.262	934.896	1.270.262
Reversão dividendos deliberados para aumento de capital em controladas	578	769	620	828
Reversão dividendos deliberados para amortização de empréstimos	1.803	2.166	1.803	2.166
Provisão de custos socioambientais no imobilizado	3.121	-	15.186	-
Reversão de custos socioambientais no imobilizado	-	3.714	-	22.437
Aumento de recebíveis com AFAC de controlador	-	35	-	-
Aumento de capital em controladas com AFAC de controlador	61.250	38.492	-	-
Aumento de capital em controladas com AFAC de acionistas não controladores	-	-	-	35

(34) COMPROMISSOS

Os compromissos da Companhia relacionados a contratos de longo prazo para compra de energia e para projetos para construção de usinas, em 31 de dezembro de 2023, são como segue:

Obrigações contratuais	Duração	Menos de 1 ano	1 - 3 anos	4 - 5 Anos	Mais de 5 anos	Total
Encargos de uso do sistema de distribuição e transmissão	29 anos	154.713	354.812	412.156	6.717.387	7.639.068
Prêmio de risco – Repactuação do risco hidrológico	24 anos	14.607	30.842	26.445	153.318	225.212
Projetos de construção de usina	11 anos	12.431	22.713	20.564	61.692	117.401
Fornecedores de materiais e serviços	11 anos	115.864	231.609	219.862	289.907	857.242
Total		297.615	639.976	679.027	7.222.304	8.838.922

Os projetos para construção de usinas incluem compromissos firmados basicamente para disponibilizar recursos na construção relacionados.



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

KARIN REGINA LUCHESI
Presidente

FUTAO HUANG
Vice-presidente

YUNWEI LIU
EDUARDO DOS SANTOS SOARES
Conselheiros

DIRETORIA

XINJIAN CHEN
Diretor Presidente

YUEHUI PAN
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

FRANCISCO JOÃO DI MASE GALVÃO JUNIOR
Diretor de Operação e Manutenção Hidrelétrica e
Operação e Manutenção Eólica, Biomassa e
Solar

RODOLFO COLI DA CUNHA
Diretor Regulatório e de Gestão de Energia

FLAVIO HENRIQUE RIBEIRO
Diretor Administrativo

CONTABILIDADE

RICARDO FERNANDO FERREIRA
Gerente de Serviços Financeiros
CRC 1SP321353/O-4



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
CPFL Energias Renováveis S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da CPFL Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

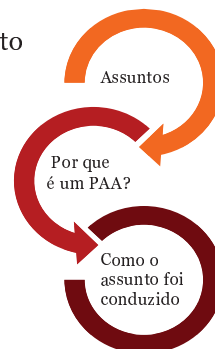
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.





CPFL Energias Renováveis S.A.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Avaliação do valor recuperável dos ativos imobilizados (Nota 13)

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas controladas possuem registrado em suas demonstrações financeiras consolidadas os montantes de R\$ 7.325.172 mil, referente a ativos imobilizados, os quais se referem, substancialmente, aos investimentos em infraestrutura efetuados em conexão com os contratos de concessão pública ou outorga. Para esses ativos, a Companhia avalia, ao fim de cada período de reporte, se há alguma indicação de que eles possam ter sofrido desvalorização (*impairment*). Havendo indicativo, a Companhia estima o seu valor recuperável.

Para o ano de 2023, a administração identificou indicativos relacionados a cenários desfavoráveis para os negócios de algumas Unidades Geradoras de Caixa ("UGCs"), o que gerou uma mudança na projeção de geração de caixa destes ativos, estimada em anos anteriores. O valor recuperável dessas UGCs foi calculado com base no valor em uso de cada unidade geradora de caixa, utilizando premissas do orçamento plurianual e informações de mercado disponíveis para a Companhia, não sendo identificadas perdas por *impairment* no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Consideramos a avaliação do valor recuperável dos ativos imobilizados como um dos principais assuntos de auditoria em virtude da magnitude do saldo e da complexidade envolvida nas análises de recuperabilidade. A complexidade advém dos julgamentos significativos em relação à estimativa dos fluxos de caixa futuros, que incluem premissas que são afetadas por condições macroeconômicas e de mercado, tais como quantidade de energia, preços contratados e taxa de desconto. Variações nesses julgamentos e premissas podem produzir impactos significativamente diferentes daqueles apurados pela administração nas demonstrações financeiras consolidadas.

Aspectos relevantes da nossa resposta de auditoria envolveram, entre outros, a discussão com a administração sobre os planos de negócio aprovados e divulgados.

Efetuamos entendimento sobre as políticas da administração e o processo de elaboração e aprovação, pelos órgãos de governança, das projeções dos fluxos de caixa, bem como analisamos as principais premissas utilizadas nas projeções.

Com o apoio dos nossos especialistas internos em avaliação, verificamos a coerência lógica e aritmética das projeções de fluxos de caixa para determinadas UGCs com indicativos de *impairment*, bem como testamos a consistência das informações e principais premissas utilizadas nas projeções tais como quantidade de energia, preços contratados e taxa de desconto, mediante a comparação com: (i) orçamentos aprovados pelo Conselho de Administração, (ii) premissas e dados de mercado, e (iii) projeções utilizadas em anos anteriores com os resultados efetivos subsequentes.

Efetuamos também análise de sensibilidade das projeções, considerando diferentes intervalos e cenários, e leitura das divulgações apresentadas em notas explicativas.

Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que os critérios e premissas utilizadas pela administração da Companhia para a determinação do valor recuperável dos ativos imobilizados, bem como as divulgações efetuadas em notas explicativas, são consistentes com as informações e dados obtidos.



CPFL Energias Renováveis S.A.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



CPFL Energias Renováveis S.A.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.



CPFL Energias Renováveis S.A.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 21 de março de 2024

PricewaterhouseCoopers
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by:
Adriano Formosinho Correia
Signed by: ADRIANO FORMOSINHO CORREIA/78278562504
CPF: 78278562504
Stamp Time: 21/03/2024 15:48 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB
C: BR
Email: AC SERASA RFB v5
ICP-Brasil
901046157A6428...

Adriano Formosinho Correia
Contador CRC 1BA029904/O-5



DECLARAÇÃO	STATEMENT
<p>Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, alterada pela Instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017, o presidente e os diretores da CPFL Energias Renováveis S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua Jorge Figueiredo Corrêa, nº 1.632, Jardim Professora Tarcília, CEP 13087-397 - Campinas - SP - Brasil, inscrita no CNPJ sob nº 08.439.659/0001-50, declaram que:</p> <p>a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis da CPFL Energias Renováveis S.A., de 31 de dezembro de 2023;</p> <p>b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis da CPFL Energias Renováveis S.A., de 31 de dezembro de 2023.</p> <p>Campinas, 21 de março de 2024.</p>	<p>In compliance with the provisions in items V and VI of article 25 of the Brazilian Securities & Exchange Commission (CVM) Instruction No. 480, of December 7, 2009, as amended by CVM Instruction No. 586, of June 8, 2017, the chief executive officer and the officers of CPFL Energias Renováveis S.A., a publicly traded company, with its registered office at Rua Jorge Figueiredo Corrêa, nº 1.632, Jardim Professora Tarcília, CEP 13087-397 - Campinas - SP - Brazil, enrolled with the National Register of Legal Entities (CNPJ) under No. 08.439.659/0001-50, hereby stated that:</p> <p>a) they have reviewed and discussed, and agree with, the opinions expressed in the opinion of PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes on the financial statements of CPFL Energias Renováveis S.A., of December 31, 2023;</p> <p>b) they have reviewed and discussed, and agree with, the financial statements of CPFL Energias Renováveis S.A., of December 31, 2023;</p> <p>Campinas, March 21, 2024.</p>

Ricardo Fernando Ferreira
Gerente de Serviços Contábeis
Accountant
CRC: 1SP321353/O-4
CPF: 400.474.638-80

Yuehui Pan
Diretor Financeiro e de Relações com
Investidores
Chief Financial and Investor Relations Officer
CPF: 061.539.517-16

XinJian Chen
Diretor Presidente
Chief Executive Officer
CPF: 239.885.728-02

CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A
CNPJ nº 08.439.659/0001-50
Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022
 (Em milhares de Reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Ativo			
Ativo Circulante		531.952	478.867
Caixa e Equivalentes de Caixa		96.937	105.317
Investimentos Temporários		31.889	1.121
Concessionárias e Permissionárias	4	206.500	231.966
Imposto de renda e contribuição social a compensar		11.770	6.985
Tributos Compensáveis		35.095	27.941
Dividendos		75.320	24.945
Outros Ativos Circulantes		74.442	80.591
Ativo Não Circulante		8.511.907	8.931.132
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	4	6.381	6.694
Coligadas controladas e controladora		22.489	53.587
Tributos Compensáveis		43.505	44.640
Depósitos Judiciais e Cauções		2.729	2.833
Derivativos		5.709	15.908
Tributos Diferidos	5	390.536	331.796
Aumento para futuro aumento de capital		128.500	61.250
Arrendamento		6.380	1.167
Outros Ativos Não Circulantes		25.550	35.812
Bens e Atividades Não Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		6.379.213	6.849.056
Imobilizado	6	846.214	798.559
Intangível	7	654.701	729.830
Total do Ativo		9.043.859	9.409.999

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A
CNPJ nº 08.439.659/0001-50
Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022
 (Em milhares de Reais)

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Passivo			
Passivo Circulante		3.884.775	772.109
Fornecedores		74.216	65.099
Empréstimos e Financiamentos	8	379.312	107.431
Debêntures	9	825	164.555
Obrigações Sociais e Trabalhistas		33.558	29.491
Benefício Pós-Emprego		8.503	9.191
Dividendos Declarados e Juros Sobre Capital Próprio		337.084	-
Tributos		204.308	150.665
Encargos Setoriais		58.185	22.263
Instrumentos Financeiros Derivativos		19.529	-
Adiantamentos		102.166	141.408
Mútuos com coligadas, controladas e controladora		2.645.148	55.740
Outros Passivos Circulantes		21.941	26.266
Passivo Não Circulante		653.684	3.166.978
Fornecedores		6.138	7.007
Empréstimos e Financiamentos	8	361.977	665.569
Benefício Pós-Emprego		18.643	24.707
Tributos		5.746	5.322
Provisões	10	60.889	54.107
Debêntures	9	190.000	-
Instrumentos Financeiros Derivativos		-	9.955
Adiantamentos		287	453
Mútuos com coligadas, controladas e controladora		7.040	2.396.485
Outros Passivos Não Circulantes		2.964	3.373
Total do Passivo		4.538.459	3.939.088
Patrimônio Líquido			
Capital Social		2.632.292	4.032.292
Reservas de Capital		589.355	588.778
Outros Resultados Abrangentes		(45.251)	(47.636)
Reservas de Lucros		1.354.314	924.906
Lucros/Prejuízos Acumulados		(25.311)	(27.429)
Total do Patrimônio Líquido		4.505.399	5.470.912
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		9.043.859	9.409.999

CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A
CNPJ nº 08.439.659/0001-50
Demonstrações do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
 (Em milhares de Reais)

	<u>Notas</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receita / Ingresso		1.911.061	1.852.815
Suprimento de Energia Elétrica	12	1.902.741	1.842.164
Energia Elétrica de Curto Prazo		7.815	8.056
Outras Receitas Vinculadas		505	2.595
Tributos	12	(176.572)	(171.385)
PIS		(31.534)	(30.571)
COFINS		(145.038)	(140.814)
Encargos - Parcela "A"	12	(1.777)	(1.393)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(102)	(101)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH		(282)	(175)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE		(1.393)	(1.117)
Receita Líquida / Ingresso Líquido		1.732.711	1.680.037
Custos Não Gerenciáveis - Parcela "A"		(141.297)	(231.999)
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(104.276)	(198.023)
Encargo de Transmissão, Conexão e Distribuição		(37.021)	(33.976)
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis		1.591.414	1.448.038
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"		(263.651)	(275.175)
Pessoal e Administradores	14	(25.971)	(43.109)
Entidade de Previdência Privada		(2.794)	(3.704)
Material		(16.501)	(11.055)
Serviços de Terceiros		(46.963)	(26.332)
Arrendamento e Aluguéis		707	(2.357)
Seguros		(4.228)	(3.850)
Provisões		-	(5.634)
(-) Recuperação de Despesas		6.769	
Tributos		(138)	(63)
Depreciação e Amortização		(166.995)	(172.264)
Gastos Diversos		(7.538)	(6.807)
Resultado da Atividade		1.327.763	1.172.864
Equivalência Patrimonial		692.907	712.169
Resultado Financeiro		(436.100)	(461.853)
Receitas Financeiras		48.325	42.652
Despesas Financeiras		(484.425)	(504.506)
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro		1.584.570	1.423.180
Despesa com Impostos sobre o Lucro		(195.873)	(139.212)
Resultado Líquido do Exercício		1.388.697	1.283.968
Atribuível aos Acionistas Controladores		1.388.697	1.283.968

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A
Demonstrações do resultado abrangente dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
 (Em milhares de Reais)

	2023	2022
Resultado Líquido do Exercício	1.388.697	1.283.968
Outros Resultados Abrangentes		
Efeito de Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.228)	(3.331)
Previdência Privada - Superávit (Déficit) Atuarial	3.612	9.796
Total de Resultados Abrangentes do Exercício, líquidos de impostos	1.391.081	1.290.434

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S/A
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para exercícios findos em 31 de dezembro 2023 e 2022
 (Em milhares de Reais)

	Reserva de lucros			Resultado Abrangente Acumulado			Total
	Reservas de Capital	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Dividendo Adicional Proposto	Deemed cost	Perdas atuariais	
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	4.032.292	124.029	138.452	613.448	-	(54.100)	5.411.225
Resultado abrangente total	-	-	-	-	-	6.465	1.329.179
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	1.322.714
Outros resultados abrangentes: ganhos (perdas) atuariais	-	-	-	-	-	6.465	6.465
Mutações internas do patrimônio líquido	-	64.613	-	-	-	-	-
Realização do custo atribuído de ativo imobilizado	-	-	-	-	-	-	-
Efeitos fiscais sobre realização do custo atribuído	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	64.613	-	-	-	-	-
Reserva estatutária - reforço de capital de giro	-	-	-	-	-	-	-
Redução de capital social	-	-	-	-	-	-	-
Transações de capital com os acionistas	-	-	-	(15.636)	-	-	(1.269.492)
Pagamento de dividendos do exercício anterior	-	-	-	(613.448)	-	-	(613.448)
Aumento de capital sem alteração no controle	769	-	-	-	-	-	769
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	597.812	-	-	(597.812)
Dividendos intercalares	-	-	-	-	-	-	(656.813)
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	4.032.292	188.642	138.452	597.812	-	(47.635)	5.470.912
Resultado abrangente total	-	-	-	-	-	2.384	1.391.138
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	1.388.754
Outros resultados abrangentes: ganhos (perdas) atuariais	-	-	-	-	-	2.384	2.384
Mutações internas do patrimônio líquido	-	11.689	(22.332)	-	-	-	(22.332)
Realização do custo atribuído de ativo imobilizado	-	-	-	-	-	-	-
Efeitos fiscais sobre realização do custo atribuído	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	11.689	-	-	-	-	-
Reversão de reserva estatutária para absorção de prejuízo regulatório	-	-	(22.332)	-	-	-	(22.332)
Transações de capital com os acionistas	-	-	-	440.051	-	-	(2.334.319)
Redução de capital social	577	-	-	-	-	-	(1.400.000)
Pagamento de dividendos do exercício anterior	-	-	-	(597.812)	-	-	(597.812)
Aumento de capital sem alteração no controle	-	-	-	-	-	-	577
Dividendos adicionais propostos	577	-	-	1.037.863	-	-	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	(337.084)
Saldo em 31 de Dezembro de 2023	2.632.292	200.331	116.120	1.037.863	-	(45.251)	4.505.399

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

	2023	2022
Lucro antes dos tributos	1.584.570	1.423.180
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Depreciação e amortização	166.995	172.265
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	(358)	248
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(388)	558
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	457.437	448.522
Despesa com entidade de previdência privada	1.671	3.704
Resultado de participações societárias	(692.907)	(712.170)
Perda na baixa de ativo não circulante	(6.769)	4.696
Outros	(10.145)	-
	1.500.106	1.341.003
Redução (aumento) nos ativos operacionais		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	26.167	(31.173)
Dividendo e juros sobre o capital próprio recebidos	965.226	981.633
Tributos a compensar	(25.185)	(31.710)
Depósitos judiciais	323	178
Adiantamentos de fornecedores	1.034	(1.187)
Outros ativos operacionais	(18.656)	(17.239)
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	9.110	(66.203)
Outros tributos e contribuições sociais	(74.557)	(18.444)
Outras obrigações com entidade de previdência privada	(15.971)	(8.866)
Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	(867)	(170)
Adiantamentos de clientes	(39.266)	110.697
Outros passivos operacionais	52.444	6.235
Caixa líquido gerado pelas operações	2.379.908	2.264.754
Encargos de dívidas e debêntures pagos	(39.959)	(135.136)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(185.162)	(146.993)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	2.154.787	1.982.625
Atividades de investimentos		
Redução de capital em subsidiárias	176.000	247.360
Aquisições de imobilizado	(96.828)	(94.510)
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados (aplicações)	(31.889)	(1.121)
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados (resgates)	1.121	18.610
Adições de Intangível	(1.329)	(9.450)
Adiantamento para futuro aumento de capital	(128.500)	(62.600)
Mútuos concedidos a controladas e coligadas	(6.097)	(10.483)
Recebimento de mútuos com controladas e coligadas	42.624	55.622
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimentos	(44.898)	143.428
Atividades de financiamentos		
Redução de capital	(1.400.000)	-
Captação de empréstimos e debêntures	270.000	354.000
Amortização de principal de empréstimos e debêntures	(267.255)	(1.066.453)
Liquidação de operações com derivativos	(35.338)	(24.805)
Dividendo e juros sobre o capital próprio pagos	(597.812)	(1.268.096)
Amortizações de mútuos com controladas e coligadas	(87.865)	(50.481)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento	(2.118.270)	(2.055.835)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(8.381)	70.218
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	105.317	35.099
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	96.937	105.317

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.



Relatório da Administração

Demonstrações Contábeis Regulatórias

Introdução

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no **exercício de 2023**, em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da CPFL Energias Renováveis S.A. ("CPFL Renováveis" ou "Companhia") para a sociedade, parceiros, investidores e consumidores.

Considerações Iniciais

A CPFL Renováveis atua no segmento de geração de energia elétrica, focada nos empreendimentos de energia renovável do grupo CPFL Energia. A capacidade instalada da CPFL Renováveis e suas controladas é de 3.023 MW em operação, além de um projeto em construção, a PCH Cherobim, com 28 MW de capacidade instalada, localizada no estado do Paraná, com entrada em operação prevista para 2024.

Em 2023, a CPFL Renováveis cumpriu com sua agenda estratégica e seguiu trabalhando em iniciativas de valor e no seu plano de investimentos, com disciplina financeira, empenho e comprometimento de suas equipes. Reconhecida por seus processos de gestão fundados na excelência operacional, a CPFL Renováveis e as empresas nas quais detém participação reafirmam o compromisso de ampliar sua capacidade de geração baseada predominantemente em fontes limpas e renováveis, com investimentos considerados indispensáveis para o desenvolvimento sustentável das comunidades em que atua.

Neste relatório, os números de determinados projetos da CPFL Renováveis não serão considerados por tratar apenas de autorizações de exploração, e não de concessões ou permissões¹.

¹ Os empreendimentos da CPFL Renováveis, em sua maioria, operam por meio de autorizações em regime de produção independente de energia elétrica. As empresas Chimay Empreendimentos e Participações Ltda., Mohini Empreendimentos e Participações Ltda. e Jayaditya Empreendimentos e Participações Ltda., subsidiárias da CPFL Renováveis, figuram como concessionárias de serviço público e, portanto, divulgam suas próprias Demonstrações Contábeis Regulatórias.

Desempenho Operacional

Em 31/12/2023, a CPFL Renováveis detinha **851,0 MW** de potência instalada em operação, dos quais **678,5 MW** em base de controladora (propriedade integral e compartilhada em consórcio) e **172,5 MW** por meio da participação proporcional na SPE, conforme quadro a seguir:

Parque Gerador – Características Físicas

Usina	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW Médios)	Propriedade	Potência Instalada (MW) Proporc.	Garantia Física (MW Médios) Proporc.	Início de Operação Comercial	Vencimento da Outorga
Integral e Compartilhada	1.297	613		678,5	320		
UHE Rio do Peixe (Casas de Força I e II)	18,1	5,8	100,0%	18,1	5,8	01/01/1925	31/12/2042
CGH Santa Alice ⁽¹⁾	0,6	-	100,0%	-	-	01/01/1907	Indeterminado*
CGH Lavrinha	0,3	0,2	100,0%	0,3	0,2	01/01/1947	Indeterminado*
CGH São José	0,8	0,2	100,0%	0,8	0,2	01/01/1934	Indeterminado*
CGH Turvinho	0,8	0,3	100,0%	0,8	0,3	01/01/1912	Indeterminado*
CGH São Sebastião	0,7	0,5	100,0%	0,7	0,5	01/01/1925	Indeterminado*
CGH Pinheirinho	0,6	0,5	100,0%	0,7	0,5	01/01/1911	Indeterminado*
UHE Serra da Mesa ²	1.275,0	605,7	51,5%	657,1	312,2	30/04/1998	10/05/2046
UHE Cariobinha ³	-	-	100,0%	-	-	01/01/1936	19/11/2027
UTE Carioba (OCA 2) ⁴	-	-	100,0%	-	-	01/01/1954	19/11/2027
UHE Macaco Branco ⁵	-	-	100,0%	-	-	01/01/1911	31/12/2042
Sociedade de Propósito Específico	690	356		173	89		
UHE Barra Grande	690,0	356,0	25,0%	172,5	89,0	01/11/2005	05/11/2040
Total	1.987	969		851	409		

- 1) CGH Santa Alice não possui garantia física e esta registrada na Santa Alice.
- 2) Serra da Mesa - A concessão da Usina Serra da Mesa foi outorgada à FURNAS em 1981 (Decreto nº 85.983). A CPFL Renováveis possui 51,54% na disponibilidade de potência e energia da Usina Serra da Mesa, sob um contrato de arrendamento de 30 anos que assegura o direito de amortização dos investimentos realizados, conforme regulamentação o Decreto nº 1.348/94 e Portaria DNAEE nº 034/95.
- 3) UHE Cariobina - Usina fora de operação comercial e em processo de extinção da concessão junto ao MME/ANEEL, conforme consta do Despacho nº 4.101 de 2011 e Despacho nº 3.066 de 2008.
- 4) UHE Carioba - Usina fora de operação comercial e em processo de extinção da concessão junto ao MME/ANEEL, conforme consta do Despacho nº 4.101 de 2011 e Despacho nº 3.066 de 2008.
- 5) A Usina Macaco Branco foi declarada como de utilidade pública para fins de desapropriação pelo Departamento de Águas e Energia Elétrica ("DAEE"), sendo autorizado o completo afogamento da Usina, implicando no encerramento de sua operação, conforme determina o Decreto nº 60.141 de 11/02/2014 do Estado de São Paulo. A usina está fora de operação comercial e em processo de extinção da concessão junto ao MME/ANEEL, conforme o Despacho nº 569 de 2021.

* Potenciais hidráulicos iguais ou inferiores a 5,0 MW estão dispensados de concessão, permissão ou autorização, devendo apenas serem registrados junto à ANEEL.

A Companhia possui 1 projeto em construção: PCH Cherobim, com 28 MW de capacidade instalada, localizada no estado do Paraná, com entrada em operação prevista para o segundo semestre de 2024.

A garantia física - considerando a participação da CPFL em cada projeto - é de **3.584 GWh/ano** em 2023, conforme quadro a seguir:

Garantia Física Realizada e Esperada

Usina - Garantia Física GWh/ano Proporcional	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028
Controladora							
Integral e Compartilhada	2.944	2.801	2.808	2.801	2.801	2.801	2.808
UHE Rio do Peixe (Casas de Força I e II)	50,72	50,72	50,86	50,72	50,72	50,72	50,86
UHE Serra da Mesa ¹	2.878,25	2.734,68	2.742,17	2.734,68	2.734,68	2.734,68	2.742,17
CGH Santa Alice	-	-	-	-	-	-	-
CGH Lavrinha	2,10	2,10	2,11	2,10	2,10	2,10	2,11
CGH São José	2,08	2,08	2,08	2,08	2,08	2,08	2,08
CGH Turvinho	2,19	2,19	2,20	2,19	2,19	2,19	2,20
CGH São Sebastião	4,64	4,64	4,66	4,64	4,64	4,64	4,66
CGH Pinheirinho	4,20	4,20	4,22	4,20	4,20	4,20	4,22
Não Controladora							
Sociedade de Propósito Específico	817	780	782	780	780	780	782
UHE Barra Grande	816,62	779,82	781,96	779,82	779,82	779,82	781,96
Consolidado	3.761	3.580	3.590	3.580	3.580	3.580	3.590

- 1) A concessão da Usina Serra da Mesa foi outorgada à FURNAS em 1981 (Decreto nº 85.983). A CPFL Renováveis possui 51,54% na disponibilidade de potência e energia da Usina Serra da Mesa, sob um contrato de arrendamento de 30 anos que assegura o direito de amortização dos investimentos realizados, conforme regulamenta o Decreto nº 1.348/94 e Portaria DNAEE nº 034/95.

Em **31/12/2023**, parte considerável da garantia física tinha receita garantida por meio de contratos no ACR (Ambiente de Contratação Regulado), o que reduz o risco das flutuações de preços no mercado de curto prazo.

Modelo de Negócio e Condições no ACR

Usina	Modelo de Negócio em 1º/jan/2023	Preço no ACR em 1º/jan/2023	Data e índice de reajuste no ACR
Integral e Compartilhada			
UHE Macaco Branco ¹			
UHE Rio do Peixe (Casas de Força I e II)	100% ACR até o vcto. outorga Lei 12.783/2013	RAG anual de R\$ 10.770.981,25 (REH 3068/2022)	IPCA em 1º/Jul
UHE Cariobinha ²			
UHE Serra da Mesa ³			
UTE Carioba (OCA 2) ⁴			
CGH Santa Alice	Em 01/06/2019, a Central Geradora Santa Alice passou a ser explorada como Geração Distribuída, sendo desde então remunerada por meio de contrato de arrendamento (10 anos) para o consumidor final da energia produzida.		
CGH Lavrinha			
CGH São José			
CGH Turvinho	A energia gerada destes empreendimentos é negociada em operações no Mercado de Curto Prazo.		
CGH São Sebastião			
CGH Pinheirinho			
Sociedade de Propósito Específico			
UHE Barra Grande	100% dos contratos são ACL		

- 1) UHE Macaco Branco - A Usina Macaco Branco foi declarada como de utilidade pública para fins de desapropriação pelo Departamento de Águas e Energia Elétrica ("DAEE"), sendo autorizado o completo afogamento da Usina, implicando no encerramento de sua operação, conforme determina o Decreto nº 60.141 de 11/02/2014 do Estado de São Paulo. A usina está fora de operação comercial e em processo de extinção da concessão junto ao MME/ANEEL, conforme o Despacho nº 569 de 2021.
- 2) Usina fora de operação comercial e em processo de extinção da concessão junto ao MME/ANEEL, conforme consta do Despacho nº 1.776 de 2016;
- 3) A CPFL Renováveis possui 51,54% na disponibilidade de potência e energia da Usina Serra da Mesa, sob um contrato de arrendamento de 30 anos que assegura o direito de amortização dos investimentos realizados, conforme regulamenta o Decreto nº 1.348/94 e Portaria DNAEE nº 034/95. Em abril de 2014 foi celebrado o Contrato de Suprimento 12.292, operacionalizando a compra desse montante de energia por FURNAS até 2028;
- 4) Usina fora de operação comercial e em processo de extinção da concessão junto ao MME/ANEEL, conforme consta do Despacho nº 4.101 de 2011 e Despacho nº 3.066 de 2008.

Nesta seção, destacamos os principais investimentos realizados pela CPFL Renováveis em base da controladora, sendo a Usina Hidroelétrica (UHE) Serra da Mesa o principal ativo do portfólio.

1) Reforma da calha natural do vertedouro

Durante inspeção no vertedouro da UHE Serra da Mesa constatou-se um possível processo erosivo a jusante da sua calha de vertimentos.

Para garantir a continuidade de segurança do vertedouro, Furnas está elaborando um projeto executivo e contratando uma empresa para a construção de uma laje à jusante do vertedouro. Essa laje deverá cobrir o biotitito com concreto até a grande erosão, e preencher sua parede de montante com concreto.

Essas ações visam garantir às condições mínimas de segurança operativa da estrutura do Vertedouro, em condições de operação normal e em situação de descarga máxima, bem como do Canal de Restituição do Vertedouro.

2) Reforma do Sistema de proteção contra Incêndio do Gerador

A UHE Serra da Mesa possui um sistema automático de alarme e detecção de incêndio na parte interna dos geradores com acionamento e injeção de gás CO₂.



Esse sistema é composto de Painéis elétricos de controle, Sensores de fumaça, Indicadores visuais e sonoros, Válvulas e atuadores, dois conjuntos de cilindros de gás CO₂, contendo 130 cilindros de 45 Kg cada, e tubulações diversas.

Todo o conjunto foi instalado há mais de 20 anos e vários dos seus componentes encontram-se obsoletos e sem reposição de peças sobressalentes.

Assim sendo, tornou-se necessária a contratação de uma empresa especializada para fornecimento de serviços e materiais para a reforma dos seus principais componentes a fim de prolongar a sua vida útil e manter a confiabilidade operativa da Usina.

3) Substituição do floccodcantador a pressão da ETA

A Estação de Tratamento de Água (ETA) da UHE Serra da Mesa possui um vaso de pressão floccodcantador que está no fim de sua vida de útil e necessita ser substituído.

Tecnologia da Informação

O desenvolvimento das diversas áreas de negócios de uma Outorgada de energia depende substancialmente de soluções adequadas de Tecnologia da Informação, a qual permeia e dá suporte a praticamente tudo o que a Outorgada faz, mediante sistemas de informação (*software*), redes de computadores (comunicação lógica) e atendimento ao consumidor (processamento, suporte e infraestrutura).

Em 2023, os principais projetos e sistemas desenvolvidos na área de Tecnologia da Informação foram: (i) Programa Gestão de RH; (ii) Novo GED; e (iii) Hydro 4.0 (Usina 4.0).



Desempenho Econômico-financeiro

Ressaltamos que os dados econômico-financeiros aqui publicados refletem as demonstrações contábeis regulatórias e diferem dos resultados anteriormente publicados em IFRS.

Em 2023, a receita operacional líquida da CPFL Renováveis atingiu **R\$ 1.733 milhões**, comparado a **R\$ 1.680 milhões** em 2022, um aumento de **3,1% (R\$ 53 milhões)**.

Os custos não gerenciáveis totalizaram **R\$ 141 milhões** em 2023, comparado a **R\$ 232 milhões** em 2022, uma redução de **39,1% (R\$ 91 milhões)**.

Os custos gerenciáveis totalizaram **R\$ 263 milhões** em 2023, uma redução de **1,4% (R\$ 12 milhões)** em relação a 2022, quando totalizaram **R\$ 275 milhões**.

O EBITDA ou LAJIDA, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de **R\$ 2.290 milhões** em 2023, **11,3% (R\$ 233 milhões)** superior em relação a 2022, que foi de **R\$ 2.057 milhões**.

Em 2023, o resultado líquido foi de **R\$ 1.387 milhões**, um aumento de **8,0% (R\$ 103 milhões)** comparado aos **R\$ 1.284 milhões** registrados em 2022.

Investimentos: Em 2023, foram investidos **R\$ 426 milhões**, destinados principalmente à construção da PCH Lucia Cherobim e manutenção dos parques eólicos.

Captações de recursos: Para reforço de capital de giro, a Companhia utilizou recursos de emissão de debêntures (R\$ 190 milhões).

Política de reinvestimento e distribuição de dividendos: Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo de 25% calculado sobre o lucro líquido do exercício ajustado em conformidade com a legislação societária vigente.

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 26 de abril de 2023, foi aprovada a declaração de dividendo adicional de R\$ 597.812 mil, referente ao exercício de 2022, totalmente pagos durante o exercício de 2023.

A Companhia está propondo para o exercício de 2023, o montante de R\$ 337.084 mil de dividendos mínimos obrigatórios e R\$ 1.037.863 mil de dividendos adicionais propostos.

Composição acionária: A CPFL Renováveis é uma empresa de capital aberto, cujo controle é 100% detido pela CPFL Energia, direta e indiretamente (por meio da CPFL Geração de Energia S.A.). Em 11 de setembro de 2023, em Assembleia Geral Extraordinária, a Companhia aprovou a redução de seu capital social em um total de R\$ 1.400.000 mil, sendo que as efetivas reduções foram se realizando ao longo de novembro e dezembro de 2023. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2023, o capital social da CPFL Renováveis era de R\$ 2.632.292 mil, composto por 593.782.504 ações ordinárias escriturais e sem valor nominal.

Planejamento Empresarial:

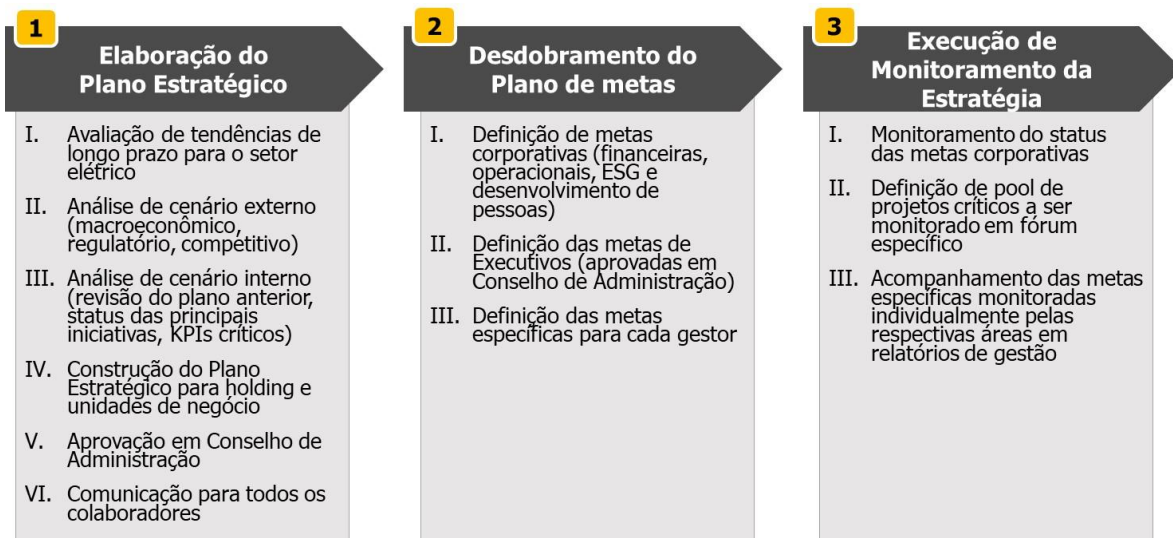
Desde 2002, A Diretoria de Estratégia e Inovação realiza o Planejamento Estratégico para o grupo CPFL Energia, com aprovação do Conselho de Administração e o desdobramento para cada unidade de negócio e áreas corporativas.

O Plano Estratégico é realizado anualmente, para o ciclo de 5 anos. O processo segue as seguintes etapas:

- i) Definição das macrotendências globais para o setor elétrico, com base em *desk research* e suporte dos especialistas internos;
- ii) Análise de cenário externo suportadas por especialistas em temas críticos (Tendências do Mercado de Energia, Projeções Macroeconômicas; Cenário Competitivo; ESG; Digitalização e experiência do consumidor, entre outros);
- iii) Análise interna, com avaliação do status de atingimento das metas traçadas no ciclo anterior de Planejamento;
- iv) Construção do Planejamento Estratégico para o próximo ciclo de 5 anos.

Ao longo do processo, cada uma das etapas é validada junto à Diretoria Executiva, com aprovação final em Conselho de Administração, seguindo as melhores práticas de governança.

O desdobramento possibilita a visão de desempenho dos processos sob a responsabilidade de cada uma das VPs e Negócios, e é composto por três principais etapas (figura abaixo):



Paralelamente à elaboração do Plano Estratégico, acontece o planejamento orçamentário plurianual, administrado pela Vice-Presidência Financeira e de Relações com Investidores, e submetido ao Conselho de Administração.

Análises de Cenários Externo & Interno - Na elaboração do Plano Estratégico, são realizadas análises de cenário externo com suporte externo de especialistas em diversos assuntos, como por exemplo:

- i. Tendências de Mercado (ex: mudanças tecnológicas, mudanças regulatórias, riscos de negócio);
- ii. Análises Macroeconômicas (ex: projeção de aumento de carga, crescimento de PIB, taxas de câmbio);
- iii. Cenário Competitivo (ex: estratégia aparente de competidores, cenário de oportunidades e riscos em M&A);
- iv. Tendências ESG (ex: impactos socioambientais, governança, diversidade, reputação);
- v. Digitalização (ex: implementação de cultura de data analytics, revisão de canais de atendimento);
- vi. Liberalização e foco no cliente (ex: mapeamento de jornadas do cliente, cases internacionais de mercados de energia liberalizados, estudos de casos de setor que passaram pelo processo de liberalização, estudos de novos produtos).

Em paralelo, é realizada a avaliação do cenário interno: atualização das principais iniciativas, análise de resultados e objetivos operacionais/ financeiros, metas e indicadores do ciclo anterior.

A partir dessas análises, as principais tendências e oportunidades de cada negócio são mapeadas para o Planejamento Estratégico.

Elaboração da Estratégia - Com os status dos resultados do ano anterior e priorizando indicadores levantados nas avaliações de cenários (incluindo critérios de segurança, qualidade no atendimento, eficiência operacional, sustentabilidade do negócio e crescimento) são determinadas as novas iniciativas e diretrizes de negócio, com projetos prioritários e planos de ação necessários para atingir os objetivos, até a consolidação no Plano Estratégico, validado e aprovado no Conselho Administrativo.

Desdobramento em Metas - A etapa de desdobramento ocorre após a aprovação do Plano Estratégico, quando são analisados os resultados recentes e elaboradas as metas e planos de ação para o próximo ano, alinhados ao orçamento aprovado.

Para o processo de metas e levantamento dos principais utilizadores da empresa, foi incorporado o uso da metodologia BSC (Balanced ScoreCard), dividindo os objetivos em 4 grandes perspectivas: Financeira/Criação de Valor; Clientes/Partes Interessadas; Processos Internos; Capacidade Organizacional. A partir dessas perspectivas, foram mapeados os principais temas que acompanham a estratégia da empresa, detalhando para cada um desses temas os principais indicadores que podem ser utilizados para acompanhar seu desenvolvimento.

Divulgação Planejamento Estratégico - As principais diretrizes da estratégia são disseminadas para todos os colaboradores, incentivando o engajamento do colaborador; de modo a instigá-lo a criar valor e descobrir como sua área pode contribuir para o crescimento organizacional.

Os canais formais de divulgação são:



- Evento de divulgação com participação dos Executivos, com participação ativa dos colaboradores;
- Vídeo com o resumo das principais diretrizes e iniciativas do Plano Estratégico
- Workshops nas áreas de negócio;
- Campanhas internas – banners e cartazes em diversos locais;
- Kit de divulgação para lideranças, com conteúdo sobre plano da holding e materiais customizados para cada unidade de negócio;
- Quiz para engajamento dos colaboradores, com reconhecimento para os maiores pontuadores;
- Portal de Planejamento Estratégico (intranet) – área onde é disponibilizada uma síntese dos principais direcionadores estratégicos do grupo e dos negócios.

A CPFL Energia conclui a divulgação das principais diretrizes do grupo para todos os *stakeholders* através da página de Relações com Investidores, por meio do resumo com as orientações fundamentais dos negócios e do grupo.

Implementação & Monitoramento da Estratégia - São acompanhadas e monitoradas ao longo do ano pela Diretoria de Estratégia e Inovação e pelas áreas de negócio por meio de ferramentas de gestão customizadas (relatórios de gestão, comitês de projetos com participação dos Executivos e Plataforma de Sustentabilidade), com planos de ação tempestivos elaborados à medida que se faça necessário.

Recursos humanos:

Em 2023 a CPFL Renováveis investiu cerca de R\$ 1 milhão em programas de formação em excelência operacional e desenvolvimento profissional de alta performance de seus colaboradores.

Uma das dimensões do “Nosso Jeito de Ser”, nosso direcionador de comportamento é aprender com a jornada e ser o protagonista do seu desenvolvimento e nós aqui na Universidade CPFL atuamos como facilitadores deste movimento, incentivando o colaborador a assumir e buscar caminhos para cada vez mais evoluir em sua própria carreira. Realizamos isso por meio do aprendizado de *soft skills*, ou habilidades técnicas e comportamentais, emocionais e sociais. Hoje ofertamos em nossa plataforma de aprendizagem (Success) o Guia de autodesenvolvimento que compõe cursos de Habilidades técnicas e comportamentais; palestras ao vivo com especialistas em temas técnicos e comportamentais, parceria com Instituições Nacionais, Unicast (Podcast) além da adaptação dos treinamentos presenciais para os formatos online, buscando inovação em ferramentas, dinamismo na entrega dos conteúdos e aplicação de cases reais e atividades práticas. Essas ações permeiam a frente das quatro escolas de ensino da Universidade CPFL: Excelência Operacional, Excelência no Atendimento, Negócios e Inovação e Liderança.

A partir disso, em 2023, tivemos **+ de 6 mil participações** em treinamentos, com pelo menos **21 horas de treinamento** por colaborador neste período.



Sustentabilidade: A CPFL Renováveis mantém foco estratégico no desenvolvimento sustentável e, reforçando este compromisso, a holding CPFL Energia lançou em 2022 o Plano ESG 2030, evolução do Plano de Sustentabilidade 2020-2024, que abrange todos os seus negócios, com foco em quatro pilares – Soluções renováveis e inteligentes, Operações sustentáveis, Valor compartilhado com a sociedade e Atuação segura e confiável. O Plano ESG 2030 é desdobrado em 23 compromissos públicos e iniciativas de valor em diversas áreas da empresa. Mais informações estão disponíveis no Relatório Anual em www.grupocpfl.com.br/sustentabilidade/relatorio-anual e www.cpfl.com.br/ri.

CPFL Renováveis em Números

Financeiros	2023	2022	Δ R\$	Δ %
Receita operacional bruta (R\$ mil)	1.911.061	1.852.815	58.245	3,1%
Receita operacional líquida (R\$ mil)	1.732.711	1.680.037	52.674	3,1%
Margem operacional do serviço líquida (%)	75,8%	69,8%		
EBITDA OU LAJIDA ¹	2.289.991	2.057.298	232.693	11,3%
Lucro líquido (R\$ mil)	1.387.040	1.283.968	103.073	8,0%
Lucro líquido por lote de mil ações	1.387	1.284	103	8,0%
Patrimônio líquido (R\$ mil)	4.530.710	5.470.912	- 940.202	-17,2%
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	30,6%	23,5%		

1) Ebitda está considerando equivalência patrimonial.

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da CPFL Renováveis. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da CPFL Renováveis.

Campinas, 24 de abril de 2024.

A Administração

CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(1) CONTEXTO OPERACIONAL

A CPFL Energias Renováveis S.A. (“CPFL Renováveis” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto, constituída com o objetivo de atuar como holding e explorar empreendimentos de geração de energia elétrica, tem como principais atividades: investir no capital social de sociedades no segmento de energias renováveis; identificar e desenvolver potenciais de geração de energia e explorar os referidos potenciais, incluindo a geração de energia elétrica; e comercializar energia elétrica gerada pelos empreendimentos detidos pela Companhia.

A sede administrativa está localizada na Rua Jorge de Figueiredo Corrêa, 1.632, Jardim Professora Tarcília, Campinas - São Paulo.

A Companhia possui participações diretas e indiretas nas seguintes controladas e empreendimentos controlados em conjunto:

Empreendimento	Capacidade (MW)	Localização	Início da concessão ou outorga	Prazo concessão
Geração hídrica				
Barra Grande	690,0	Anita Garibaldi (SC)/ Esmeralda (RS)	(ii)	(ii)
Chimay Empreendimentos e Participações Ltda.	38,1	(iv)	(iv)	(iv)
Companhia Hidroelétrica Figueirópolis S.A.	19,4	Indiavaí (MT)	05/2004	02/2045
CPFL Sul Centrais Elétricas Ltda.	7,0	(iii)	(iii)	(iii)
Energética Novo Horizonte Ltda.	23,0	Campina Grande do Sul (PR)	11/2002	05/2036
Jayaditya Empreendimentos e Participações Ltda.	39,5	(iv)	(iv)	(iv)
Lavrinha	0,3	São Miguel Arcanjo (SP)	06/2013	(ii)
Ludesa Energética S.A.	30,0	Ipuaçu (SC)	12/2002	02/2041
Mata Velha Energética Ltda.	24,0	Cabeceira Grande/ Unaí (MG)	05/2002	09/2032
Mohini Empreendimentos e Participações Ltda.	39,2	(iv)	(iv)	(iv)
Pinheirinho (i)	0,6	Monte Santo de Minas (MG)	08/2013	Indeterminado
Rio do Peixe (i)	18,1	São José do Rio Pardo (SP)	12/2012	12/2042
Santa Alice (i)	0,6	São José do Rio Pardo (SP)	06/2013	Indeterminado
Santa Luzia Energética Ltda. (vi)	28,5	Chapecó (SC)	12/2007	10/2049
São José (i)	0,8	São Miguel Arcanjo (SP)	06/2013	Indeterminado
São Sebastião (i)	0,7	Arceburgo (MG)	08/2013	Indeterminado
Serra da Mesa (vii)	1.275,0	Cavalcante e Minaçu (GO)	11/2004	05/2046
SPE Alto Irani Energia S.A.	21,0	Xanxerê/ Arvoredo (SC)	10/2002	09/2035
SPE Arvoredo Energia S.A.	13,0	Xanxerê/ Arvoredo (SC)	11/2002	07/2044
SPE Barra da Paciência Energia Ltda.	23,0	Açucena/ Gonzaga (MG)	12/1999	03/2048
SPE Boa Vista 2 Energia Ltda.	29,9	Varginha (MG)	11/2015	05/2051
SPE Cherobim Energia Ltda.	28,0	Lapa (PR)	01/2019	(v)
SPE Cocais Grande Energia Ltda.	10,0	Antonio Dias (MG)	12/1999	12/2042
SPE Corrente Grande Energia Ltda.	14,0	Açucena/ Gonzaga (MG)	01/2000	02/2048
SPE Ninho da Águia Energia Ltda.	10,0	Delfim Moreira (MG)	12/1999	01/2048
SPE Paiol Energia Ltda.	20,0	Frei Inocêncio/ Mathias Lobato (MG)	08/2002	03/2047
SPE Plano Alto Energia S.A.	16,0	Faxinal dos Guedes (SC)	11/2002	04/2041
SPE Salto Góes Energia Ltda.	20,0	Tangará (SC)	08/2010	03/2048
SPE São Gonçalo Energia Ltda.	11,0	São Gonçalo do Rio Abaixo (MG)	01/2000	06/2047
SPE Varginha Energia Ltda.	9,0	Chalé/ Mantimento (MG)	12/1999	06/2046
SPE Várzea Alegre Energia Ltda.	7,5	Conceição do Ipanema (MG)	12/1999	03/2048
Turvinho (i)	0,8	São Miguel Arcanjo (SP)	06/2013	Indeterminado
Geração de energia a partir de Biomassa				
CPFL Bio Buriú Ltda.	74,3	Buritizal (SP)	12/2010	07/2041
CPFL Bioenergia Ltda.	45,0	Pirassununga (SP)	09/2009	08/2040
CPFL Bio Ester Ltda.	40,0	Cosmópolis (SP)	05/1999	06/2040
CPFL Bio Formosa	40,0	Baía Formosa (RN)	05/2002	05/2032
CPFL Bio Ipê Ltda.	25,0	Nova Independência (SP)	05/2010	05/2042
CPFL Bio Pedra Ltda.	70,0	Serrana (SP)	02/2011	02/2046
SPE Bio Alvorada Ltda.	50,0	Araporã (MG)	10/2012	11/2043
SPE Bio Coopcana Ltda	50,0	São Carlos do Ivaí (PR)	02/2012	08/2043

Empreendimento	Capacidade (MW)	Localização	Início da concessão ou outorga	Prazo concessão
Geração de energia eólica				
Atlântica I Parque Eólico Ltda.	30,0	Palmares (RS)	02/2011	07/2048
Atlântica II Parque Eólico Ltda.	30,0	Palmares (RS)	03/2011	03/2046
Atlântica IV Parque Eólico Ltda.	30,0	Palmares (RS)	03/2011	03/2046
Atlântica V Parque Eólico Ltda.	30,0	Palmares (RS)	03/2011	03/2046
Bons Ventos (i)	50,0	Aracati (CE)	03/2003	03/2033
Campo dos Ventos I Energias Renováveis Ltda.	25,2	João Câmara (RN)	03/2013	06/2046
Campo dos Ventos II Energias Renováveis Ltda.	30,0	João Câmara (RN)	04/2011	04/2046
Campo dos Ventos III Energias Renováveis Ltda.	25,2	João Câmara (RN)	03/2013	05/2046
Campo dos Ventos V Energias Renováveis Ltda.	25,2	Parazinho (RN)	03/2013	06/2046
Canoa Quebrada (i)	57,0	Aracati (CE)	12/2002	12/2032
DESA Eurus I Ltda	30,0	João Câmara (RN)	04/2011	04/2046
DESA Eurus III Ltda.	30,0	João Câmara (RN)	04/2011	04/2046
DESA Morro dos Ventos I Ltda.	28,8	João Câmara (RN)	07/2010	07/2045
DESA Morro dos Ventos II Ltda.	29,2	João Câmara (RN)	06/2012	06/2047
DESA Morro dos Ventos III Ltda.	28,8	João Câmara (RN)	08/2010	08/2045
DESA Morro dos Ventos IV Ltda.	28,8	João Câmara (RN)	08/2010	08/2045
DESA Morro dos Ventos VI Ltda.	28,8	João Câmara (RN)	07/2010	07/2045
DESA Morro dos Ventos IX Ltda.	30,0	João Câmara (RN)	07/2010	07/2045
Enacel (i)	31,5	Aracati (CE)	11/2002	11/2032
Eólica Paracuru Geração Comercialização de Energia Ltda.	25,2	Paracuru (CE)	08/2002	11/2038
Eurus VI Energias Renováveis Ltda.	8,0	Parazinho (RN)	08/2010	08/2045
Icaraizinho (i)	54,6	Amontada (CE)	08/2002	08/2032
Pedra Cheirosa I Energia Ltda.	25,2	Itarema (CE)	08/2014	08/2049
Pedra Cheirosa II Energia Ltda.	23,1	Itarema (CE)	07/2014	07/2049
Praia Formosa (i)	105,0	Camocim (CE)	06/2002	06/2032
Rosa dos Ventos Geração e Comercialização de Energia Ltda.	13,7	Aracati (CE)	06/2002	06/2032
Santa Clara I Energias Renováveis Ltda.	30,0	Parazinho (RN)	07/2010	07/2045
Santa Clara II Energias Renováveis Ltda.	30,0	Parazinho (RN)	08/2010	08/2045
Santa Clara III Energias Renováveis Ltda.	30,0	Parazinho (RN)	07/2010	07/2045
Santa Clara IV Energias Renováveis Ltda.	30,0	Parazinho (RN)	07/2010	07/2045
Santa Clara V Energias Renováveis Ltda.	30,0	Parazinho (RN)	10/2010	10/2045
Santa Clara VI Energias Renováveis Ltda.	30,0	Parazinho (RN)	07/2010	07/2045
Santa Mônica Energias Renováveis Ltda.	29,4	Touros (RN)	04/2014	12/2046
Santa Úrsula Energias Renováveis Ltda.	27,3	Touros (RN)	03/2014	11/2046
São Benedito Energias Renováveis Ltda.	29,4	São Miguel do Gostoso (RN)	03/2014	08/2046
São Domingos Energias Renováveis Ltda.	25,2	São Miguel do Gostoso (RN)	03/2015	08/2046
SIIF Cinco Geração e Comercialização de Energia Ltda.	25,2	Beberibe (CE)	06/2002	01/2039
SPE Costa Branca Energia S.A.	20,7	João Câmara (RN)	10/2011	10/2046
SPE Costa das Dunas Energia S.A.	28,4	Touros (RN)	01/2019	01/2054
SPE Farol de Touros Energia S.A.	24,8	Touros (RN)	01/2019	01/2054
SPE Gameleira Energia Ltda.	17,7	Touros (RN)	01/2019	01/2054
SPE Figueira Branca Energia S.A.	10,6	Touros (RN)	01/2019	01/2054
SPE Juremas Energia S.A.	16,1	João Câmara (RN)	09/2011	09/2046
SPE Macacos Energia S.A.	20,7	João Câmara (RN)	09/2011	09/2046
SPE Pedra Preta Energia S.A.	20,7	João Câmara (RN)	10/2011	10/2046
Taliba Albatroz (i)	16,5	São Gonçalo do Amarante (CE)	12/2002	11/2038
Ventos de Santo Dimas Energias Renováveis Ltda.	29,4	São Miguel do Gostoso (RN)	03/2014	10/2046
Ventos de São Martinho Energias Renováveis Ltda.	14,7	Touros (RN)	03/2014	11/2046
Geração de energia fotovoltaica				
SPE CPFL Solar 1 Energia S.A.	1,0	Campinas (SP)	-	-

i) Empreendimentos alocados na Holding da CPFL Renováveis;

ii) A Usina de Barra Grande é um empreendimento controlado em conjunto com a Energética Barra Grande S.A. ("BAESA"), com participação de 25,01%, sendo esta uma sociedade por ações de capital fechado, que tem como objetivo construir, operar e explorar o aproveitamento hidrelétrico Barra Grande, localizado no Rio Pelotas, na divisa dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, com potência instalada é de 690MW. As três unidades geradoras, com capacidade de 230MW cada, entraram em operação comercial entre 2005 e 2006. O prazo de concessão se encerra em 2036, podendo ser prorrogada de acordo com as condições que o poder concedente estabelecer;

iii) A CPFL Sul Centrais detém a exploração das seguintes usinas: Diamante em Nortelândia (MT), Andorinhas em Ituiú (RS), Guaporé em Guaporé (RS), Pirapó em Roque Gonzáles (RS) e Saltinho em Muitos Capões (RS), com início de outorga em 2005 e prazo indeterminado de concessão, exceto a Usina Diamante que possui prazo até 2027;

iv) A Companhia detém concessões de usinas no estado de São Paulo, através das seguintes empresas: i) Chimay com as usinas de Buritit em Buritizal, Capão Preto em São Carlos, Chibarro em Araraquara, Dourados e Gavião Peixoto em Nuporanga, Esmeril em Patrocínio Paulista, Lençóis em Macatuba e São Joaquim em Guará; ii) Mohini com as usinas de Eloy Chaves e Pinhal em Espírito Santo do Pinhal, Jaguarí em Pedreira, Monjolinho em São Carlos e Socorro em Socorro; iii) Jayaditya com as usinas de Americana em Americana, Salto Grande em Campinas, Santana em São Carlos e Três Saltos em Torrinhã; com início de outorga em 1997 e prazo de concessão até 2029;

v) SPE Cherobim Energia Ltda. ("Lucia Cherobim") está em fase de construção, com início de operação previsto para janeiro de 2024, cuja potência instalada prevista é de 28,0 MW;

vi) SPE Santa Luzia Alto está em fase de desenvolvimento, cuja capacidade de energia instalada prevista é de 2,85 MW;

vii) A CPFL Renováveis (holding) detém parte dos ativos do aproveitamento Hidrelétrico de Serra da Mesa, localizado no Rio Tocantins (GO). A concessão e a operação pertencem à Furnas Centrais Elétricas S.A. ("Furnas"). Por manter estes ativos em operação de forma compartilhada com Furnas, ficou assegurada à CPFL Renováveis a participação de 51,54% da potência instalada de 1.275MW, resultando em 657MW e da energia assegurada de 637,5MW médios, resultando em 328,6MW médios;

1.1 Sazonalidade

A receita operacional e os custos de geração de alguns segmentos da Companhia sofrem relevante impacto da sazonalidade ao longo de todo o ano, com as seguintes características:

- Geração hídrica: o período de chuvas favorece a geração das regiões Sudeste e Centro-Oeste no 1º e 4º trimestres, enquanto no Sul, o período de chuvas favorece a geração no 2º e 3º trimestres. Além disso, os efeitos na contabilização das receitas das PCHs, CGHs e UHEs são consequência da garantia física de cada usina, sazonalizada, a qual é registrada na CCEE.

As diferenças entre a energia gerada e a garantia física são cobertas pelo Mecanismo de Realocação de Energia ("MRE"). A quantidade de energia gerada, acima ou abaixo da garantia física, é valorada através da Tarifa de Energia de Otimização ("TEO"), que cobre somente os custos de operação e manutenção da usina. Esta receita ou despesa adicional é contabilizada mensalmente para cada gerador. Por fim, caso as usinas do MRE não gerem o somatório das garantias físicas, por condições hidrológicas desfavoráveis, todas as usinas rateiam a diferença valorada pelo Preço de Liquidação de Diferenças ("PLD"), este efeito é definido como *Generation Scaling Factor* ("GSF"). Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas controladas não possuíam usinas fora do MRE.

- Geração de energia a partir de Biomassa: a safra da cana-de-açúcar na região Sudeste inicia-se em abril e tem seu término previsto para novembro, em contrapartida na região Nordeste tem seu ciclo de produção entre agosto e março do ano posterior;
- Geração de energia eólica: a menor velocidade média dos ventos no 1º semestre impacta diretamente nas quantidades de energia gerada;

1.2 Mudanças Climáticas CPFL

Como posicionamento frente às Mudanças Climáticas, a CPFL Energia declara seu compromisso com os objetivos do Acordo de Paris e com a necessidade de limitar o aumento da temperatura média global em 1,5°C, com a consequente redução e neutralização das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE).

Anualmente, a Companhia realiza o Inventário de Emissões de GEE com base na metodologia GHG Protocol. Faz as medições e divulgação dos três escopos do inventário, sendo eles:

- Escopo 1: Emissões diretas que pertencem ou são controladas pela companhia
- Escopo 2: Emissões indiretas relacionadas à compra de energia elétrica e a perdas técnicas de distribuição e transmissão de energia
- Escopo 3: Emissões indiretas relacionadas à cadeia de valor

A Companhia considera em sua estratégia o Plano ESG 2030 (Environmental, Social and Governance), o qual demonstra as diretrizes de atuação para todos os negócios e orienta a realização de investimentos alinhados às tendências globais para o desenvolvimento sustentável. A estrutura do plano considera três compromissos principais relacionados à descarbonização das operações: (i) Gerar energia 100% renovável até 2030; (ii) Ser carbono neutro a partir de 2025¹, reduzindo 56% das emissões dos escopos 1, 2 e 3 até 2030; e (iii) Oferecer soluções de baixo carbono para nossos clientes, com metas anuais de receitas de I-RECs (certificados internacionais de energia renovável) e de créditos de carbono.

Na publicação "Nossa jornada contra as mudanças climáticas" a CPFL divulga suas estratégias, os riscos e oportunidades para a Companhia, de acordo com a metodologia *Task Force for Climate-related Financial Disclosures* – TCFD (Força-Tarefa sobre Divulgações Financeiras Relacionadas ao Clima).

¹ Neutralização em 2026 referente ao Inventário de GEE 2025.

(2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

2.1 Base de preparação

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidas e aprovadas pela ANEEL, as quais constam no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (“MCSE”), aprovado por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014, substituída em 2021 pela Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021 e também seguindo as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis emitidas e aprovadas pela ANEEL.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para demonstrações contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das demonstrações regulatórias estatutárias societárias da Companhia. Existem diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa, podendo apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciada de algumas normas contábeis societárias e regulatórias, estas diferenças estão apresentadas e explicadas na nota explicativa 14 para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas demonstrações contábeis regulatórias preparadas de acordo com estas práticas.

A Administração confirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis regulatórias estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão regulatória da Companhia.

A autorização para a conclusão destas demonstrações contábeis regulatórias foi dada pela Administração em 24 de abril de 2024. Essas demonstrações contábeis regulatórias estarão disponíveis no site da ANEEL (www.aneel.gov.br) e da Companhia (<https://cpfl.riweb.com.br>).

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis regulatórias exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis podem divergir dos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Empresa revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis regulatórias que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possam um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes são:

- Nota 04 – Consumidores, concessionárias e permissionárias;
- Nota 05 – Créditos e débitos fiscais diferidos;
- Nota 08 – Empréstimos e financiamentos;
- Nota 09 – Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais.

- Nota 06 - Imobilizado;
- Nota 07 – Intangível;

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, e as demonstrações contábeis regulatórias estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

(3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas das Demonstrações Contábeis Societárias apresentadas nas Demonstrações Financeiras de 2023 na nota explicativa 3 – Sumário das principais políticas contábeis, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

3.1 Imobilizado em serviço

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas de redução ao valor recuperável. Incluem, ainda, quaisquer outros custos para colocar os ativos no local e em condição necessária para que este esteja em condição de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados e os custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido caso seja provável que traga benefícios econômicos para a Sociedade e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente reposto. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os ganhos e as perdas na alienação e/ou baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem e são reconhecidos líquidos, dentro de despesas gerais e administrativas, na rubrica “Outros”.

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, os ativos de infraestrutura utilizados na geração, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

A Resolução ANEEL nº 691/15 regulamenta a desvinculação dos ativos vinculados às concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à doação de interesse social ou alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.

A base para o cálculo da depreciação/amortização é o valor depreciável/amortizável (custo de aquisição, subtraídos do valor residual) do ativo. A depreciação/amortização são reconhecidas no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação/amortização utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa nº674 de 11 de agosto de 2015.

No advento do termo final do Contrato, todos os bens e instalações vinculados à Usina Hidrelétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da mesma.

3.2 Imobilizado em curso

Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

A Companhia agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrada quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

3.3 Intangível

Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos como software e servidão de passagem. Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, é calculada pelo método linear e em conformidade às taxas estabelecidas pelo poder concedente.

3.4 Redução ao valor recuperável

Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável que possa ocorrer após o reconhecimento inicial desse ativo, e que tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados.

A Companhia avalia a evidência de perda de valor para determinados recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo para todos os títulos significativos. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração, se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Adicionalmente, o saldo da provisão para crédito de liquidação duvidosa é ajustado com o valor da perda esperada, em conformidade com o CPC 48 - Instrumentos financeiros, que apesar de não ter sido aceito pela ANEEL, convive de forma harmoniosa com as regras do MCSE, uma vez que no mesmo consta que valores poderão ser provisionados, para casos de débitos relevantes, considerando a experiência dos Administradores da Companhia.

A redução do valor recuperável de um ativo financeiro é reconhecida como segue:

- (i) Custo amortizado: pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa efetiva de juros original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada a crédito no resultado.
- (ii) Disponíveis para venda: pela diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização do principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda ao valor recuperável previamente reconhecida no resultado.

Para os ativos financeiros registrados pelo custo amortizado e/ou títulos de dívida classificados como disponível para venda, caso exista aumento (ganho) em períodos subsequentes ao reconhecimento da perda, a perda de valor é revertida contra o resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um título patrimonial classificado como disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda ao valor recuperável é reconhecido em outros resultados abrangentes.

Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros com vida útil indefinida, como o ágio (“*goodwill*”), são testados anualmente para a verificação se seus valores contábeis não superam os respectivos valores de realização. Os demais ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre (i) o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou (ii) o seu valor em uso.

Os ativos (ex: ágio, intangível de concessão) são segregados e agrupados nos menores níveis existentes para os quais existam fluxos de caixa identificáveis (Unidade Geradora de Caixa – “UGC”). Caso seja identificada uma perda ao valor recuperável, a respectiva perda é registrada na demonstração do resultado. Exceto pelo ágio, em que a perda não pode ser revertida no período subsequente, caso exista, também é realizada uma análise para possível reversão do *impairment*.

3.5 Novo MCSE a partir de janeiro de 2022:

A ANEEL, através do Despacho nº 2.904 de 17 de setembro de 2021, no uso da atribuição que lhe foi delegada por meio da Resolução Normativa nº 814, de 2018, substituída pela Resolução Normativa nº 933, de 2021, decide: (i) revisar o MCSE, na dimensão procedimental; (ii) revogar a versão 2015 do MCSE, aprovada pela Resolução Normativa nº 605, de 2014, substituída pela Resolução Normativa nº 933/2021; e aprovar a versão 2022 do MCSE, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2022.

As principais alterações são:

- a) Consideração do CPC 06 (R2) Arrendamentos: a aplicação deste CPC deverá se restringir aos bens administrativos, ou seja, aqueles que não estão diretamente vinculados às instalações de energia elétrica;
- b) Alteração da Instrução Contábil 6.3.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa: basicamente, em função da consideração do CPC 48 nas demonstrações financeiras regulatórias;
- c) Alteração da Instrução Contábil 6.3.6.1 Desativações: basicamente, tratou da criação de novas contas com detalhes como a segregação em alienação e desativação e bens reversíveis e não reversíveis;
- d) Alteração da Instrução Contábil 6.3.22 Aspectos socioambientais: basicamente, discorrendo sobre regras para alocar como imobilizado ou como despesas determinados gastos; e
- e) Alteração da Instrução Contábil 6.3.26 - Base de Cálculo das Obrigações Legais de Investimento em Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Eficiência Energética - EE: alteração na estrutura de contas.

(4) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	Valores Correntes				Total em 31/12/2023	Total em 31/12/2022
	Correntes a Vencer	Correntes Vencidas		Provisão p/ Devedores Duvidosos		
	Até 60 dias	Até 90 dias	> 90 dias			
Circulante	74.907	131.595	44	(46)	206.500	231.966
Operações realizadas na CCEE	-	-	1	-	1	1.845
Concessionárias e permissionárias	74.907	131.595	43	(46)	206.499	230.121
TOTAL	74.907	131.595	44	(46)	206.500	231.966
Não circulante						
Operações realizadas na CCEE	6.381	-	-	-		
	6.381	-	-	-	6.381	6.694
				Circulante	206.500	231.966
				Não Circulante	6.381	6.694
					212.881	238.660

(a) **Operações realizadas na CCEE** - Refere-se à liquidação de operações financeiras de compra e venda de energia. Os valores reclassificados para o longo prazo referem-se à inadimplência, majoritariamente, dos agentes geradores que, através de liminares, estão pleiteando junto à CCEE compensações aos impactos financeiros sofridos devido do risco hidrológico.

(5) CRÉDITOS E DÉBITOS FISCAIS DIFERIDOS

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<u>Crédito (Débito) de contribuição social</u>		
Bases negativas	153.466	149.683
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	(46.138)	(63.804)
Subtotal	107.328	85.879
<u>Crédito (Débito) de imposto de renda</u>		
Prejuízos fiscais	426.808	416.260
Benefício fiscal do intangível incorporado	5.600	6.892
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	(149.200)	(177.235)
Subtotal	283.208	245.917
Total	390.536	331.796

A expectativa de recuperação dos créditos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporariamente indedutíveis, benefício fiscal do intangível incorporado e bases negativas e prejuízos fiscais, está baseada nas projeções de lucros tributáveis futuros.

5.1 Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente ineditáveis / tributáveis

	31/12/2023		31/12/2022	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Diferenças temporariamente ineditáveis/tributáveis				
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	149	415	149	415
Provisão relacionada a pessoal	502	1.395	502	1.395
Derivativos - regime de caixa	589	1.637	(1.588)	(4.410)
Marcação a mercado - Derivativo	281	782	1.213	3.369
Marcação a mercado - Dívidas	(210)	(583)	(1.180)	(3.278)
Depreciação acelerada incentivada	(13.099)	(36.385)	(16.688)	(46.355)
Outras diferenças temporárias	968	2.689	968	2.689
Diferenças temporariamente ineditáveis/tributáveis - resultado abrangente acumulado				
Perdas/Ganhos atuariais	(170)	(475)	158	439
Marcação a mercado - Dívidas	(873)	(2.426)	(878)	(2.438)
Diferenças temporariamente ineditáveis/tributáveis - combinação de negócios:				
Impostos diferidos - ativo:				
Valor justo de ativo imobilizado (menos valia de ativos)	10.023	27.840	11.210	31.139
Impostos diferidos - passivo:				
Mais valia decorrente da apuração de custo atribuído	(11.741)	(32.615)	(11.741)	(32.615)
Intangível - direito de exploração/autorização	(40.131)	(111.475)	(45.930)	(127.583)
Total	(53.710)	(149.202)	(63.804)	(177.235)

(6) IMOBILIZADO

Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições (A)	Baixas (B)	Transfe- rências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2023	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2023	Valor Líquido em 31/12/2022
Geração	1.463.149	-	(9.379)	128.425	-	1.582.195	119.046	(1.014.263)	567.932	532.574
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	143.511	-	3.121	5.340	-	151.972	8.461	(88.254)	63.718	62.195
Máquinas e Equipamentos	1.298.528	-	(11.903)	101.140	-	1.387.765	89.237	(908.944)	478.821	457.385
Móveis e Utensílios	4.193	-	(2)	4	-	4.195	2	(3.021)	1.174	1.344
Reservatório	6.771	-	(15)	21.256	-	28.012	21.241	(12.577)	15.436	3.222
Terrenos	8.001	-	-	652	-	8.653	652	(59)	8.593	7.944
Veículos	2.145	-	(580)	34	-	1.599	(546)	(1.409)	190	482
Subtotal	1.463.149	-	(9.379)	128.425	-	1.582.195	119.046	(1.014.263)	567.932	532.574

Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições (A)	Baixas (B)	Transfe- rências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2023	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2023	Valor Líquido em 31/12/2022
Geração	267.194	139.513	-	(128.425)	-	278.281	11.088	-	278.281	265.986
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	9.506	37.601	-	(9.057)	-	38.049	28.543	-	38.049	9.506
Máquinas e Equipamentos	243.074	75.266	-	(97.333)	-	221.006	(22.068)	-	221.006	243.074
Reservatório	7.772	5.632	-	(92)	-	13.312	5.540	-	13.312	7.772
Terrenos	505	3.106	-	(21.257)	-	(17.646)	(18.151)	-	(17.646)	505
Móveis e Utensílios	1.460	435	-	(652)	-	1.244	(216)	-	1.244	1.460
Veículos	1.977	12.349	-	(34)	-	14.293	12.316	-	14.293	1.977
Outros	2.899	5.123	-	-	-	8.023	5.123	-	8.023	1.691
Subtotal	267.194	139.513	-	(128.425)	-	278.281	11.088	-	278.281	265.986

Total do Ativo Imobilizado	1.730.343	139.513	(9.379)	-	-	1.860.476	130.134	(1.014.263)	846.214	798.559
-----------------------------------	------------------	----------------	----------------	---	---	------------------	----------------	--------------------	----------------	----------------

Ativo Imobilizado - R\$ Mil	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2023			2022
		Valor Bruto	Depreciação Acumulada	Valor líquido	Valor Líquido
Em serviço					
Geração		1.582.195	(1.014.263)	567.932	532.574
Custo Histórico	6,28%	1.582.195	(1.014.263)	567.932	532.574
		1.582.195	(1.014.263)	567.932	532.574
Em Curso - R\$ Mil					
Geração		278.281	-	278.281	265.986
		278.281	-	278.281	265.986
		1.860.476	(1.014.263)	846.214	798.559

As principais adições ao imobilizado em serviço no exercício foram:

	Descrição do bem	em R\$ mil
1.	RESERVATÓRIOS, BARRAGENS E ADUTORAS	19.430
2.	SISTEMA DE MONITORAÇÃO DA USINA	12.682
3.	VEÍCULOS	8.794
4.	TURBINA EÓLICA (AEROGERADOR)	5.406
5.	ESTRUTURA (POSTE, TORRE)	2.432
6.	EQUIPAMENTO GERAL	1.612
7.	SISTEMA DE PROTEÇÃO, MEDIÇÃO E AUTOMAÇÃO	714
8.	CHAVES SECCIONADORA	648
9.	CONDUTOR	492
10.	SISTEMA DE PROTEÇÃO, MEDIÇÃO E AUTOMAÇÃO	443

As principais baixas do imobilizado em serviço no exercício foram:

Descrição do bem	em R\$ mil
1. TURBINA EÓLICA (AEROGERADOR)	8.177
2. SISTEMA DE ATERRAMENTO	198
3. VEÍCULOS	74
4. CONDUTO FORÇADO	47
5. TRANSFORMADOR DE FORÇA	46
6. CONDUTOR	13

A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Material / Equipamentos	Serviços de Terceiros	Mão de Obra Própria	Outros Gastos	Total
Terrenos	619	179	-	2.309	3.106
Reservatórios, Barragens e Adutoras	46	5.587	-	-	5.632
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	1.715	35.885	-	-	37.601
Máquinas e Equipamentos	28.670	46.597	-	-	75.267
Móveis e Utensílios	277	158	-	-	435
Veículos	11.799	549	-	-	12.349
A Ratear	-	5.123	-	-	5.123
Total das Adições	43.126	94.078	-	2.309	139.513

As principais taxas de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução da Aneel, são as seguintes:

**Taxas anuais de depreciação
(%)**

Geração

CONDUTO E CANALETA, CONDUTO, CIMENTO	4,00%
CONDUTOR, CLASSE DE TENSÃO IGUAL OU SUPERIOR	2,7% / 3,57%
EDIFICAÇÃO, EDIFICAÇÃO - CASA DE FORÇA	2% / 3,33%
EQUIPAMENTO GERAL DE INFORMÁTICA	16,67%
ESTRUTURA (POSTE, TORRE), POSTE, CIRCULANTE	2,7% / 3,57%
RESERVASÓRIO	2,00%
SOFTWARE, SOFTWARE	20,00%
TRANSFORMADOR DE FORÇA, TRANSFORMADOR	2,86%
UNIDADE DE GERAÇÃO EOLICA – PAS	3,33% / 4% / 5% / 6,67%
URBANIZAÇÃO E BENFEITORIAS, PÁTIOS	3,33%

(7) INTANGÍVEL

Intangível - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Amortização/ Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2023	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2023	Valor Líquido em 31/12/2022
Ativo Intangível em Serviço										
Geração	1.805.642	-	(5.507)	17	-	1.800.152	-	(1.171.518)	628.634	709.535
Servidões	6.061	-	-	-	-	6.061	-	(3.455)	2.606	2.780
Softwares	32.923	-	(5.507)	17	-	27.433	(5.490)	(24.456)	2.977	9.306
Outros	(3)	-	-	-	-	(3)	-	-	(3)	(3)
Intangível adquirido em combinações de negócios	1.766.660	-	-	-	-	1.766.660	-	(1.143.606)	623.054	697.452
Subtotal	1.805.642	-	(5.507)	17	-	1.800.152	(5.490)	(1.171.518)	628.634	709.535
Ativo Intangível em Curso										
Geração	20.295	4.340	-	-	-	24.635	4.340	-	26.067	20.295
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	20.295	4.340	-	-	-	24.635	4.340	-	26.067	20.295
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	20.295	4.340	-	-	-	24.635	4.340	-	26.067	20.295
Total do Ativo Intangível	1.825.937	4.340	(5.507)	17	-	1.824.787	(1.150)	(1.171.518)	654.701	729.830

7.1 Intangível adquirido em combinações de negócios

A composição do ativo intangível correspondente ao direito de explorar as concessões, adquirido em combinações de negócios, está demonstrado a seguir:

	31/12/2023		31/12/2022		Taxa de amortização anual	
	Custo Histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido	31/12/2023	31/12/2022
Intangível adquirido em combinações de negócio						
Intangível adquirido já incorporado - recomposto						
Eólica de Icarazinho	353.069	(205.602)	147.466	164.482	4,82%	4,82%
Eólica de Formosa	227.113	(133.326)	93.788	104.822	4,86%	4,86%
BVP Geradora	760.029	(421.417)	338.612	374.993	4,79%	4,79%
Semesa	426.450	(383.262)	43.188	53.154	2,34%	2,34%
Subtotal	1.766.660	(1.143.606)	623.054	697.451		

O saldo dos intangíveis é amortizado pelo período remanescente das respectivas autorizações de exploração dos empreendimentos, pelo método de amortização linear a partir da data de entrada em operação.

(8) EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Juros de Curto Prazo	Principal de Curto Prazo	Principal e Juros LP	Saldo Total	Adimplente	Data Captação / Renactuação	Tipo de Garantia	Indexador ou Juros	Spread % a.a.	Data		Frequência	Data		Vencimento Final	Frequência de Amortiz.	Sistemática Amortização
										Próximo Pto Juros	Pto Juros		Próxima Amortização	o Final			
Financ.Emprést. Moeda Estrangeira	2.848	328.101	43.729	374.678													
Lei 4131 - Bank of Nova Scotia	650	45.245	45.246	91.142	Sim	28/02/2020	Aval/Fiança	US\$	2,072%	28/02/2024	Semestral	28/02/2024	28/02/2025	Outro, especificar em obs.	Outro, especif. no cronograma		
Lei 4131 - Sumitomo	2.197	284.668	-	286.866	Sim	14/03/2022	Aval/Fiança	US\$	2,573%	15/03/2024	Semestral	15/03/2024	15/03/2024	Outro, especificar em obs.	Outro, especif. no cronograma		
Marcação a mercado	-	(1.813)	(1.517)	(3.329)	Sim	31/12/2023	Não há	Outros a especi	0,000%	31/01/2024	Não há	31/01/2024	28/02/2025	Outro, especificar em obs.	Outros		
Financ.Emprést. Moeda Nacional	1.770	47.417	508.248	557.435													
CPFL-R (Santa Clara I) - FINEM - BNDES	129	7.298	31.625	39.052	Sim	28/12/2010	Aval/Fiança	TJLP	1,720%	15/01/2024	Mensal	15/01/2024	16/04/2029	Mensal	SAC		
CPFL-R (Santa Clara II) - FINEM - BNDES	114	6.484	28.099	34.698	Sim	28/12/2010	Aval/Fiança	TJLP	1,720%	15/01/2024	Mensal	15/01/2024	16/04/2029	Mensal	SAC		
CPFL-R (Santa Clara III) - FINEM - BNDES	117	6.621	28.691	35.429	Sim	28/12/2010	Aval/Fiança	TJLP	1,720%	15/01/2024	Mensal	15/01/2024	16/04/2029	Mensal	SAC		
CPFL-R (Santa Clara IV) - FINEM - BNDES	116	6.566	28.454	35.136	Sim	28/12/2010	Aval/Fiança	TJLP	1,720%	15/01/2024	Mensal	15/01/2024	16/04/2029	Mensal	SAC		
CPFL-R (Santa Clara V) - FINEM - BNDES	113	6.382	27.656	34.151	Sim	28/12/2010	Aval/Fiança	TJLP	1,720%	15/01/2024	Mensal	15/01/2024	16/04/2029	Mensal	SAC		
CPFL-R (Santa Clara VI) - FINEM - BNDES	116	6.579	28.507	35.202	Sim	28/12/2010	Aval/Fiança	TJLP	1,720%	15/01/2024	Mensal	15/01/2024	16/04/2029	Mensal	SAC		
CPFL-R (Eurus VI) - FINEM - BNDES	30	1.703	7.379	9.112	Sim	26/04/2011	Aval/Fiança	TJLP	1,720%	15/01/2024	Mensal	15/01/2024	16/04/2029	Mensal	SAC		
CPFL-R (SPE Cherobim) - FINEM - BNDES	210	5.793	137.837	143.830	Sim	26/09/2022	Aval/Fiança	IPCA	4,182%	15/03/2024	Mensal	15/07/2024	17/11/2036	Mensal	SAC		
Debêntures 10ª Emissão - CPREA0	825	-	190.000	190.825	Sim	15/12/2023	Aval/Fiança	CDI	1,120%	12/06/2024	Mensal	12/12/2028	12/12/2028	Mensal	SAC		
Total por Dívida:	4.618	375.518	551.977	932.114													
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	2.848	328.101	43.729	374.678													
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	1.770	47.417	508.248	557.435													

INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo					
	2025	2026	2027	2028	2029+	Total
Financ.Emprést. Moeda Estrangeira	43.729	-	-	-	-	43.729
Lei 4131 - Bank of Nova Scotia	45.246	-	-	-	-	45.246
Lei 4131 - Sumitomo	-	-	-	-	-	-
Marcação a mercado	(1.517)	-	-	-	-	(1.517)
Financ.Emprést. Moeda Nacional	53.196	53.196	53.196	243.196	105.462	508.248
CPFL-R (Santa Clara I) - FINEM - BNDES	7.294	7.294	7.294	7.294	2.447	31.625
CPFL-R (Santa Clara II) - FINEM - BNDES	6.484	6.484	6.484	6.484	2.161	28.099
CPFL-R (Santa Clara III) - FINEM - BNDES	6.621	6.621	6.621	6.621	2.207	28.691
CPFL-R (Santa Clara IV) - FINEM - BNDES	6.566	6.566	6.566	6.566	2.189	28.454
CPFL-R (Santa Clara V) - FINEM - BNDES	6.382	6.382	6.382	6.382	2.127	27.656
CPFL-R (Santa Clara VI) - FINEM - BNDES	6.579	6.579	6.579	6.579	2.193	28.507
CPFL-R (Eurus VI) - FINEM - BNDES	1.703	1.703	1.703	1.703	568	7.379
CPFL-R (SPE Cherobim) - FINEM - BNDES	11.567	11.567	11.567	11.567	91.570	137.837
Debêntures 10ª Emissão - CPREA0	-	-	-	190.000	-	190.000

8.1 Abertura dos Instrumentos Financeiros – R\$ Mil

INSTRUMENTO DERIVATIVOS	Instituição / Contraparte	Data Início	Venci-mento	Custo Ponta Ativa	Custo Pon-ta Passiva	Valor Contratado	Valor Justo (*)
Swap - Lei 4131 - Sumitomo	Sumitomo	14/03/2022	15/03/2024	2,941%	100% CDI+ 1,05%	294.000	(19.529)
Total						374.000	(13.819)

(*) positivo derivativo Ativo, negativo derivativo Passivo

8.2 Abertura dos Ativos Financeiros – R\$ Mil

INSTITUIÇÃO / LINHA DEVEDORA	Juros de Curto Prazo	Saldo Total
Ativos Financeiros	127.464	127.464
Caixa e Aplicações Financeiras	127.464	127.464
Caixa e Equivalentes de Caixa (1101)	95.575	95.575
Aplic. Financ. Outros Fundos de Invest.	31.889	31.889

8.3 Composição do Endividamento e Dívida Líquida - R\$ Mil

COMPOSIÇÃO DO ENDIVIDAMENTO E DÍVIDA LÍQUIDA					
RESUMO	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Total 2023	Total 2022
(+) Dívida Bruta	4.618	375.518	551.977	932.114	937.555
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	2.848	328.101	43.729	374.678	437.770
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	1.770	47.417	508.248	557.435	499.784
(-) Ativos Financeiros	-	(127.464)	-	(127.464)	(106.049)
Alta Liquidez	-	(95.575)	-	(95.575)	(104.928)
Demais Aplicações Financeiras	-	(31.889)	-	(31.889)	(1.121)
(+) Dívida Líquida	4.618	248.054	551.977	804.650	831.506

(9) PROVISÕES

Movimentação da Provisão para Contingências					
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Ambiental	Total
Saldo em 31/12/2022	7.850	-	1.515	44.741	54.107
(+) Novos Ingressos	58	107	1.312	-	1.477
(-) Pagamentos	(867)	-	-	-	(867)
(-) Montantes Revertidos	(376)	-	(1.520)	-	(1.896)
(+) Atualização Monetária	402	-	93	3.121	3.616
				4.451	4.451
Saldo em 31/12/2023	7.068	107	1.399		60.889

As provisões para custos socioambientais e desmobilização de ativos referem-se principalmente a provisões relacionadas a licenças socioambientais decorrentes de eventos já ocorridos e obrigações de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais relacionadas a arrendamento de terrenos onde estão localizados os empreendimentos eólicos. Tais custos são provisionados em contrapartida ao ativo imobilizado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo.

As provisões de desmobilização são feitas com base em estimativas e premissas relacionadas às taxas de desconto e ao custo esperado para a desmobilização e remoção ao fim do prazo de autorização dessas usinas. Enquanto as provisões socioambientais são estimativas atreladas as obrigações legais, com o intuito de mitigar, minimizar e/ou compensar o impacto ocorrido ao meio ambiente no entorno da região onde foi construído o empreendimento.

Estes custos podem divergir do que vierem a ser incorridos pela Companhia. A taxa real de desconto utilizada para o cálculo do valor presente foi 9,53% (9,95% em 31 de dezembro de 2022) para as provisões de desmobilização e 9,32% (10,07% em 31 de dezembro de 2022) para as provisões socioambientais, baseado nas taxas de títulos públicos com vencimento similar ao do término das autorizações.

(10) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

10.1 Capital Social

Em 31 de dezembro de 2023 o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 2.632.292 (R\$ 4.032.292 em 31 de dezembro de 2022), a Companhia realizou a redução de capital social de R\$ 1.400.000, o saldo é

representado por 593.782.504 (593.782.504 em 31 de dezembro de 2022) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Cada ação tem direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia.

10.2 Reserva de Capital

Refere-se basicamente ao registro de operações de combinação de negócios e oferta pública de ações de 2011 a 2014, R\$ 589.355 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 588.778 em 31 de dezembro de 2022).

10.3 Reserva de Lucros

O saldo da reserva de lucros em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 1.354.314 (R\$ 924.906 em 31 de dezembro de 2022), constituído a partir da destinação dos resultados apurados pela Companhia.

(11) RECEITA / INGRESSO

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
	<u>R\$ mil</u>	<u>R\$ mil</u>
Receita de operações com energia elétrica		
Fonte de Energia		
Hidrelétrica	1.258.768	1.260.419
Eólica	639.494	578.301
Pequenas Centrais Hidrelétricas	11.978	11.501
Suprimento de energia elétrica	<u>1.910.240</u>	<u>1.850.220</u>
Outras receitas operacionais	<u>820</u>	<u>2.595</u>
Total da receita operacional bruta	<u>1.911.060</u>	<u>1.852.815</u>
Deduções da receita operacional		
PIS	(31.534)	(30.571)
COFINS	(145.038)	(140.814)
Programa de P & D e eficiência energética	(102)	(101)
Compensação financeira pela utilização de recursos Hídricos - CFURH	(282)	(175)
Outros	(1.393)	(1.117)
	<u>(178.349)</u>	<u>(172.778)</u>
Receita operacional líquida	<u>1.732.711</u>	<u>1.680.037</u>

(12) ENERGIA COMPRADA PARA REVENDA

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
	<u>R\$ mil</u>	<u>R\$ mil</u>
Energia comprada para revenda ²	114.904	218.207
Crédito de PIS e COFINS	(10.629)	(20.184)
Subtotal	<u>104.275</u>	<u>198.023</u>
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	40.795	37.439
Encargos de uso do sistema de distribuição	4.630	3.722
Crédito de PIS e COFINS	(3.774)	(3.463)
Subtotal	<u>37.021</u>	<u>33.976</u>
Total	<u>141.297</u>	<u>231.999</u>

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
	<u>GWh</u>	<u>GWh</u>
Energia comprada para revenda - GWh	1.333	1.504
Total	<u>1.333</u>	<u>1.504</u>

(13) PESSOAL E ADMINISTRADORES

Pessoal e Administradores	2023	2022
Pessoal		
Remuneração	9.808	18.354
Encargos	(938)	6.245
Previdência privada - Corrente	318	415
Benefício Pós-emprego - Previdência Privada - Déficit ou superávit atuarial	2.794	3.756
Despesas rescisórias	409	(2.270)
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	14.328	12.497
Outros benefícios - Corrente	240	3.793
Programa de iniciação	240	
Outros	(1.229)	(4.485)
Administradores		
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	2.966	3.034
Benefícios dos administradores	2.027	1.770
Total	25.970	43.109

(a) Capitalização de despesas com pessoal para ordens de investimentos "ODI"

(14) CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO – REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador e apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

14.1 Balanço Patrimonial

	31/12/2023				31/12/2022			
	Regulatório	Reclassificações (a)	Ajustes (b.1)	Societário	Regulatório	Reclassificações (a)	Ajustes (b.1)	Societário
Ativo								
Ativo Circulante	531.952	-	-	531.952	478.867	-	-	478.867
Caixa e Equivalentes de Caixa	96.937	-	-	96.937	105.317	-	-	105.317
Investimentos Temporários	31.889	-	-	31.889	1.121	-	-	1.121
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	206.500	-	-	206.500	231.966	-	-	231.966
Dividendos	75.320	-	-	75.320	24.945	-	-	24.945
Imposto de renda e contribuição social a compensar	11.770	-	-	11.770	6.985	-	-	6.985
Outros tributos a compensar	35.095	-	-	35.095	27.941	-	-	27.941
Outros ativos circulantes	74.442	-	-	74.442	80.591	-	-	80.591
Ativo Não Circulante	8.511.907	-	280.608	8.792.515	8.931.132	-	558.841	9.218.137
Consumidores, Comissionárias e Permissionárias	6.381	-	-	6.381	6.694	-	-	6.694
Coligadas, controladas e controladora	22.489	-	-	22.489	53.587	-	-	53.587
Tributos Compensáveis	43.505	-	-	43.504	44.640	-	-	44.640
Depósitos Judiciais	2.729	-	-	2.729	2.833	-	-	2.833
Derivativos	5.709	-	-	5.709	15.908	-	-	15.908
Tributos Diferidos	390.536	-	131.517	259.019	331.796	-	135.918	195.878
Aumento para futuro aumento de capital	128.500	-	-	128.500	61.250	-	-	61.250
Arrendamentos	6.380	-	-	6.380	1.167	-	-	1.167
Outros Ativos Não Circulante	25.550	-	-	25.550	35.812	-	-	35.812
Bens e Atividades Não Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	6.379.213	6.791.338	412.125	-	6.849.056	7.271.979	422.923	-
Participações Societárias Permanente	5.362.770	5.388.081	25.311	-	5.605.067	5.628.232	23.165	-
Propriedade para investimento - Bens de Renda	319.932	706.746	386.814	-	370.699	770.457	399.758	-
Ágio de incorporação	696.511	696.511	-	-	873.290	873.290	-	-
Investimentos	-	6.084.592	-	6.084.592	-	6.501.522	-	6.501.522
Imobilizado	846.214	706.746	-	1.552.960	798.559	770.457	-	1.569.016
Intangível	654.701	-	-	654.701	729.830	-	-	729.830
Total Ativo	9.043.859	-	280.608	9.324.467	9.409.999	-	422.923	9.697.005
Passivo								
Passivo Circulante	3.884.776	-	-	3.884.776	772.110	-	-	772.110
Fornecedores	74.216	-	-	74.216	65.099	-	-	65.099
Empréstimos e Financiamentos	379.312	-	-	379.312	107.431	-	-	107.431
Debêntures	825	-	-	825	164.555	-	-	164.556
Obrigações Sociais e Trabalhistas	33.558	-	-	33.558	29.491	-	-	29.491
Benefício Pós-Emprego	8.503	-	-	8.503	9.191	-	-	9.191
Dividendos Declarados e Juros Sobre Capital Próprio	337.084	-	-	337.084	-	-	-	-
Tributos	204.308	-	-	204.308	150.665	-	-	150.665
Encargos Setoriais	58.185	-	-	58.185	22.263	-	-	22.264
Instrumentos Financeiros Derivativos	19.529	-	-	19.529	-	-	-	-
Adiantamentos	102.166	-	-	102.166	141.408	-	-	141.408
Mútuos com coligadas, controladas e controladora	2.645.148	-	-	2.645.148	55.740	-	-	55.740
Outros Passivos Circulantes	21.941	-	-	21.941	26.266	-	-	26.266
Passivo Não Circulante	653.684	-	-	653.684	3.166.977	-	-	3.166.977
Fornecedores	6.138	-	-	6.138	7.007	-	-	7.007
Empréstimos e Financiamentos	361.977	-	-	361.977	665.568	-	-	665.568
Benefício Pós-Emprego	18.643	-	-	18.643	24.707	-	-	24.707
Tributos	5.746	-	-	5.746	5.322	-	-	5.322
Provisões	60.889	-	-	60.889	54.107	-	-	54.107
Debêntures	190.000	-	-	190.000	9.955	-	-	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	-	-	-	-	-	9.955
Adiantamentos	287	-	-	287	453	-	-	453
Mútuos com coligadas, controladas e controladora	7.040	-	-	7.040	2.396.485	-	-	2.397.324
Outros Passivos Não Circulantes	2.964	-	-	2.964	3.373	-	-	2.534
Total Passivo	4.538.460	-	-	4.538.460	3.939.087	-	-	3.939.087
Patrimônio Líquido								
Capital Social	2.632.292	-	-	2.632.292	4.032.292	-	-	4.032.292
Reserva de Capital	589.355	-	-	589.355	588.778	-	-	588.778
Reserva de Lucros	1.354.314	-	-	1.354.315	897.478	-	5.096	902.574
Lucros/Prejuízos Acumulados	(25.311)	-	25.311	-	-	-	-	-
Resultado abrangente acumulado	(45.251)	-	255.297	210.046	47.636	-	281.909	234.274
Total do Patrimônio Líquido	4.505.399	-	280.608	4.786.007	5.470.912	-	287.005	5.757.918
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	9.043.859	-	280.608	9.324.467	9.409.999	-	287.005	9.697.005

14.2 Demonstração do Resultado do Exercício

	2023			2022				
	Regulatório	Reclassificações (a)	Ajustes (b.1)	Societário	Regulatório	Reclassificações (a)	Ajustes (b.1)	Societário
Receita / Ingresso	1.911.061	-	-	1.911.061	1.852.815	-	-	1.852.815
Suprimento de Energia Elétrica	1.902.741	-	-	1.902.741	1.842.164	-	-	1.842.164
Energia Elétrica de Curto Prazo	7.815	-	-	7.815	8.056	-	-	8.056
Outras Receitas Vinculadas	505	-	-	505	2.595	-	-	2.595
Tributos	(176.572)	-	-	(176.572)	(171.385)	-	-	(171.385)
PIS	(31.534)	-	-	(31.534)	(30.571)	-	-	(30.571)
COFINS	(145.038)	-	-	(145.038)	(140.814)	-	-	(140.814)
Encargos - Parcela "A"	(1.777)	-	-	(1.777)	(1.393)	-	-	(1.393)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(102)	-	-	(102)	(101)	-	-	(101)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	(282)	-	-	(282)	(175)	-	-	(175)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	(1.393)	-	-	(1.393)	(1.117)	-	-	(1.117)
Receita operacional líquida	1.732.711	-	-	1.732.711	1.680.037	-	-	1.680.037
Custos Não Gerenciáveis - Parcela "A"	(141.297)	-	-	(141.297)	(231.999)	-	-	(231.999)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(104.276)	-	-	(104.276)	(198.023)	-	-	(198.023)
Energia Elétrica Comprada para Revenda - PROINFA	(37.021)	-	-	(37.021)	(33.976)	-	-	(33.976)
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis	1.591.414	-	-	1.591.414	1.448.038	-	-	1.448.038
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"	(263.650)	-	(40.321)	(303.971)	(275.175)	-	(35.320)	(310.494)
Pessoal e Administradores	(25.971)	-	-	(25.971)	(43.109)	-	-	(43.109)
Entidade de Previdência Privada	(2.794)	-	-	(2.794)	(3.704)	-	-	(3.704)
Material	(16.501)	-	-	(16.501)	(11.055)	-	-	(11.055)
Serviços de Terceiros	(46.963)	-	-	(46.963)	(26.332)	-	-	(26.331)
Arrendamento e Aluguéis	707	-	-	707	(2.357)	-	-	(2.357)
Publicidade e Propaganda	-	-	-	-	(2.605)	-	-	(2.605)
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	(938)	-	-	(938)
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	-	458	-	-	458
Seguros	(4.228)	-	-	(4.228)	-	-	-	-
(-) Recuperação de Despesas	6.769	-	-	6.769	-	-	-	-
Tributos	(138)	-	-	(138)	-	-	-	-
Depreciação e Amortização	(166.995)	-	(40.321)	(207.316)	(172.264)	-	(35.320)	(207.584)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	-	(558)	-	-	(558)
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulantes	-	-	-	-	(4.696)	-	-	(4.696)
Outros	(7.537)	-	-	(7.537)	(8.017)	-	-	(8.017)
Gastos Diversos da atividade vinculada	(7.537)	-	-	(7.537)	-	-	-	-
Resultado da Atividade	1.327.763	-	(40.321)	1.287.442	1.172.863	-	(35.320)	1.137.545
Equivalência Patrimonial	692.907	-	(2.062)	690.845	712.169	-	31.607	743.776
Resultado Financeiro	(436.100)	-	-	(436.100)	(461.854)	-	-	(461.853)
Receitas Financeiras	48.325	-	-	48.325	42.652	-	-	42.652
Despesas Financeiras	(484.425)	-	-	(484.425)	(504.505)	-	-	(504.504)
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro	1.584.570	-	(42.383)	1.542.188	1.423.180	-	(3.712)	1.419.467
Despesa com Impostos sobre o Lucro	(195.873)	-	13.709	(182.164)	(139.212)	-	12.009	(127.203)
Resultado Líquido do Exercício	1.388.697	-	(28.674)	1.360.024	1.283.968	-	8.296	1.292.264
Atribuível aos Acionistas Controladores	1.388.697	-	(28.674)	1.360.024	1.283.968	-	8.296	1.292.264

a) Reclassificações no Societário:

Bens e Atividades Não Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

A diferença de R\$ 6.791.338 em 31 de dezembro de 2023, se refere a diferença de registro da Participações Societárias Permanentes, Propriedade Bens de Renda e Imobilizado na visão regulatória este valor está compondo o grupo de Bens e Atividades Não Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica, desta forma, não se trata de uma diferença de prática entre as duas contabilidades, mas sim uma diferença de apresentação entre as visões regulatória e societária.

b) Registro no Societário do Custo Atribuído – Mais Valia

No Societário quando da adoção das novas práticas contábeis (CPC), para a avaliação dos ativos que integravam os grupos Propriedade para Investimento – Bens de Renda, Imobilizado e Intangível, o modelo adotado para os ativos construídos e postos em serviço de longa data, pela impossibilidade da reconstrução da formação de seu custo ou quando o custo associado a estes ativos não eram relevantes, foi determinado valor de acordo com o seu respectivo valor de reposição (“custo atribuído”) e os valores reavaliados foram apresentados tanto para o custo como para a depreciação acumulada.

Os efeitos do custo atribuído aumentaram os valores dos ativos pertencentes aos grupos Propriedade para Investimento – Bens de Renda, Imobilizado e Intangível tendo como contrapartida o Resultado Abrangente no Patrimônio Líquido, sendo este líquido dos efeitos de Tributos Diferidos referente à contribuição social e imposto renda.

b.1) Efeito do ajuste do custo atribuído no balanço patrimonial

	2023	2022
Patrimônio líquido conforme contabilidade societária	4.786.007	5.757.918
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória:		
Ajuste do Custo Atribuído - Mais valia, líquido dos efeitos tributários	(25.311)	(5.096)
Ajustes regulatórios nas subsidiárias	(255.297)	(281.909)
Patrimônio líquido regulatório	4.505.399	5.470.912

b.2) Efeito dos ajustes do custo atribuído na demonstração do resultado:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Demonstração do Resultado		
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória:		
Depreciação/Amortização - Mais Valia	40.321	35.320
	40.321	35.320
Tributos Diferidos		
Impostos (IRPJ e CSLL) - Mais Valia - 34%	(13.709)	(12.009)
Impostos (IRPJ e CSLL) - Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros		
Efeito Líquido	<u>26.612</u>	<u>23.311</u>

b.2) A conciliação do lucro líquido societário e regulatório é como segue:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Resultado líquido do exercício conforme contabilidade societária	1.360.024	1.292.264
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória:		
(-) Equivalência Patrimonial	2.062	(31.607)
(+) Depreciação/Amortização (Deemed Cost) e Diferença Vida útil	40.321	35.320
(-) Tributos Diferidos sobre Deemed Cost	(13.709)	(12.009)
Resultado líquido do exercício regulatório	<u>1.388.698</u>	<u>1.283.968</u>

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

KARIN REGINA LUCHESI
Presidente

FUTAO HUANG
Vice-presidente

YUNWEI LIU
EDUARDO DOS SANTOS SOARES
Conselheiros

DIRETORIA

XINJIAN CHEN
Diretor Presidente

YUEHUI PAN
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

FRANCISCO JOÃO DI MASE GALVÃO JUNIOR
Diretor de Operação e Manutenção Hidrelétrica e
Operação e Manutenção Eólica, Biomassa e
Solar

RODOLFO COLI DA CUNHA
Diretor Regulatório e de Gestão de Energia

FLAVIO HENRIQUE RIBEIRO
Diretor Administrativo

CONTABILIDADE

RICARDO FERNANDO FERREIRA
Gerente de Serviços Financeiros
CRC 1SP321353/O-4

CPFL Energias Renováveis S.A.

***Demonstrações contábeis regulatórias em
31 de dezembro de 2023
e relatório do auditor independente***





Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Administradores e Acionistas
CPFL Energias Renováveis S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da CPFL Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela Administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) através da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) através da Resolução Normativa nº 933 de 18 de maio de 2021.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

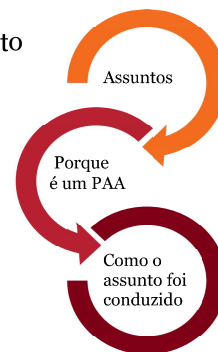
Chamamos a atenção para a Nota 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a CPFL Energias Renováveis S.A. a cumprir os requisitos da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim. Nossa opinião não está modificada em relação a este assunto.



CPFL Energias Renováveis S.A.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis regulatórias como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis regulatórias e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Reconhecimento do Ativo Imobilizado e intangível (Notas 6 e 7)

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia tem registrado em suas demonstrações contábeis regulatórias o montante de R\$ 846.214 mil e R\$ 654.701 mil referentes a ativos imobilizados e intangíveis, respectivamente, os quais estão substancialmente vinculados ao contrato de concessão de serviço público.

Para fins regulatórios, esses ativos são reconhecidos ao custo histórico de aquisição ou construção, bem como os juros capitalizados durante sua construção, quando aplicável, e deduzidos de depreciação/amortização e perda por redução ao valor recuperável acumuladas. A depreciação/amortização desses itens é calculada pelo método linear, considerando as taxas anuais determinadas pelo órgão regulador.

Esse assunto foi considerado como significativo para a nossa auditoria, tendo em vista a relevância dos saldos envolvidos e a necessidade de reconhecimento desses ativos como imobilizado e intangível para fins de demonstrações contábeis regulatórias segundo os critérios definidos no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico ("MCSE").

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossa abordagem de auditoria considerou, entre outros, a análise das políticas contábeis da Administração para reconhecimento do ativo imobilizado e do ativo intangível, bem como a avaliação do desenho dos controles internos da Companhia relacionados à esses ativos.

Em bases amostrais, efetuamos testes documentais nas adições e baixas ocorridas durante o exercício no imobilizado e no intangível.

Adicionalmente efetuamos o recálculo do custo de depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível, no exercício, com base nas taxas anuais determinadas no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE confrontando o resultado do recálculo com os registros contábeis.

Também, efetuamos leitura das divulgações efetuadas nas notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias.

Consideramos que o reconhecimento do ativo imobilizado e intangível, realizado pela Companhia, assim como as respectivas divulgações em notas explicativas, são razoáveis e estão consistentes com os dados e informações obtidas em nossa auditoria.



CPFL Energias Renováveis S.A.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras societárias

A Companhia preparou um conjunto de demonstrações financeiras separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente em de 21 de março de 2024, sem ressalvas.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis regulatórias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser



CPFL Energias Renováveis S.A.

decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.



CPFL Energias Renováveis S.A.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis regulatórias do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de abril de 2024

PricewaterhouseCoopers
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5



Adriano Formosinho Correia
Contador CRC 1BA029904/O-5



TERMO DE RESPONSABILIDADE

Pelo presente Termo de Responsabilidade, declaramos sob as penas da Lei a veracidade das informações apresentadas à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, expressando o compromisso de observância e cumprimento das normas, procedimentos e exigências estabelecidos pela legislação do setor elétrico, bem como da ciência das penalidades as quais ficaremos sujeitos. Estamos cientes que a falsidade das informações, bem como o descumprimento do compromisso ora assumido, além de obrigar a devolução de importâncias recebidas indevidamente, quando for o caso, sujeitar-se às penalidades de multa do Grupo IV, inciso X, da Resolução Normativa nº 63, de 12 de maio de 2004, bem como as previstas nos artigos 171 e 299, ambos do Código Penal.

Campinas, 24 de abril de 2024.

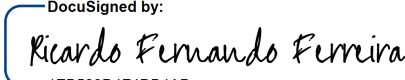
Concessionária: **CPFL Energia Renováveis S.A.**

TERM OF RESPONSIBILITY

By this Term of Responsibility, we declare under the penalties of the Law the veracity of the information submitted to the National Electric Energy Agency - ANEEL, expressing the commitment to compliance with the rules, procedures and requirements established by the legislation of the electricity sector, as well as science of the penalties to which we will be subject. We are aware that the falsity of the information, as well as the non-compliance with the commitment made herein, in addition to requiring the return of amounts received improperly, where applicable, will be subject to the penalty of Group IV, item X, Normative Resolution no. 63, of May 12, 2004, as well as those provided for in articles 171 and 299, both of the Penal Code.

Campinas, April 24, 2024.

Concessionaire: **CPFL Energia Renováveis S.A.**

DocuSigned by:

1EB529D4F4DB4AD...
Ricardo Fernando Ferreira
Gerente de Serviços Financeiros
Financial Services Manager
CT CRC: 1SP 321353/O-4
CPF: 400.474.638-80

DocuSigned by:

3599DDF075274EA...
Yuehui Pan
Diretor Financeiro
Chief Financial
CPF: 061.539.517-16

DocuSigned by:

FE8476E431F842E...
Xinjian Chen
Diretor Presidente Chief Executive Officer
CPF: 239.885.728-02

<p>RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 63, DE 12 DE MAIO DE 2004</p> <p>Art. 7º - Constitui infração, sujeita à imposição da penalidade de multa do Grupo IV:</p> <p>...</p> <p>X - fornecer informação falsa à ANEEL;</p> <p>CÓDIGO PENAL</p> <p>Art. 171 - Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento.</p> <p>Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante.</p>	<p>Normative Resolution no. 63, of May 12, 2004.</p> <p>Art 7 - Constitutes an infraction, subject to the imposition of the penalty fine of Group IV:</p> <p>...</p> <p>X - provide false information to ANEEL;</p> <p>PENAL CODE</p> <p>Art. 171 - Obtain, for yourself or others, unlawful advantage, to the detriment of others, inducing or keeping someone in error, through artifice, ruse, or any other fraudulent means.</p> <p>Art. 299 - Omit, in a public or private document, a statement that should appear on it, or insert a false statement or different statement from that which should be written, in order to prejudice law, create an obligation or alter the truth about the legally relevant fact.</p>
---	---